



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MUNICÍPIO DE ÉVORA
Câmara Municipal

Ficha Técnica

Versão 01

Coordenação Geral Sara Dimas Fernandes
Vereadora do Pelouro da Educação e Intervenção Social
Presidente do Conselho Local de Ação Social de Évora

Coordenação técnica Helena Ferro
Chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social

Pedro Costa

Assessor

Técnico Ana Abrantes
Câmara Municipal de Évora

Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Évora

Câmara Municipal de Évora Helena Ferro/Ana Abrantes

Centro Distrital de Segurança Social de Évora Amélia Vieira

Instituto de Emprego e Formação Profissional de Évora Rui Estriga

Agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo Central Susana Saruga

Unidade de Cuidados na Comunidade

Universidade de Évora José Saragoça

Habévora, EM Cláudia Caeiro

Santa Casa da Misericórdia de Évora Clara Salsinha

Parceiro CLDS-3G

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÉVORA 2019 - 2021

fevereiro 2019

Documento aprovado em reunião plenária do Conselho Local de
Ação Social Local de Évora a 12 de março de 2019.

Índice

Preâmbulo	5
I. Introdução	7
II. Avaliação do plano de desenvolvimento social 2013-2016	12
III. Processo metodológico de construção do PDS 19/21	14
IV. Eixos estratégicos do PDS 19/21	17
V. O trabalho em rede	19
VI. Medidas, indicadores, parcerias	24
EIXO I Cidadania	25
EIXO II Trabalho em Rede	28
EIXO III Envelhecimento Ativo	30
EIXO IV Inclusão	32
EIXO V Formação e emprego	38
VII. Monitorização e avaliação	41
VIII. Considerações finais	41
IX. Anexos	43
Anexo I - Relatório de Estado do Diagnóstico Social de Évora 2013-2015....	45
Anexo II - Relatório final: Contributos para a construção do Plano de Desenvolvimento Social	97

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM - Alto Comissariado para as Migrações

ACRDs - Associações culturais, recreativas e desportivas

AGE- Agrupamentos de Escolas

ANQEP- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP

APPACDM de Évora - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

CLASE - Conselho Local de Ação Social de Évora

CMED- Conselho Municipal de Educação

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora

CRI- Centro de Respostas Integradas

CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

DGEstE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

EEEs - Estabelecimentos de Ensino e Educação

EPRAL - Escola Profissional da Região Alentejo

GARE - Associação para a Promoção de uma Cultura de Segurança Rodoviária

HABE - Habévora, EM

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP

IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

ISS - Instituto da Segurança Social, I.P.

J/UFs - Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Évora

MDM - Movimento Democrático de Mulheres

PEL- Projeto Educativo Local

RIIDE - Rede de Intervenção Integrada do Distrito de Évora

RSI - Rendimento Social de Inserção

UE - Universidade de Évora

UR - Unidade de Rede do Conselho Local de Ação Social de Évora

UREP- Unidade de Rede de Envelhecimento Positivo

URIDI- Unidade de Rede para a Inclusão e Diálogo Intercultural

URSA- Unidade de Rede Sem Abrigo

URSM- Unidade de Rede de Saúde Mental

PREÂMBULO

Passadas já quase duas décadas do século XXI, eis-nos chegados a uma fase crucial do desenvolvimento das sociedades. Os dados referentes à pobreza e exclusão social em Portugal são esmagadores e obrigam-nos a uma reflexão profunda sobre o que é a justiça social, o modo como funciona a estrutura económica, a forma como são distribuídos os lucros e as mais-valias da produção nacional, a forma como promovemos o desenvolvimento, sem condenar à pobreza e exclusão largas camadas da população. O desenvolvimento científico-tecnológico, a chamada quarta revolução industrial ou indústria 4.0 que, libertando mão-de-obra, deveria servir para aliviar o ser humano permitindo-lhe ter mais tempo de lazer, descanso, fruição cultural, mas que, paradoxalmente, tende a produzir mais desemprego e maior acumulação de riqueza em cada vez menos pessoas. Será que uma sociedade assente na promoção da competição consegue proteger os seus membros mais fracos ou, pelo contrário, promove o aumento dos desprotegidos? Será que o engenho individual de um ser, por muito empreendedor que seja, consegue competir com superestruturas financeiras, altamente sofisticadas e diversificadas? Os números mostram que a organização da nossa sociedade tem ainda muito a alterar e que o valor que se dá a cada ser humano é muitas vezes preterido face à saúde dos “mercados”, mesmo que esse facto produza milhares de pobres. São dúvidas que me assaltam diariamente quando acompanho pessoas em grave carência económica, sem habitação, sem direito à educação para os seus filhos, sem direito a cuidados de saúde e medicamentos, sem direito a férias ou descanso, sem direito a ter direitos. Passados 45 anos do fim da ditadura em Portugal, já é tempo de cumprir o que Abril prometeu.

Sara Dimas Fernandes



Vereadora da Câmara Municipal de Évora

I. INTRODUÇÃO

A dimensão das situações de pobreza e exclusão social existentes na Europa no início do século XXI constitui um dos maiores fracassos da organização socioeconómica atual. A anunciada sociedade da abundância e do progresso deveria assegurar condições de vida dignas, em todas as suas vertentes, a toda a população, mas não o fez. Os números e análises científicas têm vindo a atestar a incapacidade de erradicar das sociedades contemporâneas ocidentais o fenómeno da pobreza e exclusão social. Falar destes dois conceitos em simultâneo, “pobreza” e “exclusão social”, é, por um lado, redutor, mas por outro revelador da estreita relação que existe entre eles. Claramente a pobreza implica uma certa forma de exclusão e, não sendo certamente premissa única, contribui sempre para o agravamento das situações de exclusão com origem não monetária.

Do relatório POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL – 2016-2017, do European Union Statistics on Income and Living Conditions 2017, relevam-se os seguintes dados que ilustram a realidade da sociedade portuguesa e atestam a necessidade de uma intervenção cada vez mais forte no sentido da diminuição das desigualdades e consequente aumento da justiça na distribuição da riqueza nacional.

(...)

- *2,4 milhões de pessoas estão em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal, correspondendo a mais de 1/5 da população (23,3%). (...)*
- *O risco de pobreza monetária atinge 18,3% da população, cerca de 1,9 milhões de pessoas. (...)*
- *Cerca de 8% da população em Portugal reside em agregados com intensidade laboral muito reduzida, ou seja, 599 mil pessoas vivem em agregados familiares que estão excluídos do mercado de trabalho. (...)*
- *A privação material e social é uma realidade vivenciada por 16,8% da população em Portugal e 18% está em situação de privação material.*
- *Portugal continua com níveis elevados de desigualdade e superiores à média da UE28. Em 2016, o rendimento dos 20% mais ricos era 5,7 vezes mais elevado que o rendimento dos 20% mais pobres. Este rácio passa para 10 quando nos referimos a diferença existente entre os 10% da população residente em Portugal com maiores rendimentos e os 10% com menores rendimentos. (...)*

O mesmo documento refere ainda os grupos mais vulneráveis para os indicadores: risco de pobreza ou exclusão social; intensidade laboral reduzida; risco de pobreza monetária; privação material severa:

“ (...)

- *As mulheres continuam numa situação de maior vulnerabilidade, apresentando valores mais elevados que a população masculina em todos os indicadores. Em Portugal, 24% das mulheres estão em risco de pobreza ou exclusão social, 18% estão em risco de pobreza monetária, 8,2% vivem em agregados com intensidade laboral muito reduzida e 7,2% estão em privação material severa. (...)*
- *A população com menos de 18 anos é outro grupo que necessita de atenção face a sua vulnerabilidade. Com exceção da intensidade laboral muito reduzida, em todos os restantes indicadores as crianças apresentam resultados mais elevados do que os restantes grupos etários. Mais de 24% das crianças estão em risco de pobreza ou exclusão social e 20,7% desta população está em risco de pobreza monetária. 7,4% das pessoas com menos de 18 anos estão em privação material severa. Ao nível da intensidade laboral muito reduzida, 8,7% da população entre os 18 e os 59 anos vive em agregados familiares com maior exclusão face ao mercado de trabalho e 5,9% das crianças encontram-se nessa situação. (...)*
- *As famílias monoparentais, as famílias com três ou mais crianças dependentes e as famílias unipessoais, ou seja, compostas por apenas um adulto, são os agregados familiares que apresentam percentagens mais elevadas em todos ou quase todos os indicadores analisados (...)*
- *Analisando a população tendo em conta a condição perante o trabalho, a ausência de emprego é claramente um elemento de vulnerabilidade. (...)*
- *Apesar da maior vulnerabilidade das pessoas sem emprego, Portugal continua a ter taxas de pobreza ou exclusão social e de pobreza monetária elevadas para a população em emprego. Segundo os rendimentos de 2016, Portugal tem uma taxa de trabalhadores pobres de 10,8%, e tendo em conta os rendimentos de 2015 tinha a 7ª maior taxa de risco de pobreza da União Europeia entre trabalhadores. Em 2017, 13,3% dos trabalhadores estavam em risco de pobreza ou exclusão social (9ª maior taxa da UE28) e 4% estava em privação material severa. (...)*
- *Existe uma grande diferença nos resultados dos indicadores associados à pobreza ou exclusão social tendo em conta o nível de escolaridade da população. A população com o ensino básico é claramente a mais vulnerável, enquanto a população com ensino superior apresenta valores mais baixos em todos os indicadores. (...)*
- *Os estrangeiros, nomeadamente cidadãos de países terceiros, são outro gru-*

po no qual a incidência de pobreza e de exclusão social é muito elevada. (...)

- *Não existindo, até ao momento, qualquer desagregação ao nível geográfico dos indicadores do EU-SILC para Portugal, a única leitura territorial é obtida pela análise dos indicadores por grau de urbanização do território. Os dados indicam que pobreza ou exclusão social, a pobreza monetária e a intensidade laboral muito reduzida atingem proporções mais elevadas das populações que residem nas zonas rurais, no entanto, a população dos grandes centros urbanos está mais exposta à privação material severa. Assim, nas zonas rurais cerca de 27,5% da população está em risco de pobreza ou exclusão social, quase 23% está em risco de pobreza monetária e mais de 9% vive em agregados com intensidade laboral muito reduzida. A privação material severa atinge 8.2% da população dos grandes centros urbanos e 6,5% da população das zonas rurais.*

(...) ”

Outro estudo recente, o “Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - ICOR 2018”, produzido pelo Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza (ONLCP) apresenta algumas conclusões a reter. Segundo este inquérito:

“ (...)

- *Portugal apresentava em 2018 uma taxa de pobreza ou exclusão social de 21,6% (...);*
- *O atual limiar de pobreza (5610€/ano ou 468€/mês) é o mais elevado desde que existem registos (...);*
- *O crescimento nominal do Salário Mínimo Nacional (SMN) não é acompanhado por um crescimento real da mesma ordem de grandeza do rendimento disponível das famílias (...);*
- *Se a função do Estado enquanto agente de regulação e redistribuição de riqueza se revela fundamental no combate à pobreza por via do impacto na regulação do SMN, é também indispensável aferir do seu impacto noutros domínios da proteção social e da redistribuição de rendimentos. O conjunto de todas as transferências sociais contribuíram, em 2017, para uma redução da taxa de risco de pobreza em 26.4 pp; (...)*
- *As crianças continuam a ser o grupo etário mais vulnerável ao risco de pobreza (...);*
- *A pensão de velhice é a transferência social que tem maior impacto na redução da pobreza (...);*

- *O valor médio das pensões de invalidez e de sobrevivência manteve-se manifestamente abaixo do limiar de pobreza (...);*
- *O valor da prestação do Rendimento Social de Inserção - RSI (183,84 € para um adulto) mantém-se muito abaixo do limiar de risco de pobreza (...).*

De uma forma geral, Évora tem acompanhado as tendências sociais nacionais, apesar de algumas especificidades relativas à população vulnerável. Os dados disponíveis a nível nacional indicam uma vulnerabilidade na população jovem superior à da população idosa, o que de alguma forma é contrariado no Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central - (REDS2015_AC), que dedica uma grande atenção à vulnerabilidade da população idosa e pouca relativa à população jovem. Também o facto de Évora se inserir num território com forte componente rural, em risco de despovoamento, é um fator identitário importante a ter em conta nas políticas sociais a desenvolver.

Interligados a este Plano de Desenvolvimento Social estão dois documentos essenciais para a sua compreensão:

- » O “Relatório de Estado” (ver ANEXO I), que além de atualizar informações do Diagnóstico Social 2013-2015, integra dados sobre problemáticas emergentes no território eborense, como a saúde mental, os sem-abrigo, toxicod dependência e tráfico de seres humanos.
- » A Carta Social do Concelho (publicada em www.cm-evora.pt), aprovada em Dezembro 2018, que contém a radiografia completa dos Equipamentos Sociais existentes, classificados por tipologia, públicos-alvo e ainda por território.

Além do Relatório de Estado, como referência local, temos à disposição o Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central - (REDS2015_AC) donde se destacam alguns dados referentes a 2015:

- » A população residente no Concelho de Évora era de 53 963, representando 34% da população do Alentejo Central e 0,54% da população do continente.
- » O número de famílias clássicas no concelho de Évora era de 22 774, representando 34% das famílias clássicas do Alentejo Central.
- » A taxa de analfabetismo (percentagem de habitantes com mais de 10 anos que não sabe ler nem escrever) no concelho era de 5,5%, ligeiramente superior à percentagem nacional e bastante inferior à do Alentejo Central, 9,6%.

- » Em Évora, a percentagem de habitantes com diploma de ensino superior era de 18,5%, bastante superior à percentagem no continente (14%).
- » População estrangeira representa 2,8% da população de Évora.
- » O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção era de 1737, dos quais 45% têm idade inferior a 25 anos e apenas 8% têm mais de 55 anos;

Sobressaem ainda, deste estudo, dados referentes à população mais vulnerável:

- » Cerca de 25% da população do Alentejo Central tem mais de 65 anos e no concelho de Évora esta percentagem é de 21,6%. Realça-se ainda que 3,1% dos residentes em Évora têm mais de 85 anos.
- » No que diz respeito a deficiências ou incapacidades, no Alentejo Central, o número de pessoas com pelo menos uma dificuldade (ver; ouvir; andar ou subir degraus; memória ou concentração; tomar banho ou vestir-se sozinho; compreender os outros ou fazer-se compreender) era de 32 481, ou seja, 19,5% da população. No concelho de Évora esta percentagem reduz-se para 16,2%.

O relatório apresenta ainda dados que provocam apreensão face às projeções demográficas e fraca capacidade de reter e atrair jovens para o Concelho.

A Lei n.º 4/2007, BASES GERAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL, com as alterações estabelecidas na Lei n.º 83-A/2013, estabelece o princípio do primado da responsabilidade pública, que consiste no dever do Estado de criar as condições necessárias à efetivação do direito à segurança social e de organizar, coordenar e subsidiar o sistema de segurança social. A mesma lei estabelece ainda o princípio da complementaridade, que consiste na articulação das várias formas de proteção social públicas, sociais, cooperativas, mutualistas e privadas com o objetivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha das responsabilidades nos diferentes patamares da proteção social.

No espírito destes dois princípios deverá estar o fundamento dos Conselhos Locais de Ação Social, tal como estabelecido no Decreto-Lei 115/2006 de 14 de Junho que consagra os princípios, finalidades e objetivos da rede social.

O Município de Évora aderiu à Rede Social em 1999, com a reconversão da então Comissão Municipal de Intervenção Social e Educativa, no Conselho Local de Ação Social de Évora (CLASE), aprovado em sede de Reunião Pública de Câmara de 15 de

Janeiro, desse ano, tendo sido mais tarde, de acordo com o previsto no n.º2, do art.º 23.º da Lei 159/99, de 14 de Setembro, um dos 40 Concelhos Piloto do Programa de Implementação da Rede Social em Portugal (Abril de 2001).

Em Évora, a **Rede Social** é entendida como uma plataforma privilegiada de articulação e congregação de esforços, materializando-se no trabalho de parceria alargado e no desenvolvimento de diferentes formas de entreatajuda entre organizações não-governamentais (nomeadamente IPSS e estruturas do Movimento Associativo, mormente o ligado às Associações de Reformados Pensionistas e Idosos, mas também com associações de moradores e outras), da administração pública, autarquias locais como é o caso das Juntas e Uniões de Freguesias, e do tecido empresarial local, visando o desenvolvimento e coesão social do território e a consagração dos princípios da Conferência de Copenhaga 1995, que Portugal subscreveu e cujos objetivos estão longe de ter sido atingidos: garantir a igualdade e equidade entre os homens e mulheres; erradicar a pobreza, promover o pleno emprego e a integração social; promover o pleno respeito pela dignidade humana e o acesso de todos, em termos equitativos, à educação de qualidade e a cuidados médicos, são exemplos paradigmáticos.

No seguimento das orientações legais estabelecidas pelo Decreto-Lei 115/2006, de 14 de junho, consubstanciou-se o processo de maturação da Rede Social de Évora, e em particular do CLASE, o que conduziu este Conselho a momentos de avaliação interna, de consensualização e uniformização de conceitos, de concertação de ofertas formativas para a rede, à realização de fóruns de discussão e à preparação e elaboração dos diversos instrumentos de planeamento estratégico indispensáveis a uma atuação concertada e eficaz em matéria de intervenção social.

Nesta linha, e tendo por base os objetivos estratégicos do Programa da Rede Social e o determinado no Decreto-lei 115/2006, 14 de junho, na alínea e) do artigo 28.º (competências do núcleo executivo dos CLAS), o Núcleo Executivo do CLASE (doravante denominado Núcleo Executivo) elaborou a proposta que aqui se apresenta de **Plano de Desenvolvimento Social de Évora 2019 - 2021 (PDS 19/21)**, instrumento de definição conjunta e negociada, entre os diversos atores locais, das áreas de intervenção social prioritárias para o território, materializado num documento de fácil consulta e acesso, objetivo e claro quanto à identificação de objetivos, metas, ações a desenvolver, parcerias, indicadores e recursos a alocar.

II. AVALIAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2013-2016

O Plano de Desenvolvimento Social 2013-2016 (PDS 13/16) estruturou-se em quatro eixos de intervenção:

1. Envelhecimento Populacional;
2. Combate à Pobreza e Exclusão Social;
3. Grupos e Territórios Vulneráveis;
4. Sistema de Monitorização e Avaliação da Realidade Local.

Ao longo dos três anos de desenvolvimento do PDS 13/16, o Núcleo Executivo realizou monitorizações anuais, tendo em vista a identificação/quantificação das ações realizadas pela Rede Social Local e que concorreram para a concretização dos objetivos de cada um dos eixos do Plano.

Terminado o período de vigência do PDS 13/16, emergiu a necessidade de um momento de avaliação e reflexão em torno, não só da eficácia da implementação deste instrumento no território, como de perspetivar as linhas gerais que deveriam ser atendidas no subsequente PDS.

FORÇAS

Linguagem clara e objetiva;
 Perfil sociodemográfico;
 Avaliação e monitorização anual;

OPORTUNIDADES

Grupos de trabalho temáticos por eixo de intervenção;
 Participação da rede social em todas as fases do processo;

AMBIENTE INTERNO

Relação deficitária entre o Diagnóstico Social 13/15 e o PDS 13/16;

Não identifica as prioridades e estratégias de intervenção;

Fraca articulação do PDS com outros instrumentos de planeamento estratégico;

Inexistência de mensurabilidade em algumas das metas propostas;

AMBIENTE EXTERNO

Dificuldade de implementação da fase de monitorização;

Distanciamento da rede em relação aos instrumentos de planeamento locais;

ANÁLISE SWOT

FRAQUEZAS

AMEAÇAS

Para este efeito foi solicitado ao Núcleo Executivo o preenchimento de uma matriz SWOT sobre o desenvolvimento do plano em fase de conclusão.

Na sequência desta análise, foram elaboradas recomendações a ter em consideração aquando do processo de construção do novo PDS, designadamente:

- Recorrer a dados sociais tão atualizados quanto possível;
- Alargamento do período de vigência do documento para 5 anos, permitindo um maior paralelismo com outros instrumentos de planeamento e uma maior apropriação do mesmo por parte dos atores sociais locais;
- Potenciar a participação de um maior número de “atores” da Rede Social no processo de concetualização e construção do novo documento;
- Promover no processo metodológico uma fase prospetiva suportada nos grupos de trabalho temáticos do CLASE - Unidades de Rede;
- Identificar de forma mais objetiva os objetivos a concretizar, as estratégias a desenvolver, as metas a cumprir e respetivo calendário, os recursos a alocar e as entidades responsáveis pela sua execução;

Tal como referido na monitorização 2015, as conclusões que integram o documento têm por base, unicamente, os dados devolvidos por parte dos membros do CLASE.

III. PROCESSO METODOLÓGICO DE CONSTRUÇÃO DO PDS 19/21

Na posse das recomendações e elementos de avaliação decorrentes do processo de avaliação do PDS 13/16, e considerando a necessidade de obter dados sociais atuais, adveio a premência de promover uma atualização quantitativa e qualitativa das informações de carácter social vertidas no Diagnóstico Social 2013-2015.

Com esse propósito, e conforme deliberado em sede de reunião plenária de CLASE, o Núcleo Executivo elaborou um “**Relatório de Estado**” (ver ANEXO I), que, além de atualizar informações do diagnóstico relativas à situação demográfica, permitiu uma identificação e síntese de dados relativos às principais problemáticas sociais do Concelho, nomeadamente:

- Desemprego/Emprego
- Pessoas em situação de “Sem abrigo”

- Envelhecimento
- Pessoas com Deficiência
- Violência doméstica
- Apoios sociais
- Crianças e jovens em risco
- Minorias étnicas

A execução deste Relatório de Estado (RE), suportada na recolha de informações quantitativas e/ou qualitativas, no tratamento e organização das informações recolhidas e na análise e interpretação dos problemas, possibilitou a definição de prioridades e constituiu-se como plataforma para a definição da uma **metodologia de construção do PDS 19/21** desenvolvida em 11 fases (ver Tabela I).

Esta recolha e interpretação de dados sobre a realidade social do território assumiu ainda especial relevância, na medida em que, identificando necessidades, problemas e respetivas causas, mas também recursos, potencialidades e oportunidades de desenvolvimento, se constituiu como base da **planificação da intervenção**.

Tabela I - metodologia de construção do PDS 19/21

Fase 1	Avaliação da execução do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2016
Fase 2	Definição da estratégia de concetualização e construção do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2021
Fase 3	Início do processo de atualização dos dados de natureza social do Diagnóstico Social 2013-2015 - “Relatório de Estado”
Fase 4	Aprovação da estratégia de conceção e construção do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2021/Reunião CLASE 10 de maio 2016
Fase 5	Estruturação da fase prospetiva do processo metodológico - “Oficinas Prospetivas”
Fase 6	Realização das Oficinas prospetivas
Fase 7	Constituição do Grupo Estratégico de Apoio ao Núcleo Executivo
Fase 8	Apresentação de relatório de resultados das oficinas prospetivas ao Núcleo Executivo e Grupo Estratégico de Apoio - Construção de desafios de intervenção e identificação das principais ações por cenário
Fase 9	Pedido de contributos às entidades com intervenção na área social
Fase 10	Submissão e discussão do documento final no âmbito do CLASE.
Fase 11	Contratualização de ações a desencadear por parceiro e elaboração do plano de ação para o 1º ano de vigência do PDS 19/21

Para o desenvolvimento de algumas das etapas do processo metodológico, o Núcleo Executivo contou com a colaboração do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G – Vidas Ativas), cuja entidade coordenadora local é a Associação de Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Évora e a entidade executora da parceria a Fundação Eugénio de Almeida.

De modo a garantir a representatividade e participação de diferentes domínios da intervenção social no processo de concetualização/construção deste documento, foi ainda constituído, com base na deliberação da reunião plenária de CLASE de 15 de dezembro de 2016, um **Grupo Estratégico de apoio ao Núcleo Executivo** composto por nove entidades e organizações (Associação de Idosos e Reformados do Bairro do Bacelo; Associação Oncológica do Alentejo; Associação para o Planeamento da Família; Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora; Departamento de Sociologia da Universidade de Évora; União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras; União de Freguesias de Bacelo e Sr^a da Saúde; União de Freguesias de Évora).

Para a execução da fase prospetiva prevista na metodologia deste processo, recorreu-se a dois instrumentos: oficinas prospetivas e ao *Metaplan*.

Na fase de preparação das oficinas prospetivas e considerando o objetivo que se pretendia alcançar a equipa de trabalho do CLDS-3G e o Núcleo Executivo determinaram como questão de partida para o desenvolvimento das sessões **“Que concelho queremos no futuro?”**, devendo o dinamizador da sessão induzir os presentes a uma reflexão simultânea, na sua dupla condição de técnicos de uma determinada organização/entidade, mas também enquanto cidadãos.

A sistematização da informação produzida na 1^a oficina traduziu-se na relação entre as propostas apresentadas pelos técnicos e a elaboração de áreas temáticas de desenvolvimento que, no contexto da segunda oficina, seriam alvo de reflexão crítica e consequente identificação de propostas que, no curto/médio prazo, pudessem contribuir para a concretização dos objetivos identificados pelas organizações.

Por último, a informação produzida foi organizada segundo uma matriz de prioridades, tendo em conta a importância da sua execução para o desenvolvimento social local e os recursos existentes no território para este fim.

Das conclusões retiradas do **Relatório da fase prospetiva do processo metodológico**, complementadas com os contributos e recomendações das entidades com intervenção na área social e conjugadas com documentos nacionais e locais estratégicos (Ver anexo II), emanaram cinco “Eixos Estratégicos”(EEs), que se pretendem orientadores do desenvolvimento social do concelho.

IV. EIXOS ESTRATÉGICOS DO PDS 19/21

Em termos genéricos os cinco “Eixos Estratégicos” enquadram as linhas orientadoras do PDS 19|21 e consubstanciam-se como as grandes áreas de atuação para a Rede Social de Évora. São eles:

EIXO I | CIDADANIA

Resulta da necessidade de fomentar a participação cívica e democrática, segundo uma perspetiva crítica, mas também como processo de consciencialização por parte dos cidadãos de direitos e deveres. Engloba ações de sensibilização e o desenvolvimento de campanhas em diversas áreas temáticas, nomeadamente ao nível da prevenção dos comportamentos de risco, da igualdade de género e prevenção da violência doméstica, da proteção do ambiente, da valorização e fruição do espaço público, da construção de Évora como cidade de Educação, Cultura, entre outras.

EIXO II | TRABALHO EM REDE

Pressupõe as potenciais vantagens do trabalho em rede e da intervenção social de cariz multidisciplinar e multissetorial. Inclui a promoção do estabelecimento de parcerias estratégicas em determinadas áreas de atuação, a partilha de recursos diversos (recursos humanos, técnicos, instalações, ...), a constituição de redes de trabalho setoriais e a partilha e valorização de boas práticas, promovendo uma maior eficácia das instituições e organizações tanto no diagnóstico social como na atuação. Pressupõe uma maior racionalidade no emprego dos recursos, libertando-os para áreas de atuação mais deprivadas. Promove a transmissão de conhecimentos de diversa ordem às organizações mais frágeis da rede.

EIXO III | ENVELHECIMENTO ATIVO

Procura responder à evolução demográfica projetada para o concelho, bem como suprir carências de respostas de intervenção para a faixa etária acima dos 65 anos. Privilegia o reconhecimento da importância do papel social do idoso através da valorização dos seus conhecimentos, o encontro intergeracional, a promoção de estilos de vida mais ativos e saudáveis e o desenvolvimento de projetos e atividades (lúdicas, culturais, desportivas ...) que proporcionem momentos de partilha e convívio e procurem envolver com maior intensidade as suas estruturas representativas.

EIXO IV | INCLUSÃO

Tem como base a necessidade de construção de um Estado coeso e solidário, com capacidade para garantir a todos os cidadãos o acesso a serviços públicos de qualidade, a igualdade de oportunidades e a proteção à população que integra os grupos sociais mais vulneráveis. Integram este “Eixo” propostas relativas a apoios sociais a pessoas em situação de carência económica; medidas de melhoria das acessibilidades/mobilidades de pessoas com deficiência e/ou incapacidade; iniciativas de valorização do diálogo intercultural focadas nas minorias étnicas e ainda iniciativas de promoção da igualdade de género.

EIXO V | FORMAÇÃO E EMPREGO

Resulta da incorporação de propostas relativas à capacitação e formação contínua e formação ao longo da vida, das pessoas em situação de desemprego e dos técnicos e dirigentes da Rede Social bem como dos elementos integrantes do Movimento Associativo Voluntário com assento no CLASE. Engloba também propostas ao nível da adequação da oferta formativa às perspetivas de empregabilidade da população jovem e às áreas de desenvolvimento estratégico do concelho.

Definidos os “Eixos Estratégicos” de intervenção, coube ainda, em fase prévia à sua operacionalização, articular as suas linhas orientadoras com os instrumentos de planeamento locais em vigor (Plano Diretor Municipal, Plano de Desenvolvimento Estratégico de Évora, Carta Social, Carta Educativa, Relatório de Estado do Diagnóstico Social), não descurando a sua validação à luz das estratégias e legislação de âmbito nacional.

Desta forma, para além de evitar que as medidas inscritas no PDS entrem em contradição ou se sobreponham a diretivas superiores, assegura-se que este documento, preenchendo lacunas e estabelecendo complementaridades, se constituirá como o “cimento” que as vai unir.

O período de vigência do presente PDS (2019 – 2021) corresponde ao intervalo temporal em que será elaborada e formalizada a candidatura da cidade de Évora a Capital Europeia de Cultura 2027 (ECOC 2027).

Sendo objetivo central da manifestação “Capital Europeia da Cultura”, “Valorizar a riqueza e a diversidade das culturas europeias, assim como as características comuns, e contribuir para um maior conhecimento mútuo dos cidadãos europeus” *, não é menos verdade que, de entre os requisitos que viabilizam o processo de candidatura, se encontra a definição da forma como a cidade pretende “Assegurar a mobilização e participação de grandes camadas da população e, por conseguinte, garantir o im-

pacto social da ação e sua continuidade além do ano em causa” *.

A ECOC 2027, publicamente apresentada no mês de fevereiro de 2019, está estruturada em torno de uma Comissão Executiva constituída por entidades com grandes responsabilidades no que ao desenvolvimento social do concelho diz respeito, nomeadamente: Câmara Municipal de Évora, Turismo do Alentejo ERT, Direção-Regional de Cultura do Alentejo, Universidade de Évora, Fundação Eugénio de Almeida, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo e Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo.

Sendo esta candidatura um desafio transversal a todas as entidades e agentes locais, é requisito fundamental ao sucesso da mesma, muito mais do que a programação de um complexo programa cultural para um ano, o envolvimento de toda a cidade e região num verdadeiro processo participado de desenvolvimento urbano, económico, e social.

Desta forma, não sendo a ECOC 2027, em si mesma, um eixo estratégico do PDS 19/21, é fundamental que esta integre e alimente este instrumento de planeamento, indo ao encontro das recomendações da Comissão Europeia (Decisão N.º 445/2014/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014), que refere ser “ igualmente importante que as cidades detentoras do título procurem promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades e que desenvolvam todos os esforços para garantir a mais ampla participação possível de todas as componentes da sociedade civil na preparação e implementação do programa cultural, prestando especial atenção aos jovens e aos sectores marginalizados e desfavorecidos”.

* http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7600

V. O TRABALHO EM REDE

Resultado das constantes alterações de natureza económica, demográfica, social e comunicacional, a sociedade atual foi procurando responder através da construção de novos paradigmas de intervenção que facultem as respostas necessárias para a resolução ou mitigação dos problemas das populações, proporcionando-lhes bem-estar, dignidade, acesso aos direitos e apoio na elaboração de um projeto de vida realista e autónomo.

A constante complexificação dos problemas sociais impede que cada organização *per si* consiga dar resposta às necessidades impostas por estes desafios.

É neste contexto que se assiste a uma (re)organização da rede social e à emergência de um novo modelo de atuação, pautado pela horizontalidade da comunicação, pela intersetorialidade e pela partilha e rentabilização de recursos. Hoje, o trabalho

em rede assume uma expressão ímpar no quadro de desenvolvimento social dos territórios, ao potenciarem e ao materializarem respostas de atuação que derivam da cooperação, mas sobretudo da colaboração entre entidades e organizações reunidas em torno de um objetivo comum.

O concelho de Évora não fica alheio a esta tendência e diversos são os exemplos de trabalho em rede e em colaboração que poderemos enunciar.

Desde logo na área da infância e juventude destaca-se a intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), incluída no âmbito das instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional, que promovem os direitos da criança e do jovem prevenindo ou colocando termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Estas estruturas são acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ). As comissões de proteção atuam na área do município onde têm sede, ou seja, têm competência concelhia.

Na sua modalidade alargada, as comissões de proteção de crianças e jovens possuem competências no plano da prevenção primária, cuja concretização resulta do trabalho em rede das entidades que integram as comissões. À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança está em perigo (atuação ao nível da reparação).

Nos quadros de intervenção da população adulta e família e comunidade será de frisar o trabalho desenvolvido pela RIIDE (Rede de Intervenção Integrada do Distrito de Évora) e das Unidades de Rede do Conselho Local de Ação Social de Évora.

A RIIDE – Rede de Intervenção Integrada do Distrito de Évora tem como objetivos: conhecer o fenómeno da violência, através da perceção dos vários agentes; qualificar os técnicos que fazem atendimento no âmbito da problemática da violência, dotando-os de competências específicas; estabelecer uma parceria efetiva entre os vários intervenientes na problemática da violência, possibilitando uma intervenção mais eficaz; criar condições para oferecer às vítimas uma resposta integrada e multidisciplinar.

As Unidades de Rede (UR) são órgãos de diálogo interinstitucional para a promoção de objetivos comuns, constituindo-se como um fórum privilegiado para a discussão de questões concretas relacionadas com as esferas comuns de intervenção de cada uma das instituições. Cada parceiro conserva a sua especificidade, mas disponibiliza-se para realizar projetos e ações em conjunto, em função das principais problemáticas vertidas nos documentos de planeamento social, ou de problemas sociais emergentes no concelho, cuja articulação de respostas e recursos impera.

- » O investimento na formação/capacitação de técnicos e auxiliares de ação

direta e dirigentes não remunerados do associativismo voluntário;

- » A realização/monitorização de diagnósticos atualizados;
- » A rentabilização de recursos logísticos e técnicos.

Em 2019, o CLASE tem quatro Unidades de Rede:

- **UR - Envelhecimento Positivo** na qual participam 23 entidades locais:

- » Aliança Solidária Terapêutica de Évora;
- » Associação “Os Amigos de S. Manços”;
- » Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Canaviais;
- » Associação de Solidariedade Social de Professores;
- » Associação de Surdos de Évora;
- » Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar Social (ADBES);
- » Banco de Tempo;
- » Câmara Municipal de Évora;
- » Cáritas Arquidiocesana de Évora;
- » Centro Distrital de Segurança Social;
- » Centro Humanitário da Cruz Vermelha de Évora;
- » Centro Social e Paroquial da Torre de Coelheiros;
- » Fundação Eugénio de Almeida;
- » Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede;
- » Legado Caixeiro Alentejano;
- » Obra S. José Operário;
- » Santa Casa da Misericórdia de Azaruja;
- » Santa Casa da Misericórdia de Évora;
- » Serviço Municipal de Proteção Civil;
- » Suão;
- » União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras;
- » União de Freguesias do Bacelo e Sr^a da Saúde;
- » Universidade Sénior de Évora.

Esta unidade de rede tem como missão o desenvolvimento de projetos e ações que promovam a valorização do papel social do idoso em todos os seus quadrantes, que previnam situações de isolamento, que assentem na formação contínua, no bem-estar e na qualidade de vida da população idosa.

- **UR - Saúde Mental** (que estabelece a ponte entre as áreas social e da saúde) na qual participam 11 entidades locais:

- » Aliança Solidária Terapêutica;
- » Associação de Paralisia Cerebral de Évora (APCE);
- » Associação de Reabilitação, Apoio e Solidariedade Social (ARASS);
- » Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Évora (APPACDM);
- » Associação Sócio-Cultural Terapêutica de Évora (ASCTE);
- » Câmara Municipal de Évora;
- » Cercidiana;
- » Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital do Espírito Santo;
- » Fundação S. João de Deus.
- » Metalentejo;
- » Núcleo de Psicologia do Alentejo;

Esta unidade de rede centra a sua intervenção no desenvolvimento de ações de promoção da saúde mental e no combate ao estigma e preconceito de que as pessoas com doença mental são vítimas.

- **UR - Sem-Abrigo** na qual participam 10 entidades públicas e privadas:

- » Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP/Centro de Respostas Integradas do Alentejo Central e Unidade de Cuidados na Comunidade;
- » Associação Pão e Paz;
- » Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Évora (APPACDM);
- » Câmara Municipal de Évora;
- » Cáritas Arquidiocesana de Évora;
- » Centro Distrital de Évora do Instituto de Segurança Social, IP;

- » Centro Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa;
- » Centro Social e Paroquial de São Brás;
- » Habévora;
- » Santa Casa da Misericórdia de Évora.

Esta unidade de rede pretende promover o conhecimento sobre a dimensão e natureza do problema no concelho, construindo um diagnóstico atualizado e concertado; visa ainda contribuir para a qualificação da intervenção e contribuir para a definição de estratégias de intervenção com vista à alteração da condição das pessoas em situação de sem-abrigo.

Foi definido conjuntamente um modelo de intervenção, acompanhamento, monitorização e avaliação, nomeadamente através da designação de um “gestor/a de caso”.

-UR – Inclusão e Diálogo Intercultural na qual participam 11 entidades locais:

- » Câmara Municipal de Évora;
- » Centro Distrital de Évora do Instituto de Segurança Social, IP;
- » Instituto de Emprego e Formação Profissional de Évora;
- » Administração Regional de Saúde;
- » Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- » Polícia de Segurança Pública;
- » Guarda Nacional Republicana;
- » Habévora;
- » União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras;
- » Centro Humanitário de Évora da Cruz Vermelha Portuguesa;
- » Associação para o Desenvolvimento e Bem-Estar da Cruz da Picada (ADBES).

Esta unidade de rede tem como principal objetivo fomentar a inclusão e a interculturalidade entre os grupos culturalmente distintos, presentes no território, mediante a conceção e desenvolvimento de um conjunto de ações/respostas que contribuam para a efetiva mitigação da exclusão social;

A unidade de rede centrará a sua intervenção no conhecimento da realidade das comunidades ciganas presentes no território, bem como no desenvolvimento de um conjunto de ações/respostas que promovam a inclusão e igual-

dade de oportunidades destas comunidades.

Para este efeito este grupo de trabalho pretende desenvolver ações que visam o (re)conhecimento das comunidades ciganas no território e o acompanhamento e capacitação de agregados familiares, visando, sobretudo, a integração dos menores em contexto escolar.

Em suma , conclui-se que as estratégias de colaboração, o trabalho em rede e em parceira são modelos de atuação consolidados no território, permitindo uma complementaridade fundamental com aquelas que são as respostas de natureza mais instrumental e tipificada da ação social. É da interseção destas duas formas de intervir que podem surgir planos mais centrados nos indivíduos, no efetivo reconhecimento das suas necessidades e expetativas, conducentes a um percurso mobilizador que se repercute em alterações positivas e determinantes nas suas vidas.

VI. MEDIDAS, INDICADORES, PARCERIAS

Como corolário do trabalho desenvolvido são apresentadas, em associação com cada Eixo Estratégico, os principais domínios de intervenção, sendo-lhes alocadas as medidas e metas propostas e respetivos indicadores, bem como os responsáveis e parceiros envolvidos na execução do plano de ação.

EIXO I | CIDADANIA
Linhas orientadoras e enquadramento estratégico:

- Carta de Princípios das Cidades Educadoras
- Decreto-Lei n.º 55/2018
- Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central (2017-2020);
- Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação - Portugal + Igual (2018-2030);
- Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania

Objetivo geral: Fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica e corresponsável, apostando na capacitação permanente e continua ao longo da vida e na prevenção como processo para a promoção dos direitos e deveres do cidadão.

Palavras chave: Cidadãos/Beneficiários de prestações sociais/Igualdade de Género/ Violência Doméstica e de Género/Crianças e Jovens/ Cuidadores

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	ANO DE EXECUÇÃO		
						2019	2020	2021
Defesa e afirmação dos direitos sociais	Promover a defesa dos direitos e valores democráticos; combater o estigma e discriminação e valorizar o cidadão	Assinalar efemérides e datas temáticas	Nº de datas assinaladas	CME Conselhos Municipais/Locais	ACRDs	x	x	x
Igualdade de Género e Não Discriminação	Contribuir para o compromisso estratégico para a igualdade de género e não discriminação	Elaborar plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH)	Elaboração do Plano	CME Agrupamentos de Escolas (AGE) Organizações 3º setor	CLASE CMED		x	x

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL | ÉVORA 2019-2021

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	ANO DE EXECUÇÃO		
						2019	2020	2021
Igualdade de Género e Não Discriminação/ Combate à Violência Doméstica	Contribuir para o compromisso estratégico para a prevenção e combate à violência doméstica	Elaborar Plano de Ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD)	Elaboração do Plano	Grupo de trabalho a constituir	CLASE			X
Acesso de todos à educação não formal	Apostar na educação não formal, convivência, fruição da cidade, interligação entre estruturas sociais e culturais do concelho, abrangendo diferentes públicos	Elaborar Projeto Educativo Local (PEL)	Elaboração Projeto	CME ACRDs	AGE CMED CLASE			x
Gestão participada, democrática, aberta e transparente	Promover a dinâmica social, demográfica e cultural das freguesias rurais do concelho	Dinamizar ciclo de debates sobre os apoios e dinamização das EB 1's e JIs das Freguesias rurais	Nº de debates realizados Nº de freguesias e uniões de freguesia envolvidas	CMED	JF/UF Organizações do terceiro setor	x	x	x

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	ANO DE EXECUÇÃO		
						2019	2020	2021
Campanhas de sensibilização	Promover maior conhecimento e valorização dos recursos naturais	Promover ações de consumo de produtos de base local nas cantinas escolares	Nº de ações realizadas	UF/JF CME Associação de Desenvolvimento Local	AGE	x	x	x
	Promover comportamentos sustentáveis de valorização e proteção do ambiente	Promover ações de sensibilização sobre diferentes matérias ambientais (resíduos sólidos urbanos, preservação do património e paisagem)	Nº de ações realizadas	CME UF/JF GESAMB	AGE organizações do terceiro setor	x	x	x
Infância e Juventude	Contribuir para a promoção do sucesso escolar	Executar Projeto Municipal de Promoção do Sucesso Escolar "EducArte"	Nº de ações desenvolvidas	CME UE	AGE/ organizações do terceiro setor	x	x	
	Promover os direitos de crianças e jovens	Avaliar possibilidade de candidatura "Cidade Amiga das Crianças" UNICEF e/ou ao Selo Protetor	Tomada de decisão sobre apresentação de candidatura	CLASE	Organizações da rede social e cultural		x	
Cuidadores Informais	Conhecer a realidade local de cuidadores informais e de situações de dependência	Realizar diagnóstico de cuidadores informais e de pessoas em situação de dependência	Apresentação de diagnóstico	CME UE	UF/JF Organizações do terceiro setor ARS		x	x

EIXO II | TRABALHO EM REDE

Linhas orientadoras e enquadramento estratégico:

- Carta de Princípios das Cidades Educadoras
- Decreto-Lei 115/2006
- Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central (2017-2020);
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Objetivo geral: Fomentar uma nova cultura de trabalho em rede, privilegiando a colaboração horizontal, multidisciplinar e multisetorial, entre organismos públicos e privados, a partilha de recursos e a parceria estratégica, assente num modelo de liderança colaborativa.

Palavras-chave: Trabalho em rede/multidisciplinidade/coesão/governança integrada/lideranças colaborativas

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	ANO DE EXECUÇÃO		
						2019	2020	2021
Unidades de Rede	Consolidar a intervenção das Unidades de Rede e avaliar a possibilidade de constituição de outras	Executar os planos de ação anuais das unidades de rede do CLASE	Executar pelo menos 80% das ações em cada ano	Unidades de Rede (UR)	CLASE	x	x	x
Coesão da rede social	Fomentar a partilha de experiências e boas práticas	Realização de Seminário da Rede Social	Realização de Seminário	NE/CLASE	Organizações do terceiro setor		x	
	Melhorar o funcionamento interno do CLASE	Promover momento de reflexão/avaliação	Nº de contributos recolhidos	NE	CLASE		x	
	Promover a reflexão em torno de temáticas pertinentes no concelho	Organizar CLASES temáticos	Nº de CLASES temáticos organizados	NE	CLASE	x	x	x

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	ANO DE EXECUÇÃO		
						2019	2020	2021
Trabalho Multiredes	Fomentar a partilha com outras redes	Participação do CLASE em encontros com outras redes	Nº de encontros em que o CLASE participou	NE	CLASE	x	x	x
	Identificar fatores de risco em matéria de adições nas comunidades e sobre eles desenvolver estratégias de intervenção	Promover Programa de Respostas Integradas	Execução do programa Nº de parceiros envolvidos	CRI	CME Forças de segurança	x	x	x
	Colocar a temática do álcool como prioridade de intervenção, nas diferentes estruturas de atuação	Reforçar o Grupo de Intervenção Regional do Álcool	Nº de ações/ entidades		Organizações do 3º setor CLASE	x	x	x
Planeamento da intervenção social	Desenvolver cultura de melhoria contínua	Conceber sistema de monitorização e avaliação	Assegurar a avaliação contínua do PDS	NE	CLASE Organizações do terceiro setor	x	x	x

EIXO III | ENVELHECIMENTO ATIVO

Linhas orientadoras e enquadramento estratégico:

- Carta de Princípios das Cidades Educadoras
- Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025
- Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central (2017-2020);

Objetivo geral: Promover a valorização do papel social do idoso, a sua qualidade de vida e o encontro intergeracional.

Palavras-chave: saúde, participação, segurança, valor social

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	ANO DE EXECUÇÃO		
						2019	2020	2021
Criação/ qualificação das respostas sociais	Potenciar o contacto intergeracional entre jovens universitários e idosos	Renovar o programa Municipal “Laços para a Vida”	Nº de beneficiários	CME	CLASE	x	x	x
	Aumentar a cobertura de respostas sociais para idosos	Promover o alargamento da resposta social “Estrutura Residencial para Idosos”	Nº vagas	ISS	Organizações do terceiro setor			x
	Aumentar a resposta de Centro de Convívio	Promover o alargamento da resposta social de Centro de Convívio, finalizando equipamentos pré-iniciados, garantindo o seu funcionamento futuro.	Nº de equipamentos concluídos	ISS CME	CLASE ARPIHF AARPIS. Miguel de Machede ARISA	x	x	x

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	ANO DE EXECUÇÃO		
						2019	2020	2021
Vida Ativa	Promover hábitos de vida saudável através da prática regular de exercício físico	Reforçar o programa Municipal “Seniores Ativos”	Nº de beneficiários nº de ações realizadas	CME	JF/UF Organizações do terceiro setor	x	x	x
Valorização social dos idosos	Promover a valorização e proteção da pessoa idosa	Implementar o Programa Municipal de Envelhecimento Positivo	Nº de ações implementadas	CME	UREP Outras organizações do terceiro setor	x	x	x
	Reconhecer e potenciar as competências das pessoas idosas	Criar mecanismos de participação das pessoas idosas nos processos de decisão e promoção da cidadania	Nº de mecanismos criados	CLASE/UREP	Outras organizações da rede social Comunidade em geral	x	x	x

EIXO IV | INCLUSÃO

Linhas orientadoras e enquadramento estratégico:

- Carta de Princípios das Cidades Educadoras
- Decreto-Lei 54/2018
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Évora;
- Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central (2017-2020);
- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013 -2020);
- Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (2018 - 2030);
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
- Programa Nacional de Luta contra a Pobreza;

Objetivo geral: Construir a igualdade de oportunidades, esbatendo assimetrias com especial enfoque nos grupos vulneráveis identificados.

Palavras chave: Saúde mental/Minorias étnicas/Migrantes/Deficiência/Sem-Abrigo

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	PLANO DE AÇÃO		
						2019	2020	2021
Deficiência/ Incapacidade	Contribuir para a melhoria das acessibilidades, tornando espaços públicos acessíveis	Promover a execução de programa de eliminação de barreiras e melhoria de acessibilidades	Nº de intervenções realizadas	CME Organizações públicas e privadas	Organizações de apoio à área de deficiência/incapacidade	x	x	x
	Contribuir para a melhoria das acessibilidades, tornando espaços públicos acessíveis	Integrar a problemática da acessibilidade no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora	Aprovação da alteração do Plano de Mobilidade Urbana	CME	Organizações de apoio à área de deficiência/incapacidade		x	

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	PLANO DE AÇÃO		
						2019	2020	2021
(cont.) Deficiência/ Incapacidade	Promover a integração de crianças e jovens com deficiência/incapacidade	Reforçar a oferta de Ocupação de Tempos Livres nas pausas letivas para crianças e jovens com deficiência/incapacidade	N.º de beneficiários N.º de respostas	CME Organizações de apoio à área de deficiência/incapacidade	CLASE	x	x	x
	Promover a reflexão sobre Educação Inclusiva	Promover debates com especialistas para a comunidade educativa e terceiro setor	N.º de debates realizados	CMED DGEstE ISS	CLASE		x	x
	Criar circuitos de linguagem acessível	Qualificar serviços de atendimento com recursos físicos e humanos para o atendimento de pessoas com deficiência e incapacidade	N.º de serviços qualificados	ISS CME Organismos públicos e privados	CLASE	x	x	x
	Promover a inclusão e oportunidades para todos os cidadãos no acesso à prática desportiva	Implementar programa "Inclusão em Movimento"	N.º de ações realizadas	CME	Organizações de apoio à área de deficiência/incapacidade	x	x	x

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	PLANO DE AÇÃO		
						2019	2020	2021
Saúde mental	Fomentar a literacia em saúde mental	Facilitar o desenvolvimento de estruturas/respostas específicas em saúde mental	Nº de estruturas/respostas criadas	Ministérios Saúde e Segurança Social	CLASE			x
Crianças e Jovens em Risco	Qualificar a intervenção nos EEE	Criar ciclo formativo para PND que acompanha os alunos com NEE	Nº de beneficiários Nº de ações realizadas	CMED CLASE	Rede social		x	x
	Reforçar as respostas sociais existentes no concelho	Aumentar a resposta de acompanhamento psicológico continuado e individualizado	Nº de crianças/jovens acompanhados	ISS Organizações do terceiro setor	AGE CPCJ	x	x	x
	Capacitar famílias para a promoção dos direitos e bem-estar das crianças	Reforçar nº de Programas de Competências Parentais e Sociais	Nº de programas existentes no concelho	Organizações do terceiro setor	AGE CPCJ	x	x	x

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	PLANO DE AÇÃO		
						2019	2020	2021
Minorias Étnicas	Contribuir para a Inclusão das Comunidades Ciganas	Implementar projeto piloto “Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas” do ACM	Aprovação do Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas	URIDI	ACM Representantes das Comunidades Ciganas	x	x	x
		Qualificar e constituir mediadores interculturais de etnia cigana	Nº de mediadores interculturais constituídos	URIDI	ACM Representantes das Comunidades Ciganas	x	x	x
	Incentivar estruturas representativas das comunidades ciganas	Potenciar o associativismo cigano no território	Constituição de associação de ciganos no concelho	URIDI	ACM Representantes das Comunidades Ciganas			x

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	PLANO DE AÇÃO		
						2019	2020	2021
Habitação	Promover a melhoria da resposta habitacional do concelho	Implementar Plano Local de Habitação/Estratégia de Reabilitação Urbana	Nº de medidas implementadas	CME	IHRU			x
	Promover a melhoria da resposta habitacional do concelho apoiando munícipes em situação de carência económica	Criar Programa de Melhoramento das Condições de Habitação	Aprovação do Programa N.º de ações concretizadas	CME	CLASE Organizações do terceiro setor			x
		Promover o Arrendamento Apoiado	Nº de medidas criadas	Habévora				x
	Promover a melhoria da resposta habitacional do concelho apoiando munícipes em situação de vulnerabilidade	Criar grupo de trabalho para respostas integradas para outras necessidades habitacionais	Constituição do grupo	CLASE	Organizações do terceiro setor			x
	Reforçar o sentido de pertença da comunidade de bairros onde existe resposta de habitação social	Promover o desenvolvimento de projeto social recreativo e desportivo nos bairros de habitação social	Nº de ações desenvolvidas	Habévora	Organizações do terceiro setor UF da cidade			x

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	PLANO DE AÇÃO		
						2019	2020	2021
Plano Integrado de Apoio Social	Apoiar munícipes em situação de vulnerabilidade social e económica, contribuindo para a sua inclusão social	Reforçar os apoios do cartão social do munícipe, diversificando a tipologia de beneficiários, abrangendo outros munícipes em situação de vulnerabilidade, para além de idosos e pensionistas	Nº de novas medidas implementadas/ novos apoios incluídos Nº de novos beneficiários	CME	CLASE		x	x
Migrantes	Promover a inclusão de migrantes no território	Avaliar a necessidade de criação de resposta formal no concelho para a inclusão de migrantes	Tomada de decisão sobre a necessidade de criação da resposta	CME	CLASE			x
Pessoas em situação de sem abrigo	Contribuir para a inclusão de PSA	Promover a inclusão de PSA no plano local de habitação	Nº de medidas previstas no plano para PSA	CME	URSA			x
		Reforçar as respostas e articulações no território para que ninguém fique na rua por mais de 24 horas	Nº de novas medidas/respostas desenvolvidas	URSA	Rede Social	x	x	x
		Definir estratégia local que assegure o acompanhamento das PSA à saída da resposta de CAT	Aprovação da estratégia local	URSA/IEFP	Rede Social		x	x

EIXO V | FORMAÇÃO E EMPREGO

Linhas orientadoras e enquadramento estratégico:

- Carta de Princípios das Cidades Educadoras
- Decreto-Lei 55/2018;
- Decreto-Lei nº 90/2017;
- Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania;
- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- Quadro de Avaliação e Responsabilização ao nível do Emprego e Formação;
- Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central (2017-2020);

Objetivo geral: Apostar na capacitação e formação ao longo da vida para diferentes públicos, com vista à qualificação e ao contributo para o desenvolvimento de emprego

Palavras chave: Qualificação, Emprego

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	PLANO DE AÇÃO		
						2019	2020	2021
Desempregados Longa Duração	Contribuir para a integração de Desempregados de Longa Duração	Promover o conhecimento das características dos desempregados de longa duração inscritos no IEFP	Elaboração e disseminação de estudo de diagnóstico	IEFP	Organizações do terceiro setor	x	x	x
		Qualificar a intervenção do NLI através do conhecimento mais aprofundado do desempregado de longa duração e definição de plano de intervenção		NLI	ARSA Organizações do terceiro setor	x	x	x

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	PLANO DE AÇÃO		
						2019	2020	2021
Públicos Vulneráveis	Contribuir para a integração e qualificação de públicos vulneráveis (pessoa com deficiência e incapacidade, minorias étnicas, migrantes)	Capacitar as entidades públicas e privadas para a integração profissional de públicos vulneráveis	Nº de ações de formação/ sensibilização realizadas	APPACDM de Évora	Organizações públicas e privadas		X	X
	Potenciar a inclusão e qualificação dos inquilinos da empresa de habitação municipal Habévora, EM	Desenvolver o Projeto "Saber +" - Melhorar os níveis de educação e formação de jovens e adultos inquilinos da Habévora, E.M	Nº de ações realizadas	Habévora Qualifica		X	X	X
Jovens Neet's*	Contribuir para a sinalização, encaminhamento e orientação de alunos em absentismo ou que abandonam o sistema educativo	Criar sistema de sinalização e monitorização de jovens NEETS	Aprovação do sistema de sinalização	DGEstE CME	AGE		X	X

*Not currently engaged in employment, education or training

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS	MEDIDAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	ENVOLVIDOS	PLANO DE AÇÃO		
						2019	2020	2021
Ensino profissional	Promover o estreitamento da articulação entre empregadores e instituições educativas	Criar projeto “Sistema de Antecipação de Necessidades Formativas”	Aprovação do projeto	ANQEP DGEstE	CIMAC AGE		X	X
	Promover o estreitamento da articulação entre empregadores e instituições educativas e maior divulgação das ofertas para o público em geral	Realização de certame para apresentação da oferta de formação profissional regional	Realização de certame Nº de participantes Tipologia dos participantes	CIMAC IEFP ANQEP	CME AGE EPRAL			X
Capacitação e formação de agentes de intervenção da Rede Social	Promover a capacitação contínua de dirigentes e técnicos na área do planeamento, gestão e dinamização de parcerias	Desenvolver ações de formação contínua em diferentes áreas, incluindo a literacia digital	Nº de ações realizadas	CLASE	Rede Social	X	X	X

VII. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A monitorização e avaliação do presente PDS 2019/2021 visa garantir o acompanhamento das propostas apresentadas neste documento e efetuar eventuais ajustes, em espaços de tempo curtos, acompanhando a evolução da realidade social local.

Para garantir a monitorização e avaliação do PDS 2019/2021 estão previstos Planos de Ação anuais e a apresentação dos respetivos relatórios de estado da situação. A principal evidência da apropriação deste documento de planeamento assentará na sua ligação aos Planos de Atividades das organizações da rede social e do próprio CLASE.

O I Plano será elaborado em 2019 e apresentados os seus resultados no ano 2020. O II Plano será elaborado em 2021, prevendo-se a apresentação desse relatório no início de 2022.

Os Planos de Ação e respetivos relatórios incluirão os seguintes elementos:

a identificação dos principais objetivos, metas, indicadores de execução e recursos;

a indicação do calendário de execução e dos responsáveis pelo mesmo;

A equipa responsável pela monitorização e avaliação deste PDS será o Núcleo Executivo do CLASE, sendo que o contributo de todas as organizações do CLASE é fundamental para o sucesso da concretização das medidas e metas apontadas no PDS.

Esta metodologia de trabalho contribuirá para uma maior transparência e rigor na execução da estratégia para o desenvolvimento social do concelho, numa lógica de prestação de contas com e no CLASE, mas também na identificação atempada de desvios e conseqüente adoção de medidas corretivas, tantas vezes necessárias e associadas ao planeamento a médio prazo.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação de estagnação ou até de recessão económica, vivida em Portugal na primeira década do século XX, fez com que o país fosse um dos mais afetados pela chamada “Crise da dívida pública da Zona Euro”. Durante o período de vigência do “Memorando de Políticas Económicas e Financeiras” (Maio de 2011 - Maio 2014), verificaram-se em Portugal elevados níveis de desemprego (atingindo-se um pico de 16,2% em 2013), precariedade laboral e acentuaram-se as situações de pobreza, desigualdade e exclusão social. A partir dessa data, de forma contínua, a taxa de emprego tem aumentado e a de desemprego diminuído (ICOR 2018).

A nível local, nos últimos anos tem-se verificado uma redução substancial do investimento público com origem no Orçamento do Estado, assumindo peso progressivamente crescente os programas de apoio comunitário, em particular o INALENTEJO,

no âmbito do QREN 2007-2013 (com prolongamento da sua execução até final de 2016) e o Portugal 2020.

De acordo com o relatório final de execução, do INALENTEJO, dos 861 milhões de euros disponíveis, apenas 11,56% da comparticipação aprovada foi aplicada em “ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais”.

Ao nível do quadro de financiamento da Estratégia Portugal 2020, anunciavam-se oportunidades para realizar ações no âmbito do setor social, no entanto, de entre os seus 4 Programas Operacionais Temáticos (“Competitividade e Internacionalização”, “Inclusão Social e Emprego”, “Capital Humano e Sustentabilidade” e “Eficiência no Uso de Recursos”) o da “Inclusão Social e Emprego” é o que tem uma dotação financeira mais baixa, correspondendo a cerca de 8,5 % do valor global dos fundos.

No âmbito das consultas públicas sobre o financiamento do Quadro Comunitário Portugal 2030 será necessário fazer uma definição de prioridades e uma discussão aprofundada, quer ao nível dos Programas Operacionais Temáticos desejáveis e respetiva dotação, quer através da definição dos seus respetivos eixos de atuação. Assegurar uma elevada contratualização dos fundos e uma percentagem de execução próxima de 100 % é, uma vez mais, fundamental.

O Plano de Desenvolvimento Social que agora aprovamos deve ser encarado como um documento de reflexão sobre a situação social atual, elencando as respostas que existem e as medidas que podem permitir de alguma forma, se não resolver os problemas, pelo menos melhorar as condições existentes. Não é certamente um documento acabado, dadas as imprevisíveis e constantes mudanças de uma sociedade que vive, em alta velocidade, deparando-se-lhe sempre novas e mais complexas dificuldades e desafios, veja-se a instabilidade económica, inerente ao sistema, que consegue enganar as mais sérias previsões de futuro.

Apesar dos dados sobre a pobreza e exclusão não serem encorajadores, é verdade que muito se fez e continuará a fazer para potenciar as capacidades individuais de cada entidade e, assim, melhorar a vida das populações, mitigando alguns aspetos da pobreza e exclusão social que, de outro modo, não teriam resposta.

IX. ANEXOS

Anexo I

Relatório de Estado do Diagnóstico Social de Évora 2013-2015

Introdução

No quadro da concetualização e construção dos instrumentos de planeamento da intervenção social, a sistematização e interpretação de dados sobre a realidade do território assume especial relevância, pois será a partir deste “retrato” que se poderá iniciar o processo de antecipação do futuro social desejável.

É nesta medida que o Diagnóstico Social tem um papel preponderante ao constituir-se como o primeiro instrumento para uma boa planificação da intervenção, ao possibilitar uma compreensão da realidade social que inclui a identificação de necessidades, a deteção de problemas, respetivas causas, bem como recursos e potencialidades locais que se afirmam como oportunidades de desenvolvimento.

Se por um lado, os dados demográficos que sustentam os diagnósticos sociais têm um carácter mais permanente, diretamente dependente do exercício censitário, o mesmo não acontece com os dados de natureza social. Estes, por seu lado, estão em permanente mutação fruto da complexidade que a própria realidade social encerra e por serem diretamente influenciados por todos os movimentos da sociedade nos seus diversos quadrantes: economia, saúde, educação, emprego, obrigando a novas leituras e novas interpretações.

Encontrando-se o Conselho Local de Ação Social de Évora em fase de envolvimento e implicação da rede social na estruturação do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2021, surge a necessidade de promover uma atualização quantitativa e qualitativa das informações de carácter social vertidas no Diagnóstico Social 2013-2015. Para este efeito e conforme deliberado em sede de reunião plenária de CLASE, o Núcleo Executivo irá elaborar um “Relatório de Estado” que além de atualizar informações do diagnóstico, integrará dados sobre problemáticas emergentes no território como a saúde mental, os sem-abrigo, dependência, tráfico de seres humanos.

Atendendo aos princípios metodológicos expressos para o programa da rede social que assentam numa estratégia participada do planeamento, a execução do Relatório de Estado privilegiou a identificação exploratória das problemáticas a retratar como plataforma para a construção deste documento, seguindo-se a recolha de informações quantitativas e/ou qualitativas, o tratamento e organização das informações recolhidas e a análise e interpretação dos problemas com definição de prioridades.

Para a identificação exploratória das temáticas a abordar foi considerado:

A pertinência de efetuar uma atualização dos dados fornecidos em sede de Diagnóstico Social;

- A necessidade identificada pelo Núcleo Executivo de uma leitura mais expressiva sobre problemáticas identificadas (saúde mental, sem-abrigo);
- A identificação de determinadas temáticas como emergentes no território por parte dos técnicos das organizações do terceiro setor com intervenção de 1ª linha;

- Os cenários temáticos obtidos nas oficinas prospetivas realizadas no âmbito do processo de concetualização do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2021.

Este referencial de informação irá debruçar-se sobre os seguintes temas:

- Demografia;
- Desemprego/Emprego;
- Sem-Abrigo;
- Envelhecimento;
- Deficiência;
- Violência doméstica;
- Apoios sociais;
- Habitação social;
- Crianças e jovens em risco;
- Minorias.

Cada capítulo assumirá a seguinte organização:

- Conclusões sumárias – informação sintética e maioritariamente numérica sobre a problemática;
- Enquadramento geral da problemática – informação sobre conceitos, políticas em vigor, principais estratégias de intervenção;
- Enquadramento local – descritivo sumário sobre a problemática no concelho;
- Dados – gráficos e tabelas;
- Análise crítica – leitura cruzada entre informação quantitativa e qualitativa, fazendo destacar os projetos em curso, as respostas que podem ser alocadas e as perspetivas futuras para a intervenção.

Este será um documento que sofrerá atualizações de dois em dois anos e cuja vigência terminará aquando da elaboração e publicação do novo Diagnóstico Social.

Capítulo 1 – Emprego / Desemprego

1.1 Conclusões sumárias

- » Diminuição progressiva do desemprego no concelho a partir de 2013;
- » N° de desempregados em final de 2015 – 2.727 (média anual 2.853,8);
- » À procura do primeiro emprego – 316,9 (média anual 2015);
- » À procura de novo emprego – 2.536,9 (média anual);
- » Desempregados do sexo masculino – 1.414,6 (média anual);
- » Desempregados do sexo feminino – 1.439,3 (média anual);
- » Percentagem de desempregados que procurava novo emprego em 2015 – 88,9%;
- » Percentagem mais elevada no setor dos serviços – 68,3%;
- » Maior peso do desemprego na faixa etária dos 35 aos 44 anos;
- » Ligeira Predominância do desemprego feminino.

1.2 Enquadramento geral da problemática

O conceito de desempregado aplica-se quando um indivíduo em idade ativa procura trabalho, sem sucesso. Desemprego é sinónimo de desocupação, normalmente contra a vontade do indivíduo.

Existem algumas formas de desemprego tais como o desemprego cíclico, o estacional, ou o desemprego estrutural.

O desemprego cíclico consiste na falta de trabalho durante um momento de crise económica (isto é, de recessão). Trata-se, em geral, de períodos não demasiado extensos em termos de tempo e que se revertem a partir do momento em que se registam sinais de melhoria na economia.

O desemprego estacional ou sazonal surge pela flutuação da oferta e da procura em determinadas épocas do ano. O sector da agricultura ou do turismo ilustram claramente esta situação de desemprego em Portugal.

O desemprego estrutural é o mais grave, por norma corresponde a um desajuste técnico entre a procura e a oferta de trabalhadores. Muitas das vezes, os postos de trabalho necessários para a estabilidade da economia são inferiores à quantidade de pessoas que procuram emprego e que precisam de trabalhar para se sustentar. Esta situação exige a intervenção do Estado para solucionar o desequilíbrio.

As principais medidas adotadas em Portugal para colmatar aquilo que se pode clas-

sificar como uma situação de desemprego estrutural, tem apresentado um caráter transitório, temporário e de natureza precária, como são exemplo os atuais CEI's – Contratos Emprego Inserção para subsidiados.

Centrando a análise ao problema do desemprego em Portugal nos últimos cinco anos, é possível perceber que a tendência crescente da problemática foi comum a todas as regiões entre 2010 e 2012. Foi igualmente comum a tendência decrescente do problema do desemprego em Portugal de 2013 a 2015, assumindo neste último ano valores muito próximos dos valores verificados em 2010.

Evolução do nº de desempregados em Portugal entre 2010 e 2015						
Regiões / Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	541.840	605.134	710.652	690.535	598.581	555.167
Continente	519.888	576.383	675.466	654.569	564.312	521.611
Norte	234.169	254.514	295.598	291.621	253.480	231.005
Área Metropolitana do Porto	121.387	130.733	153.141	153.801	133.127	122.761
Centro	97.851	109.809	132.203	125.670	107.718	98.159
Área Metropolitana de Lisboa	125.807	141.448	164.650	161.231	138.857	130.454
Alentejo	33.763	38.954	47.375	43.604	37.227	35.787
Algarve	28.298	31.658	35.640	32.443	27.030	26.206
Évora	2.567	2.893	3.745	3.720	2.996	2.727

Quadro nº 1: Evolução do nº de desempregados em Portugal entre 2010 e 2015

Fontes IEF/MTSS

Fonte: PORDATA - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional - Última atualização: 2016-02-02

1.3 Enquadramento local

Tendo por base os dados obtidos na PORDATA com última atualização em 02/02/2016, pode verificar-se que entre 2013 e 2015 existiu uma diminuição dos valores do desemprego no concelho face à tendência crescente anterior.

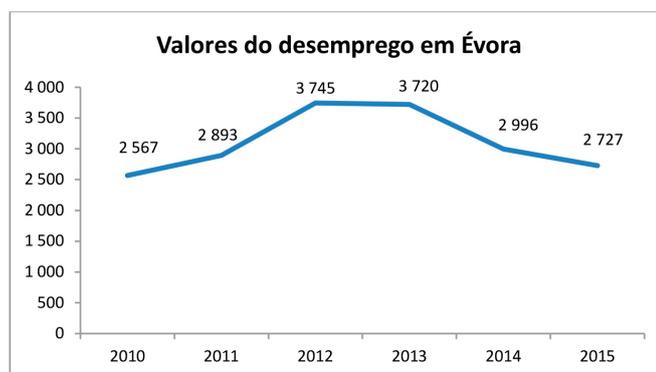


Gráfico Nº 1 - Valores do desemprego no concelho de Évora entre 2010 e 2015

Fonte: PORDATA - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional
Fontes IEF/MTSS - Última atualização: 2016-02-02

De referir que em 2012 este valor apresentou o seu expoente máximo com 3.745 desempregados inscritos no Centro de Emprego, tendo esse valor diminuído progres-

sivamente até se situar nos 2.727 desempregados em dezembro de 2015. A média anual de desempregados em 2015 foi de 2.853,8.

Quanto à distribuição dos desempregados no concelho por género, verificamos que entre 2010 e 2015 existiram pequenas oscilações. No entanto pode concluir-se que este grave problema social, em 2015, afetava de forma ligeiramente superior as mulheres.

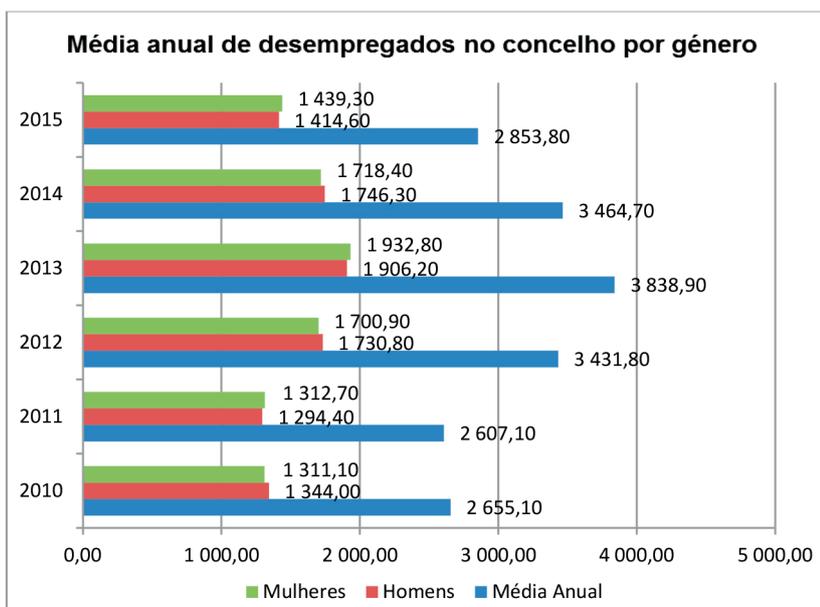


Gráfico N° 2 - Valores do desemprego no concelho de Évora entre 2010 e 2015 por género
 Fonte: PORDATA - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional
 Fontes IEFP/MTSSS - Última atualização: 2016-02-02

Em relação à tipificação do desemprego, verifica-se que em 2015 a esmagadora maioria (89%) dos desempregados procurava um novo emprego. Quanto aos que procuravam o primeiro emprego, representavam apenas 11% dos desempregados no concelho de Évora em 2015.

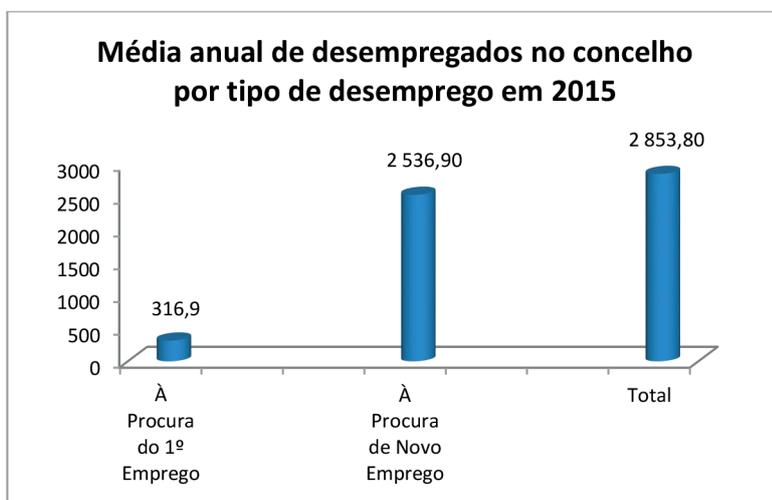


Gráfico N° 3 - Valores do desemprego no concelho de Évora entre 2010 e 2015 por tipo de desemprego
 Fonte: PORDATA - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional
 Fontes IEFP/MTSSS - Última atualização: 2016-02-02

Em 2015, no concelho de Évora, a faixa etária com mais desempregados inscritos foi a faixa dos 35 aos 44 anos com uma média anual de 732,8. As outras duas faixas etárias com maior peso foram as faixas etárias dos 25 aos 34 anos com uma média anual de 672,4 e a faixa etária dos 45 aos 54 anos com uma média anual de 617,8 desempregados.

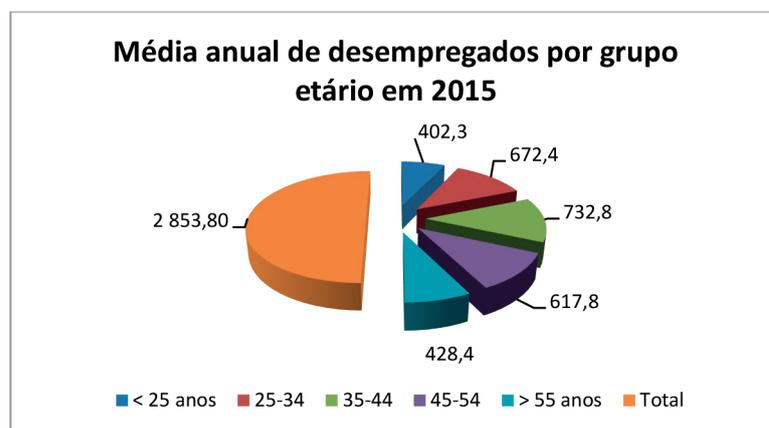


Gráfico N° 4 – Valores do desemprego no concelho de Évora entre 2010 e 2015 por grupo etário
 Fonte: PORDATA - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional
 Fontes IEF/MTSS - Última atualização: 2016-02-02

No que concerne ao setor de atividade, no concelho de Évora em 2015, o valor médio de desempregados no setor terciário representava 68,3% do total, seguido de 24,9% no setor secundário ficando o setor primário com apenas 6,8% dos desempregados.

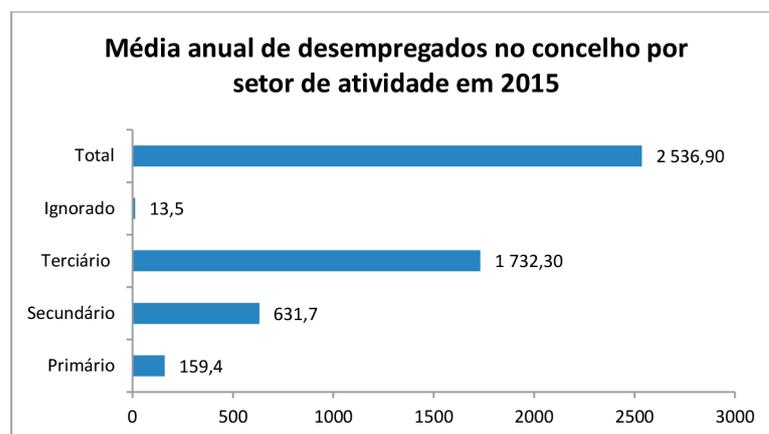


Gráfico N° 5 – Valores do desemprego no concelho de Évora entre 2010 e 2015 por setor de atividade
 Fonte: PORDATA - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional
 Fontes IEF/MTSS - Última atualização: 2016-02-02

Quanto ao nível de escolaridade dos desempregados no concelho, a sua maior representatividade em 2015 situava-se no ensino secundário com um valor médio anual de 827,6 desempregados. O ensino superior e o terceiro ciclo apresentavam os valores seguintes com as médias anuais de 553,9 e 546,7 desempregados respetivamente.

Posteriormente seguiam-se os desempregados com escolaridade ao nível do primeiro ciclo com 429 desempregados em 2015 e ao nível do segundo ciclo com 378 desempregados.

Por fim, sem habilitações literárias verificava-se o valor menos representativo de desempregados inscritos nos centros de emprego com um valor médio de 118,6 indivíduos em 2015.

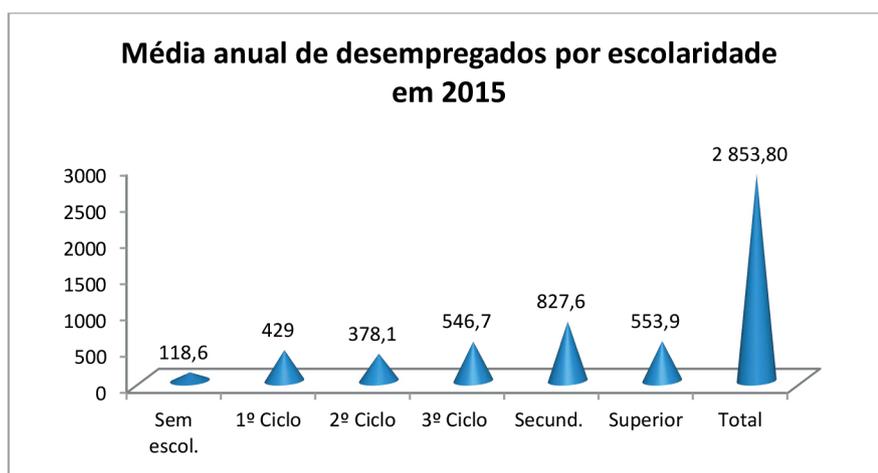


Gráfico N° 6 - Valores do desemprego no concelho de Évora entre 2010 e 2015 por habilitações literárias
Fonte: PORDATA - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional
Fontes IEF/MTSS - Última atualização: 2016-02-02

1.4 Análise crítica

Apesar da diminuição dos números inerentes ao desemprego em Portugal e no concelho de Évora entre 2013 e 2015, tudo parece indicar que esta situação ficou a dever-se ao aumento da emigração com vista à procura de trabalho em outros países e assumindo cada vez maior expressão essa realidade ao nível de mão-de-obra qualificada.

Associada a esta realidade, será também importante referir ao nível concelhio o surgimento da empresa Embraer – componentes para aeronáutica, que veio proporcionar o aumento de alguns postos de trabalho diretos e indiretos.

Capítulo 2 – Prestações Sociais

2.1 Conclusões sumárias

- » Aumento progressivo do nº de reformados e pensionistas da SS no concelho de Évora, entre 2010 e 2013 – de 16.114 para 16.560 respetivamente;
- » Diminuição progressiva do nº de subscritores da SS no concelho de Évora, entre 2010 e 2013 – de 22.590 para 20.985 respetivamente;
- » Entre 2013 e 2015 aumento do nº de subscritores da SS no concelho de Évora – de 20.985 para 21.312
- » Aumento do nº de reformados da SS por velhice entre 2010 e 2013 no concelho de Évora – de 10.454 para 11.053;
- » Aumento do nº de beneficiários de pensão de sobrevivência da SS entre 2010 e 2013 no concelho de Évora – de 3.552 para 3.612;
- » Diminuição do nº de reformados da SS por invalidez entre 2010 e 2013 no concelho de Évora – de 2.108 para 1.895;
- » Tendência generalizada às restantes regiões do país;
- » Aumento progressivo do nº de reformados, aposentados e pensionistas da CGA – Caixa Geral de Aposentações, no concelho de Évora, entre 2010 e 2015 – de 4.953 para 5.583;
- » Diminuição progressiva do nº de subscritores da CGA no concelho de Évora, entre 2010 e 2015 – de 5.067 para 3.926;
- » Tendência generalizada às restantes regiões do país;
- » Aumento da percentagem de reformados e pensionistas da SS entre 2010 e 2013 no concelho de Évora face à população com mais de 15 anos – de 33,3% para 35,1%;
- » Aumento da percentagem de reformados e pensionistas da CGA entre 2010 e 2015 no concelho de Évora face à população com mais de 15 anos – de 10,2% para 12,1%;
- » Aumento dos beneficiários de subsídio de desemprego em Évora entre 2010 e 2012 (de 1.087 para 1.640) seguido de diminuição entre 2012 e 2015 (de 1.640 para 986);
- » Entre 2010 e 2014 são os homens a liderar o número de titulares desta prestação social. Em 2015 as mulheres superam o número de titulares;
- » Semelhante tendência com o subsídio social de desemprego. Aumento de 2010 para 2011 (de 277 para 331) seguido de diminuição de 2011 para 2015 (de 331 para 269);

- » O número de beneficiários desta medida no concelho entre 2010 e 2015 é sempre superior nos munícipes do sexo masculino;
- » Tendência decrescente no número de beneficiários da prestação de RMG/RSI no concelho de Évora entre 2010 e 2015 – de 2.455 para 1.737;
- » Entre 2010 e 2014 são as mulheres a liderar o número de titulares desta prestação social. Em 2015 os homens superam o número de titulares;
- » Tendência decrescente no número de beneficiários do Cartão Social do Município, com oscilações crescentes em 2013 e 2015.

2.2 Enquadramento geral da problemática

As prestações sociais são transferências para as famílias, em dinheiro ou em espécie, destinadas a cobrir os encargos financeiros resultantes de um certo número de riscos ou necessidades, e efetuadas através de regimes organizados de forma coletiva ou, fora desses regimes, por unidades das administrações públicas ou instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias. Incluem os pagamentos feitos pelas administrações públicas às entidades que beneficiem famílias individualmente e efetuados no âmbito de riscos ou necessidades sociais.

As prestações sociais incluem as pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência, os apoios à doença e aos cuidados de saúde, os subsídios de desemprego e outras transferências em dinheiro, em bens ou em serviços que apoiam as famílias e combatem a exclusão social.

A lista de riscos ou necessidades que podem dar lugar a prestações sociais é, por convenção, estabelecida da forma seguinte: Doença; Invalidez, incapacidade; Acidente de trabalho ou Doença profissional; Velhice; Sobrevivência; Maternidade; Família; Promoção do emprego; Desemprego; Habitação; Educação; Outras necessidades básicas.

Em Portugal, compete ao ISSS – Instituto de Solidariedade e Segurança Social, desenvolver de forma integrada a coordenação, nos termos da lei de bases da Solidariedade e Segurança Social de 2000, dos sistemas de proteção social de cidadania – solidariedade e ação social – de proteção à família, e de previdência, e desconcentrar os seus serviços de modo que eles estejam mais próximos dos cidadãos

A Caixa Geral de Aposentações (CGA), é uma instituição de previdência da função pública e tem por missão gerir o regime de segurança social público em matéria de pensões de Aposentação, de Reforma, de Sobrevivência e de outras de natureza especial.

Foi utilizada a informação disponível referente a estas duas instituições no que respeita à atribuição de prestações e apoios sociais em Portugal e mais especificamente

no concelho de Évora por forma a proporcionar uma visão mais atualizada acerca desta questão.

O período temporal analisado para o presente Relatório de Estado foi o período entre 2010 e 2015, sendo que em relação a uma parte da informação disponível, a mesma apenas se reporta a 2013.

Com base nos dados incluídos no quadro seguinte, pode concluir-se que existe uma tendência crescente do número de beneficiários da SS e da CGA ao nível da atribuição de prestações sociais generalizada a todo o país no período em análise.

Número de beneficiários dos regimes de proteção social em Portugal entre 2010 e 2015										
Entidades	SS				CGA					
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	2.896.065	2.943.645	2.981.635	3.001.520	577.327	591.777	603.267	613.896	639.979	646.193
Continente	2.701.025	2.744.771	2.779.569	2.797.075	553.182	566.033	576.935	586.965	612.101	618.124
Norte	933.545	951.831	967.595	978.628	135.914	139.753	143.192	146.711	152.072	153.899
Área Metropolitana do Porto	439.911	451.775	461.656	467.550	68.899	70.956	72.621	74.368	77.065	77.451
Centro	697.969	707.470	713.049	715.580	112.620	115.745	118.296	121.133	126.988	128.192
Área Metropolitana de Lisboa	703.562	716.093	727.078	730.605	242.282	246.817	250.287	252.744	263.614	265.787
Alentejo	260.660	261.924	262.369	261.510	42.904	43.702	44.659	45.397	47.471	48.009
Algarve	105.289	107.453	109.478	110.752	19.462	20.016	20.501	20.980	21.956	22.237
Évora	16.114	16.382	16.565	16.560	4.953	5.047	5.159	5.218	5.540	5.583

Quadro nº 2: Evolução do nº de beneficiários dos regimes de proteção social por Regiões e no concelho de Évora entre 2010 e 2015

Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS

Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

2.3 Enquadramento local

Centrando agora a análise ao nível do concelho de Évora e especificando essa análise às principais prestações sociais atribuídas pela SS e pela CGA podem observar-se os seguintes cenários no período temporal entre 2010 e 2015.

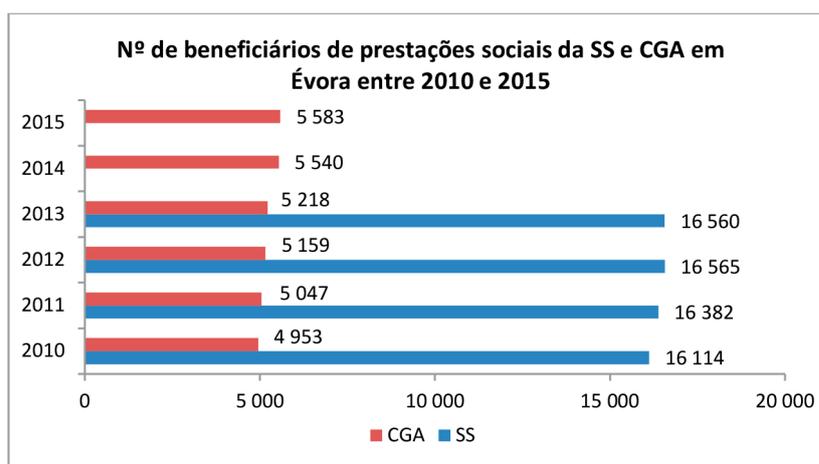


Gráfico Nº 7 - Nº de beneficiários de prestações sociais da SS e CGA em Évora entre 2010 e 2015

Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS

Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

À semelhança dos números apresentados a nível nacional, também ao nível local, no concelho de Évora, regista-se um aumento do número de beneficiários de prestações

sociais atribuídas pela SS e pela CGA entre 2010 e 2015. De referir que no caso da informação referente à SS só foram encontrados dados até 2013.

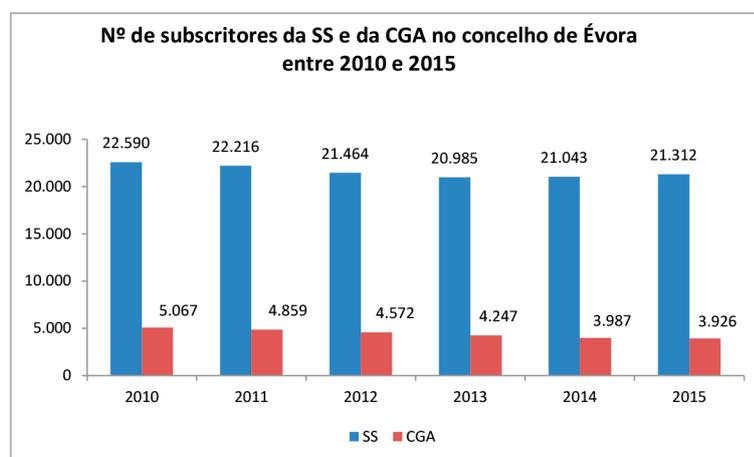


Gráfico N° 8 – N° de subscritores da SS e CGA em Évora entre 2010 e 2015

Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS

Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

Direcionando a análise para os dados sobre a informação acerca daqueles que no concelho entre 2010 e 2015 contribuem para a sustentabilidade de ambos os sistemas de proteção social, verifica-se uma tendência decrescente constante, no caso da CGA.

De referir que só em 2010 o número de beneficiários é inferior ao número de subscritores. A partir de 2011 a tendência é de diminuição do número de subscritores e aumento do número de beneficiários.

No caso da SS verifica-se uma tendência semelhante entre 2010 e 2013, ou seja uma diminuição constante do número de subscritores. Nos anos de 2014 e 2015 essa tendência inverte-se e o número de subscritores começa a aumentar, ainda que sejam aumentos inferiores aos valores das diminuições ocorridas no período de 2010 a 2013.

De referir no entanto que no caso da SS, ao contrário do que se verifica na CGA, o número de subscritores é sempre superior ao número de beneficiários no período em análise.

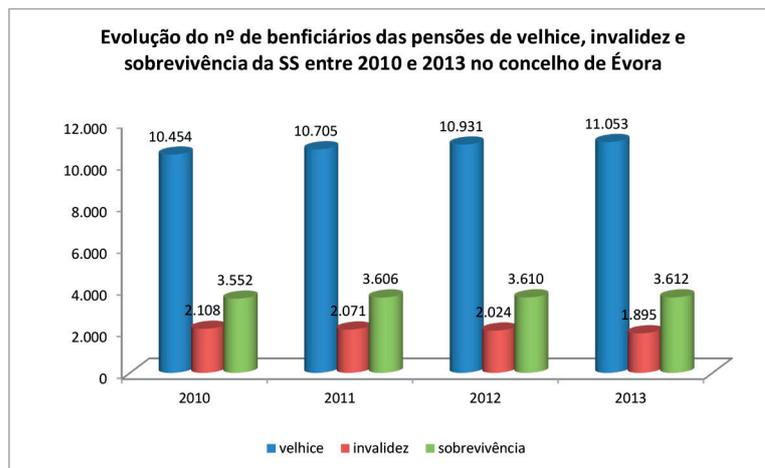


Gráfico N° 9 – Evolução do N° de beneficiários das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência da SS entre 2010 e 2013 no concelho de Évora

Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS

Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

No que concerne à evolução do nº de beneficiários das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência da SS entre 2010 e 2013 no concelho de Évora, verifica-se que existe uma tendência crescente nas pensões de velhice e sobrevivência. Em sentido contrário, a pensão de invalidez apresenta uma tendência de diminuição.

De referir que esta tendência ao nível local acompanha na generalidade a tendência nacional, tal como é possível observar no quadro seguinte.

Evolução do nº de beneficiários das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência da SS entre 2010 e 2013 no concelho de Évora												
Pensões	Invalidez				Sobrevivência				Velhice			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Portugal	289.409	282.697	277.104	266.880	703.131	709.917	713.340	715.812	1.903.525	1.951.031	1.991.191	2.018.828
Continente	266.090	259.782	254.483	244.949	649.940	655.898	658.754	660.423	1.784.995	1.829.091	1.866.332	1.891.703
Norte	104.764	102.226	101.128	98.192	225.942	228.586	230.105	231.228	602.839	621.019	636.362	649.208
Área Metropolitana do Porto	47.036	45.929	44.619	42.885	105.365	106.792	107.783	108.526	287.510	299.054	309.254	316.139
Centro	66.556	65.671	64.848	62.894	169.660	170.850	170.942	171.108	461.753	470.949	477.259	481.578
Área Metropolitana de Lisboa	61.481	58.629	55.699	51.813	164.187	165.851	166.823	167.479	477.894	491.613	504.556	511.313
Alentejo	24.876	24.813	24.400	23.831	63.714	63.877	63.900	63.575	172.070	173.234	174.069	174.104
Algarve	8.413	8.443	8.408	8.219	26.437	26.734	26.984	27.033	70.439	72.276	74.086	75.500
Évora	2.108	2.071	2.024	1.895	3.552	3.606	3.610	3.612	10.454	10.705	10.931	11.053

Quadro nº 3: Evolução do nº de beneficiários das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência da SS entre 2010 e 2013 no concelho de Évora

Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS

Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

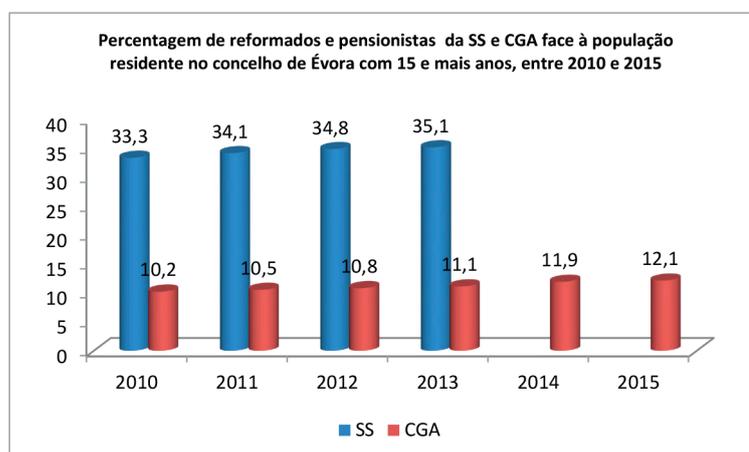


Gráfico N° 10 – Percentagem de reformados e pensionistas da SS e CGA face à população residente no concelho de Évora com 15 e mais anos entre 2010 e 2015

Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS

Através da análise ao gráfico nº 10 verifica-se que o número de reformados e pensionistas aumentou no concelho de Évora entre 2010 e 2015 face ao total da população residente no concelho com 15 e mais anos. Tal significa que o índice de dependência apresenta uma tendência crescente e tal situação acarreta mais encargos para os dois sistemas de proteção social em análise.

Também aqui ao nível local a tendência acompanha os dados para o resto do país.

Por forma a não tornar muito exaustiva a apresentação da informação disponível acerca de todas as prestações sociais atribuídas pela SS e pela CGA aos beneficiários, a análise centra-se em três dessas principais prestações. Trata-se do Subsídio de desemprego, Subsídio social de desemprego e da prestação do Rendimento Social de Inserção.

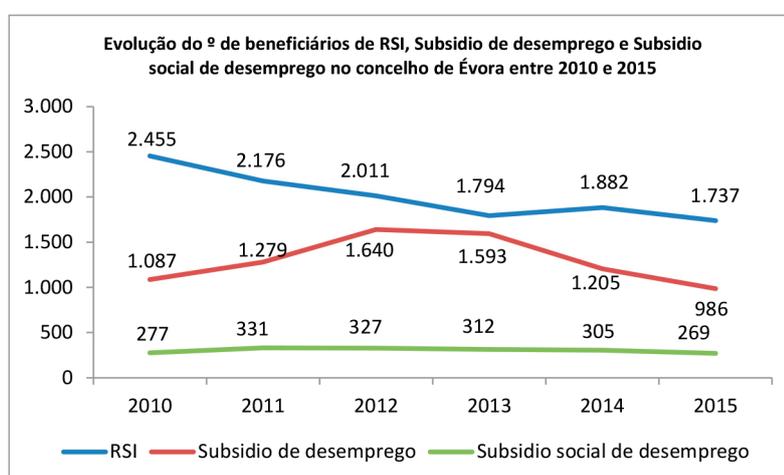


Gráfico N° 11 – Evolução do nº de beneficiários de RSI, Subsídio de desemprego e Subsídio social de desemprego no concelho de Évora entre 2010 e 2015
 Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

Mediante a leitura do gráfico nº 11 é possível perceber que existe, ao nível da proteção no desemprego (Subsídio de desemprego e Subsídio social de desemprego), uma tendência crescente até 2011/2012 seguida de uma diminuição entre 2012 e 2015. Esta inversão pode estar relacionada com uma diminuição dos números do desemprego no concelho, no entanto poderá também estar relacionada com o facto da atribuição destas prestações sociais possuírem um carácter temporário.

No que concerne à prestação de RSI, a tendência no concelho é sempre decrescente no período temporal em análise. Esta tendência poderá estar relacionada com uma maior inclusão de beneficiários desta resposta social na vida profissional ou em ações de formação com vista à sua inclusão futura em mercado de trabalho. Poderão também estar refletidas nestes números algumas alterações legislativas mais restritivas ao nível da atribuição e/ou manutenção da prestação de RSI.

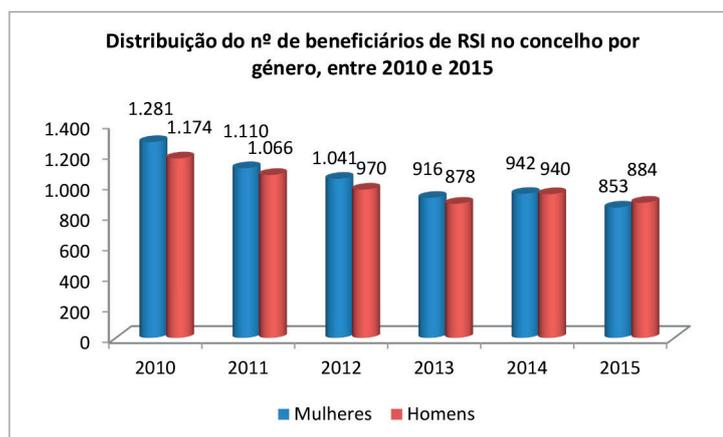


Gráfico N° 12 – Distribuição do nº de beneficiários de RSI no concelho por género, entre 2010 e 2015
 Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

Ao nível da distribuição do nº de beneficiários de RSI no concelho por género, entre 2010 e 2015, verifica-se que até 2014 foram sempre as mulheres a liderar o nº de titulares a usufruir desta resposta social. No entanto, verificou-se uma tendência constante de aproximação do número de beneficiários do sexo masculino, culminando em 2015 com a superação do número de processos atribuídos a elementos do sexo feminino.

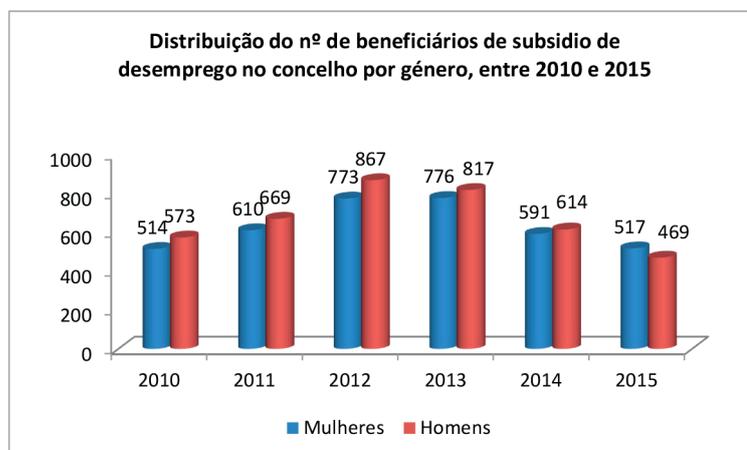


Gráfico N° 13 – Distribuição do nº de beneficiários de subsídio de desemprego no concelho por género, entre 2010 e 2015
 Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

Quanto à distribuição do nº de beneficiários de subsídio de desemprego no concelho por género, entre 2010 e 2015, verifica-se uma tendência inversa ao que sucede com a prestação de RSI, ou seja, são sempre os homens a liderar o número de beneficiários até 2014. Em 2015, as mulheres superam o número de processos atribuídos a elementos do sexo masculino.

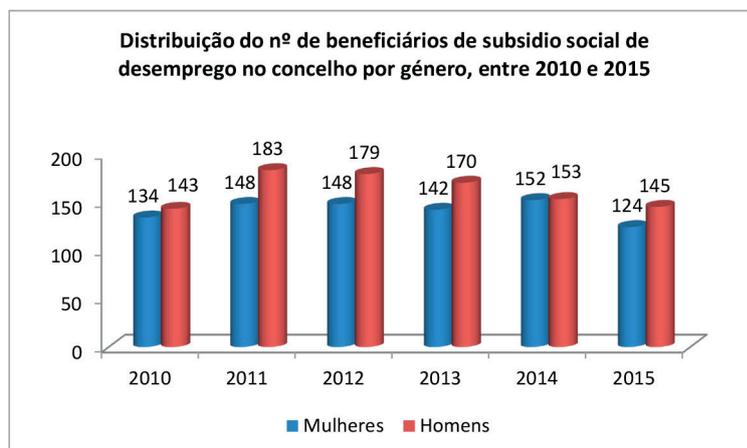


Gráfico N° 14 – Distribuição do nº de beneficiários de subsídio social de desemprego no concelho por género, entre 2010 e 2015

Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS

Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

No que respeita à distribuição do nº de beneficiários de subsídio social de desemprego no concelho por género, entre 2010 e 2015, verifica-se são sempre os homens a liderar o número de beneficiários no período temporal em análise.

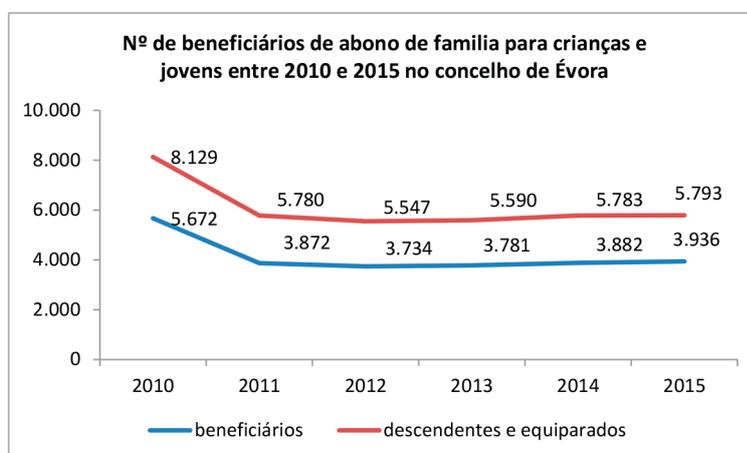


Gráfico N° 15 – Nº de beneficiários de abono de família para crianças e jovens entre 2010 e 2015 no concelho

Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS

Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

No que respeita ao número de beneficiários de abono de família e seus descendentes ou equiparados no concelho entre 2010 e 2015, verificou-se uma quebra acentuada de 2010 para 2011, seguida de uma tendência de diminuição ligeira até 2012. A partir de 2013 os valores apresentaram subidas ligeiras, culminando em 2015 com valores superiores aos verificados em 2011.

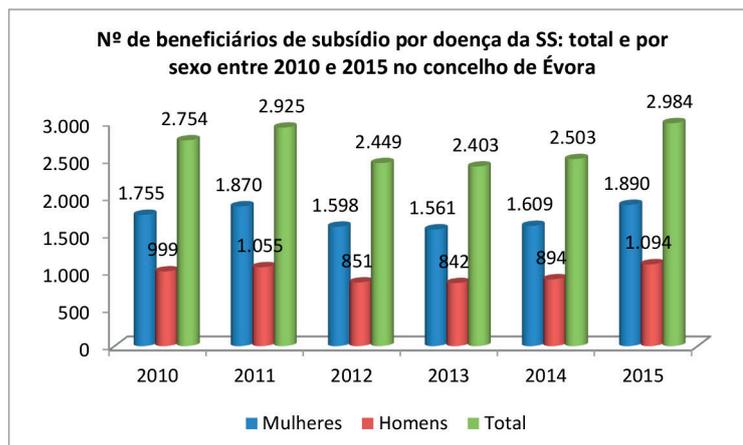


Gráfico N° 16 – Nº de beneficiários de subsídio por doença da SS: total e por sexo entre 2010 e 2015 no concelho de Évora
Fontes de Dados: ISS e CGA/MTSSS
Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-04-19

O número de beneficiários de subsídio por doença da SS tem apresentado oscilações entre 2010 e 2015. Os três anos em que os valores foram mais elevados foram 2010, 2011 e 2015 por contraposição aos anos de 2012, 2013 e 2014 em que os valores foram menores. No entanto no decurso do período temporal em análise, as mulheres representaram sempre os números bastante mais elevados do que os homens enquanto beneficiários deste apoio financeiro.

O CSM - Cartão Social do Múncipe representa uma iniciativa municipal para prestar apoio aos múnicipes pensionistas residentes no concelho, com rendimento mensal per capita igual ou inferior ao Indexante dos Apoios Sociais. Foi criado em 28 de Novembro de 2001, tendo sido alterado em 12 de Novembro de 2003, em 19 de Março de 2004 e em 20 de Julho de 2011, alteração esta que vigora até à atualidade.

Os benefícios diretos para os utentes do CSM são a comparticipação na compra de medicamentos e/ou outras despesas de saúde, como consultas de especialidade, aquisição de hastes e lentes, próteses dentárias, ajudas técnicas, descontos da taxa de consumo de água/resíduos sólidos, e descontos através das empresas parceiras do CSM.

Cada utente do CSM pode obter uma comparticipação mensal em despesas com a saúde ou uma comparticipação mensal em despesas com aquisição de medicamentos. No caso das comparticipações para despesas de saúde os utentes dispõem de um saldo anual de 150€, em relação às comparticipações para medicamentos a CME paga 50 % da fatura.

São objetivos gerais do CSM:

- Promover a inclusão e o desenvolvimento social, através da criação e dinamização de respostas assentes no princípio da discriminação positiva, necessária para combater problemas de exceção.

- Evidenciar e consolidar o papel determinante da pessoa idosa enquanto instrumento mobilizador do seu processo de mudança e desenvolvimento.
- Colmatar e minimizar lacunas e desadequações existentes no âmbito das respostas sociais de carácter nacional.

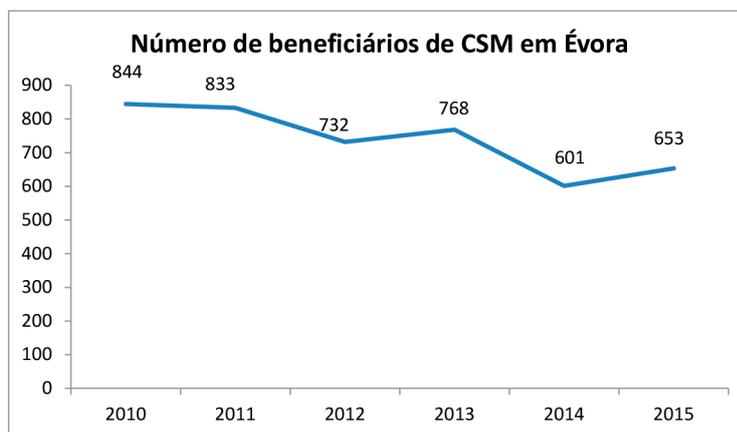


Gráfico N° 17 - N° de beneficiários do CSM em Évora, entre 2010 e 2015

Fontes de Dados: CME/DEIS

Através da análise ao gráfico n° 17 pode constatar-se que o número de beneficiários do CSM, diminuiu progressivamente entre 2010 e 2012, seguido de um aumento em 2013. Em 2014 voltou a registar-se uma diminuição, desta feita mais acentuada, seguida de novo aumento em 2015.

Pese embora esta oscilação ao nível do número de beneficiários, em termos de valores atribuídos, verificou-se uma tendência de diminuição nas despesas totais desde 2011.

2.4 Análise crítica

De forma resumida pode constatar-se que o número de beneficiários de prestações sociais relacionadas com a idade tem aumentado progressivamente por contraposição ao número de subscritores que tem diminuído com exceção aos anos de 2014 e 2015 em que se registou um aumento de pessoas que, através dos contratos de trabalho que celebram, ficam obrigadas a contribuir para o Sistema de Segurança Social.

O aumento do número de beneficiários das prestações sociais relacionadas com a idade, está diretamente relacionado com o aumento da esperança média de vida, parecendo interessante poder futuramente avaliar se estes munícipes beneficiam de complementos por dependência e de que grau. Poderíamos desta forma perceber se o aumento do número de prestações sociais de velhice ou invalidez estão afetos a idosos e muito idosos dependentes ou muito dependentes.

Quanto ao aumento do número de subscritores ao nível da Segurança Social no con-

celho neste período temporal, tendência não verificada na Caixa Geral de Aposentações, tem a ver com o ligeiro aumento ao nível do emprego no setor privado no concelho o que não se verificou no setor público, devido às políticas reactivas e de contenção de custos na administração pública.

Em referência à diminuição verificada ao nível do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, contrariada apenas em 2014 por uma oscilação de aumento, considera-se que esta tendência está relacionada com as alterações legislativas que ocorreram na condição de recurso de acesso ao direito a esta prestação.

No que respeita às prestações de subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, verifica-se uma inversão da tendência crescente do número de beneficiários em 2011 e 2012. Até essas datas o número de beneficiários aumentava, a partir dessas datas começou progressivamente a diminuir, fator que se poderá associar também às alterações legislativas nos critérios de acesso e duração do direito a estas prestações. Esta inversão poderá também estar relacionada com uma diminuição dos números do desemprego no concelho, complementada pelo facto destas prestações sociais possuírem um carácter temporário.

A atribuição do abono de família a crianças e jovens no concelho registou uma quebra acentuada de 2010 para 2011 e a partir daí até 2015 manteve-se em valores homogéneos. Tal facto está relacionado com as alterações legislativas do acesso a esta prestação, que no decorrer da aplicação destas políticas de redução de encargos do estado com as prestações sociais, teve ainda algumas alterações nas condições de acesso que voltaram a beneficiar algumas famílias.

Quanto ao número de beneficiários de subsídio por doença no concelho no período em estudo, a constatação mais evidente é que as mulheres representam de forma constante em todo o período quase o dobro dos homens a recorrer a este apoio social.

Esta situação estará diretamente relacionada com o facto das mulheres serem as principais cuidadoras das crianças e dos idosos. Para aprofundar mais esta situação seria importante analisar também a proporção entre o número de mulheres e o número de homens a trabalhar. Contudo, a ausência ao trabalho por parte das mulheres e por questões de saúde pode centrar-se na questão de género anteriormente referida.

A proteção social de carácter financeiro não se restringe apenas às pensões e reformas, no entanto são estes sem dúvida os grandes blocos de apoios sociais de natureza pecuniária.

Igualmente representativos e fundamentais para uma boa percentagem das famílias residentes no concelho em termos de proteção social de carácter financeiro, são o Rendimento Social de Inserção, os Subsídios de desemprego e social de desemprego, os Abonos de família para crianças e jovens e o Subsídio por doença. Todos estes

apoios são garantidos pela Segurança Social e procuram salvaguardar situações de vulnerabilidade dos indivíduos e das famílias, contemplando quer cidadãos com histórico de contribuições para o Sistema da Segurança Social, quer cidadãos que não se encontrem integrados no regime contributivo da Segurança Social, numa lógica democrática e protecionista.

Para além destes apoios, existem ainda da responsabilidade da Segurança Social, outros apoios complementares, na área da deficiência, da educação especial, das dependências dos mais idosos, como sejam o Subsídio de bonificação por deficiência, o Subsídio mensal vitalício, os complementos por dependência, e ainda o complemento solidário para idosos, que associa ao valor da prestação a que os idosos com critérios, tenham direito, benefícios na área da saúde e das tarifas de consumo energético. São apoios igualmente importantes para os respetivos beneficiários, no entanto com menor representatividade no concelho no período temporal em análise.

Por fim e não menos importante, existe um conjunto de apoios sociais de carácter pecuniário e eventual, resultantes da ação social da SS e de algumas IPSS do concelho que permitem, em situações de emergência e grande vulnerabilidade socio económica apoiar as pessoas e famílias.

De forma complementar existem outros apoios proporcionados pela Autarquia e pelas Instituições sociais do concelho que permitem também minimizar despesas às pessoas e famílias mais carenciadas, tais como refeitórios/cantinas sociais, atribuição de alimentos, suplementos alimentares escolares, transporte escolar, subsídios na aquisição de medicamentos e despesas de água, etc.

Capítulo 3 – Envelhecimento

3.1 Conclusões sumárias

- Aumento progressivo do nº de idosos no concelho de Évora, entre 2010 e 2015 – de 11.054 para 11.642 respetivamente;
- Maior número de efetivos nas mulheres do que nos homens – 6.815 e 4.827 respetivamente;
- Aumento significativo das faixas etárias a partir dos 80 anos – 4ª idade, de 2001 para 2015;
- Concelho de Évora com elevado índice de dependência de idosos entre 2010 e 2015 (33,5) apenas superado pela região Alentejo e região Centro;
- Concelho de Évora com elevado índice de envelhecimento entre 2010 e 2015 (154,8) apenas superado pela região Alentejo e região Centro;
- Concelho de Évora com elevado índice de longevidade entre 2010 e 2015 (51,8) apenas superado pela região Alentejo e região Centro;
- Concelho de Évora com baixo índice de sustentabilidade potencial entre 2010 e 2015 (3) apenas superior às regiões Alentejo e Centro.

3.2 Enquadramento geral da problemática

Segundo a OMS – Organização Mundial de Saúde, “idoso é uma pessoa com mais de 65 anos, independentemente do sexo ou do estado de saúde aplicável”.

O envelhecimento populacional é um fenómeno mundial, que se verifica em quase todas as zonas do mundo, particularmente nos países ditos desenvolvidos.

Este fenómeno reflete por um lado o aumento da esperança média de vida das populações, associado entre outros fatores às melhorias das condições de vida nestes países, e por outro lado à redução dos nascimentos nestes mesmos territórios, situação para a qual contribui, entre outras, o adiar dos nascimentos dos primeiros filhos.

Assim, assiste-se a um aumento da população idosa, porque vive-se hoje até mais tarde, e uma diminuição da população infantil e jovem.

O aumento da longevidade levou já a que sejam propostas novas nomenclaturas, para novos agrupamentos etários, como é o caso da 4ª idade, pessoas com mais de 80 anos.

Surgem assim novos cenários no planeamento, que contemplem esta relativamente recente longevidade dos seres humanos dos países em causa. São necessárias respostas novas para estes novos desafios.

Com base nos dados mais recentes que foram obtidos verifica-se a tendência geral da problemática ao nível nacional e mais especificamente no concelho de Évora por forma a proporcionar uma visão mais atualizada acerca desta questão

O período temporal analisado para o presente Relatório de Estado, à semelhança da metodologia utilizada para as anteriores abordagens, foi o período entre 2010 e 2015.

Com base nos dados incluídos no quadro seguinte, pode concluir-se que existe uma tendência crescente da população idosa generalizada a quase todas as regiões de Portugal.

Apenas na região Alentejo se verifica uma divergência desta tendência, tendo ocorrido algumas oscilações. Verificou-se uma diminuição do número de idosos de 2011 para 2012, seguida de uma manutenção dos valores em 2013 e depois nova tendência crescente em 2014 para voltar a descer em 2015.

De salientar o facto da tendência crescente de evolução da população idosa, no concelho de Évora, acompanhar semelhante tendência nas diferentes regiões nacionais. Curiosamente a região Alentejo apresenta uma tendência diferente no período temporal em análise, com oscilações de ano para ano.

População residente com 65 e mais anos em Portugal entre 2010 e 2015						
Regiões / Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	1.953.409	1.992.034	2.020.126	2.051.225	2.087.505	2.122.996
Continente	1.884.393	1.922.279	1.949.811	1.980.335	2.016.001	2.050.497
Norte	606.978	621.023	631.947	644.560	659.936	675.241
Área Metropolitana do Porto	274.346	283.329	291.096	299.857	309.388	318.676
Centro	500.788	507.257	510.104	513.590	518.763	523.613
Área Metropolitana de Lisboa	512.346	528.116	541.088	554.139	567.546	580.656
Alentejo	179.312	179.394	179.110	179.111	179.337	179.328
Algarve	84.970	86.490	87.563	88.936	90.421	91.660
Évora	11.054	11.162	11.282	11.424	11.522	11.642

Quadro nº 4: População residente com 65 e mais anos em Portugal entre 2010 e 2015

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

3.3 Enquadramento local

Especificando agora a análise aos números do envelhecimento populacional ao nível do concelho de Évora e com base nas estimativas do INE acerca da população residente, podem observar-se os seguintes cenários no período temporal entre 2010 e 2015.

No que respeita aos números do envelhecimento no concelho e tal como já foi possível observar no quadro anterior, existe um aumento constante do número de pessoas com 65 e mais anos no concelho de Évora entre 2010 e 2015. Em seguida observa-se a distribuição por género dos números da população idosa no concelho de Évora, no período temporal em análise.

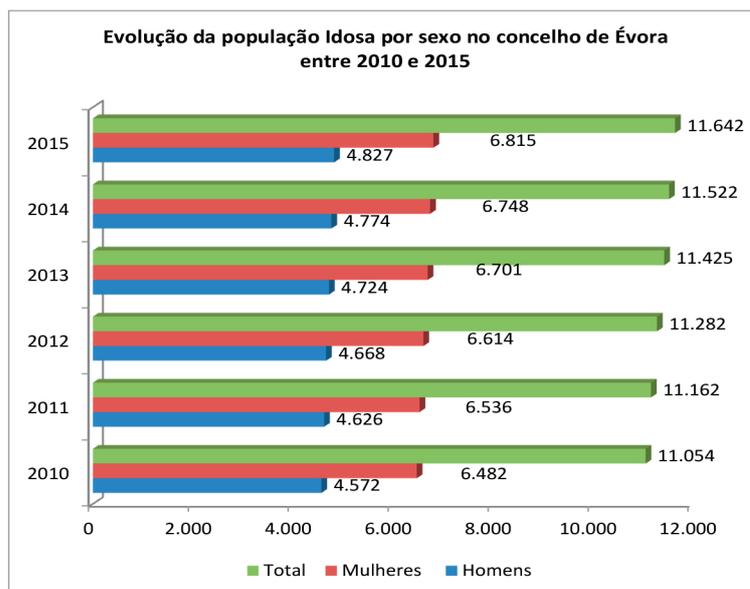


Gráfico N° 18 - Evolução da população Idosa por sexo no concelho de Évora entre 2010 e 2015
 INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

Pode constatar-se que o número de mulheres idosas no concelho de Évora entre 2010 e 2015 é sempre bastante superior ao número de homens.

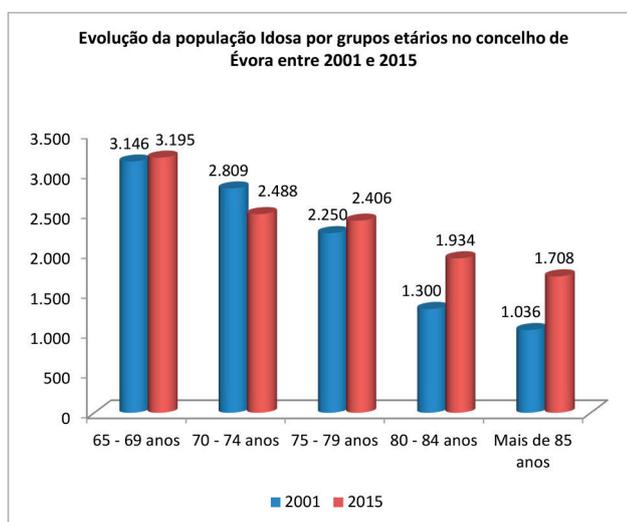


Gráfico N° 19 - Evolução da população Idosa por grupos etários no concelho de Évora entre 2001 e 2015
 INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

A análise ao gráfico número 19, reflete a evolução do número de idosos por grupo etário no concelho em 2001 e em 2015.

É possível constatar que nos grupos etários denominados pela 4ª idade, em 2015 os valores distanciam-se bastante dos valores em 2001. Tal significa que hoje existem mais idosos com idades mais avançadas.

Nos grupos etários 80-84 anos e mais de 85 anos, em 2015 existem grandes diferenças de valores para 2001, situação que não se verifica nos restantes grupos etários. A esperança média de vida aumentou substancialmente no concelho de Évora de 2001 para 2015.

Quanto ao índice de dependência de idosos que representa o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, verifica-se o seguinte cenário em Portugal, na região Alentejo e no concelho de Évora.

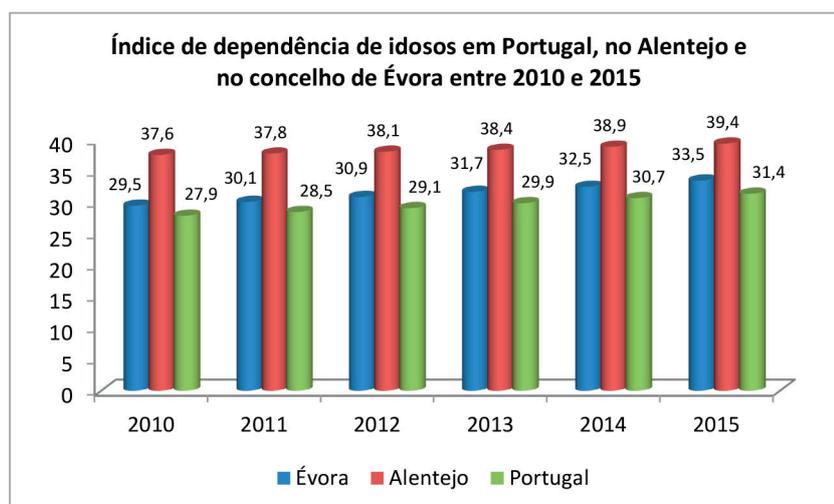


Gráfico N° 20 - Índice de dependência de idosos em Portugal, no Alentejo e no concelho de Évora entre 2010 e 2015
 INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

Tal como indica o gráfico nº 20, a tendência crescente no índice de dependência de idosos em Portugal, na região Alentejo e no concelho de Évora entre 2010 e 2015, é uma tendência de aumento constante, o que significa que a cada ano que passa existe um número mais elevado de idosos face ao número de cidadãos em idade ativa.

Pode verificar-se que, comparativamente os valores registados para a região Alentejo são bastante superiores aos valores apresentados para Portugal. Os valores do concelho de Évora, são superiores aos valores de Portugal mas inferiores aos valores da região Alentejo.

O índice de dependência de idosos é bastante superior na região Alentejo comparativamente ao concelho de Évora e a Portugal. De acordo com a tabela seguinte pode mesmo verificar-se que a região Alentejo é aquela que apresenta maior índice de dependência de idosos em todo o país.

Índice de dependência de idosos entre 2010 e 2015						
Regiões / Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	27,9	28,5	29,1	29,9	30,7	31,4
Continente	28,3	29	29,6	30,4	31,2	32
Norte	24	24,7	25,3	26	26,8	27,7
Área Metropolitana do Porto	22,5	23,4	24,2	25,2	26,3	27,3
Centro	33,3	33,9	34,4	34,9	35,7	36,2
Área Metropolitana de Lisboa	27,6	28,5	29,5	30,6	31,6	32,5
Alentejo	37,6	37,8	38,1	38,4	38,9	39,4
Algarve	29	29,6	30,4	31,1	31,9	32,4
Évora	29,5	30,1	30,9	31,7	32,5	33,5

Quadro nº 5: Índice de dependência de idosos entre 2010 e 2015
 Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

O índice de envelhecimento representa a relação existente entre o número de idosos e a população jovem. É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos. Pode verificar-se o seguinte cenário em Portugal, na região Alentejo e no concelho de Évora.

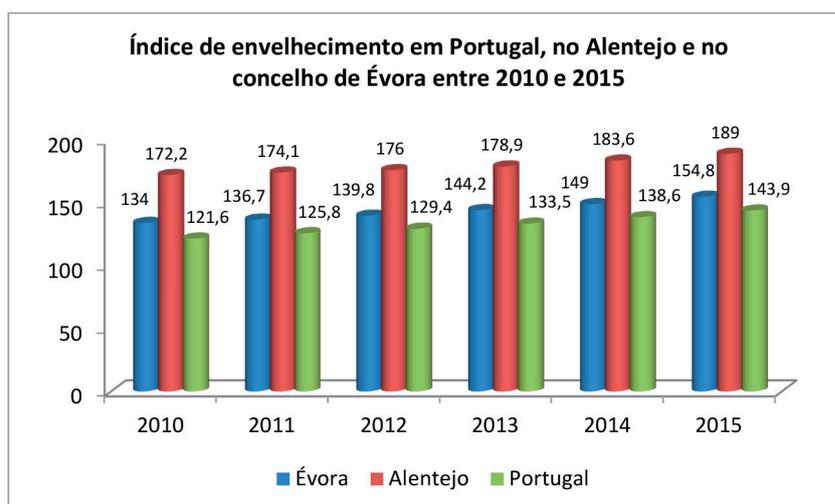


Gráfico Nº 21 - Índice de envelhecimento em Portugal, no Alentejo e no concelho de Évora entre 2010 e 2015
 INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

Tal como indica o gráfico nº 21, à semelhança do que acontece para o índice de dependência de idosos, também o índice de envelhecimento apresenta uma tendência crescente em Portugal, na região Alentejo e no concelho de Évora entre 2010 e 2015. É igualmente uma tendência de aumento constante, o que significa que a cada ano que passa existe um número mais elevado de idosos face ao número de jovens com menos de 15 anos.

Pode verificar-se que, comparativamente os valores registados para a região Alentejo são bastante superiores aos valores apresentados para Portugal. Os valores do concelho de Évora, são superiores aos valores de Portugal mas inferiores aos valores da região Alentejo.

O índice de envelhecimento é bastante superior na região Alentejo face ao concelho de Évora e a Portugal. De acordo com a tabela seguinte pode mesmo verificar-se que a região Alentejo é aquela que apresenta maior índice de envelhecimento de todo o país.

Índice de envelhecimento entre 2010 e 2015						
Regiões / Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	121,6	125,8	129,4	133,5	138,6	143,9
Continente	124,4	128,6	132,2	136,4	141,6	146,9
Norte	106,8	111,8	116,5	122	128,7	135,8
Área Metropolitana do Porto	102	107,2	112,2	118	124,7	131,7
Centro	152,5	158,2	162,6	167,4	173,6	180,1
Área Metropolitana de Lisboa	115,5	118,6	120,9	123,8	127	130,1
Alentejo	172,2	174,1	176	178,9	183,6	189
Algarve	120,2	123,2	126,6	129,8	133,7	137
Évora	134	136,7	139,8	144,2	149	154,8

Quadro nº 6: Índice de envelhecimento entre 2010 e 2015
 Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

O índice de longevidade representa a relação entre dois grupos de população idosa, o grupo idade igual ou superior a 65 anos e o outro com idade igual ou superior a 75 anos. É definido como o quociente entre o número de pessoas com idade igual ou superior a 75 anos e o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Ou seja, o índice de longevidade indica a percentagem de pessoas que tem 75 e mais anos dentro do conjunto dos idosos (aqueles que tem 65 e mais anos).

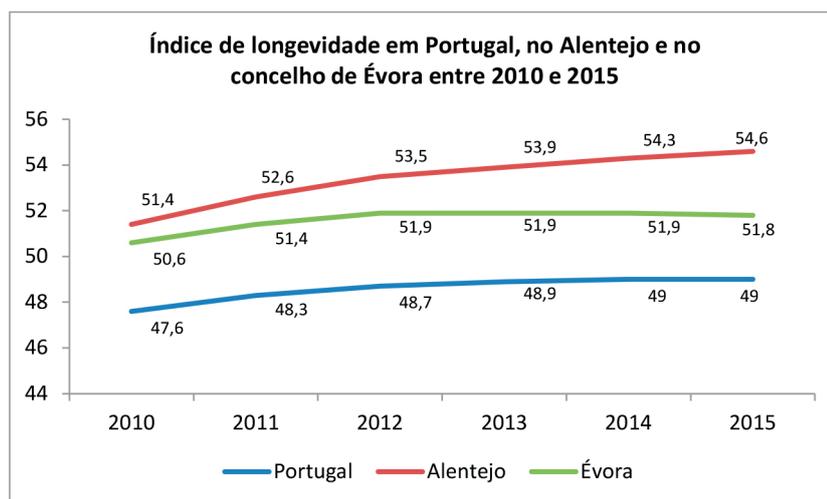


Gráfico Nº 22 - Índice de longevidade em Portugal, no Alentejo e no concelho de Évora entre 2010 e 2015
 INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

Índice de longevidade entre 2010 e 2015						
Regiões / Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	47,6	48,3	48,7	48,9	49	49
Continente	47,6	48,3	48,8	49	49,1	49,2
Norte	46,7	47,3	47,8	48	48	47,8
Área Metropolitana do Porto	44,5	44,8	45,2	45,2	45,1	44,8
Centro	50,1	51	51,5	51,8	52,1	52,3
Área Metropolitana de Lisboa	44,8	45,4	45,7	45,9	46	46
Alentejo	51,4	52,6	53,5	53,9	54,3	54,6
Algarve	49	49,7	50,1	50,2	50,2	50,4
Évora	50,6	51,4	51,9	51,9	51,9	51,8

Quadro n° 7: Índice de longevidade entre 2010 e 2015
 Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

Tal como indica o gráfico n° 22 e o quadro n° 7, à semelhança do que acontece para o índice de dependência de idosos e com o índice de envelhecimento, também o índice de longevidade apresenta uma tendência crescente em Portugal, na região Alentejo e no concelho de Évora entre 2010 e 2015. De referir no entanto que no concelho de Évora, regista-se uma estabilização dos valores a partir de 2012 seguida de uma diminuição de 2014 para 2015.

Pode verificar-se que os valores registados para a região Alentejo continuam a liderar sobre todas as restantes regiões do país. Quanto aos valores para o concelho de Évora, são apenas superados pela região Alentejo e pela região Centro.

Por fim, o índice de sustentabilidade potencial representa a relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idade compreendida entre 15 e 64 anos e o número de pessoas com 65 anos ou mais. Ou seja, indica o número de ativos por cada idoso.

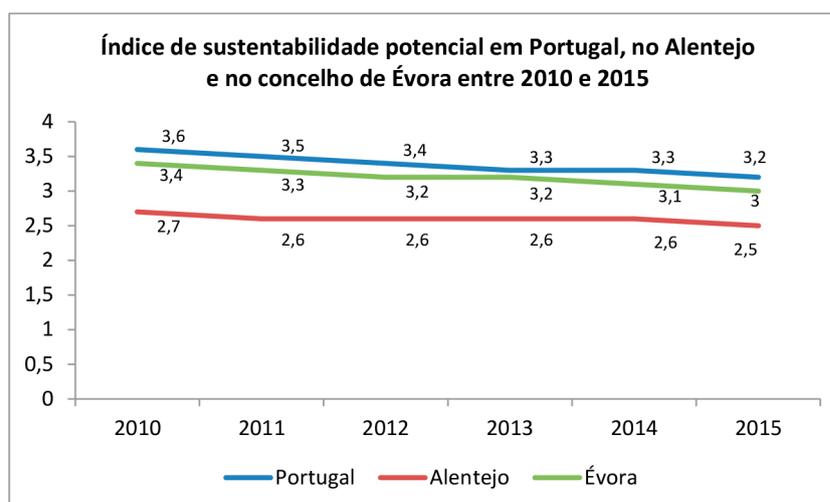


Gráfico N° 23 - Índice de sustentabilidade potencial em Portugal, no Alentejo e no concelho de Évora entre 2010 e 2015
 INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

Índice de sustentabilidade potencial entre 2010 e 2015						
Regiões / Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3	3,2
Continente	3,5	3,4	3,4	3,3	3,2	3,1
Norte	4,2	4	4	3,9	3,7	3,6
Área Metropolitana do Porto	4,4	4,3	4,1	4	3,8	3,7
Centro	3	2,9	2,9	2,9	2,8	2,8
Área Metropolitana de Lisboa	3,6	3,5	3,4	3,3	3,2	3,1
Alentejo	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5
Algarve	3,4	3,4	3,3	3,2	3,1	3,1
Évora	3,4	3,3	3,2	3,2	3,1	3

Quadro nº 8: Índice de sustentabilidade potencial entre 2010 e 2015
 Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente
 Fonte: PORDATA - Última atualização: 2016-06-16

Através da análise ao gráfico nº 23 e ao quadro nº 8, pode verificar-se um decréscimo progressivo e quase constante da percentagem de população em idade ativa face à percentagem de idosos.

Existem regiões onde os valores permanecem constantes, como é o caso da região Alentejo em que os valores se mantêm entre 2011 e 2014, no entanto não se regista qualquer aumento ou tendência crescente dos valores em nenhuma região do país.

Neste indicador, a região Alentejo apresenta os valores mais baixos, o que significa que é nesta região que existe menor percentagem de pessoas em idade ativa por idosos.

No caso específico do concelho de Évora, embora esteja inserida na região Alentejo, a situação apresenta maior aproximação, em termos de valores, às regiões mais desenvolvidas do país. Considera-se que para o efeito muito contribuirão os dados referentes à cidade de Évora que apresenta um índice de população ativa face à percentagem de idosos muito próxima da área metropolitana de Lisboa e também da percentagem nacional. Pese embora esta realidade, o concelho de Évora apenas apresenta percentagem superior às regiões Alentejo e Centro.

3.4 Análise crítica

Será importante começar por referir que os dados apresentados neste capítulo resultam de projeções estimadas, elaboradas pelo INE e divulgadas pela PORDATA, com base nos dados disponíveis.

Todos os cenários parecem indicar a tendência crescente e generalizada em Portugal de envelhecimento populacional. Esta tendência é mais acentuada no concelho de Évora e muito mais na região Alentejo do que a nível nacional. O fenómeno do aumento da esperança média de vida tem vindo a tornar a população cada vez mais velha. Continua a ser uma população envelhecida com maior número de idosos na agora denominada 4ª idade (pessoas com mais de 80 anos).

Em Évora esse fenómeno é bem visível verificando-se aumentos do número de efetivos acima dos 80 anos muito superiores ao número de efetivos entre os 65 e os 80 anos, de 2001 para 2015.

As mulheres idosas continuam a ser em número muito mais elevado que os homens, possivelmente devido a comportamentos e estilos de vida, desde alimentação, consumos de substâncias nocivas ao organismo (álcool, tabaco) e mesmo também o desempenho de determinadas profissões. Apesar de atualmente esta realidade já não ser tão vincada, ou seja, hoje as mulheres já assumem estilos de vida em tudo semelhantes aos homens, as gerações que tem atualmente 65 e mais anos ainda estão a sentir os efeitos de alguma reserva ou limitações sociais, por parte do sexo feminino em praticar certos hábitos e comportamentos sociais e também desempenhar algumas profissões que fisicamente eram bastante exigentes e eram desempenhadas quase em exclusivo pelos homens, com danos irreversíveis para a saúde e redução dos anos de vida.

Fruto do aumento da esperança média de vida, principalmente em resultado da evolução ao nível dos cuidados de saúde, as pessoas idosas morrem cada vez mais tarde. Esta realidade provoca um aumento inevitável no índice de envelhecimento e no índice de dependência de idosos, colocando mesmo sérios problemas aos sistemas de proteção social. São cada vez mais aqueles que recebem face àqueles que contribuem para os sistemas de proteção social (como foi possível observar no capítulo anterior).

O peso e a importância da “problemática” da área do envelhecimento, enquanto desafio e oportunidade para a ação e intervenção social do concelho, foi determinante para que o CLASE - Conselho Local de Ação Social de Évora, deliberasse em fevereiro de 2015 a criação de uma Unidade de Rede sobre a temática do Envelhecimento Populacional.

As Unidades de Rede são entendidas enquanto órgãos de diálogo interinstitucional para a promoção de objetivos comuns, e constituem-se como um fórum privilegiado para a discussão de questões concretas relacionadas com as esferas de intervenção das instituições.

Têm como missão a prossecução de uma estratégia agregadora de atores sociais locais, para abordar questões de intervenção social de uma forma integrada e transversal, num dado território, potenciando as ações de confiança, liderança colaborativa, participação, comunicação, cooperação, monitorização e avaliação. Assim, pretendeu-se constituir um grupo de trabalho centrado na temática do envelhecimento populacional, tendo como abordagem de partida sugerida pelo Núcleo Executivo do CLASE questões relacionadas com:

- Envelhecimento ativo;
- Qualificação das respostas existentes;

- Partilha de estratégias e recursos entre instituições;
- Valorização dos profissionais da área;
- Sensibilização das instituições com resposta de SAD para a formação de cuidadores informais;
- Rentabilização do voluntariado nas instituições;
- Apresentação de recomendações e propostas de boas práticas de atuação;
- Definição de programa de atividades conjunto, como constitui exemplo as Comemorações do Mês do Idoso.

Pretendeu-se seguir uma metodologia participativa na construção da Missão, Visão e Objetivos da Unidade de Rede, e na elaboração de um Plano de Ação partilhado, tendo por base as problemáticas de partida sugeridas pelo Núcleo Executivo do CLASE. Neste sentido, foram convidados todos os membros do CLASE a inscrever-se nesta Unidade de Rede, tendo aderido à mesma 24 entidades / núcleos.

No trabalho colaborativo desta Unidade de Rede pode (e deve) estar a estratégia de governança integrada para uma visão e intervenção social nesta área do envelhecimento populacional.

Perante este cenário colocam-se no imediato vários desafios às instituições nacionais e locais com vista a fomentar um conjunto de atividades direcionadas para as faixas etárias acima dos 65 anos. Atividades que possam ser encaradas como uma forma de criar emprego dinamizar as economias locais e simultaneamente bem-estar social aos destinatários.

Trata-se de inventar e dinamizar atividades de natureza social, lúdicas, desportivas e culturais para os idosos, e simultaneamente bastante benéficas para a sustentabilidade dos sistemas de proteção social e para a economia local e nacional, dado que a sua implementação poderá ser fundamental para criar emprego direto e indireto e consequentemente crescimento económico.

Capítulo 4 – Deficiência

4.1 Conclusões sumárias

- » Existem em Évora 861 pessoas com deficiência a receber apoio institucional ou institucionalizadas;
- » Existem 490 pessoas do sexo masculino e 371 do sexo feminino;
- » Existem 469 alunos com deficiência no concelho de Évora;
- » Existem 172 pessoas com deficiências músculo-esqueléticas;
- » Existem 159 pessoas com deficiências mentais;
- » Existem 144 pessoas com doenças mentais;
- » Existem 124 pessoas com deficiências da linguagem;
- » Existem 101 pessoas com deficiências auditivas;
- » A maioria das pessoas (238) com deficiência recebe pensão social/reforma;
- » Existem 138 pessoas com deficiência que não têm quaisquer rendimentos;
- » Existem 672 pessoas com deficiência a viver integrados nas suas famílias;
- » Existem 49 pessoas a viver em instituições, sem suporte familiar;
- » Existem 20 pessoas com deficiência a viver sós;
- » No concelho de Évora o maior número de pessoas com deficiência situam-se nas faixas etárias mais baixas, dos 0 aos 9 anos e dos 10 aos 19 anos, e na maioria dos casos, são do sexo masculino.

4.2 Enquadramento geral da problemática

Segundo a UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas, cerca de 10% da população mundial, ou seja, 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência. São a maior minoria do mundo.

Segundo a OMS - Organização Mundial de Saúde, este número está a aumentar, devido ao crescimento demográfico, aos avanços da medicina e ao processo de envelhecimento.

De acordo com os dados do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, oitenta por cento das pessoas com deficiência vivem nos países em desenvolvimento e a incidência das deficiências é mais elevada entre as mulheres do que entre os homens.

Segundo o Secretariado dos países membros da OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, a proporção das pessoas com deficiência é niti-

damente mais elevada nos grupos com menos instrução. Em média, 19% das pessoas menos instruídas têm uma deficiência, em comparação com 11% das mais instruídas. O Banco Mundial estima que 20% das pessoas mais pobres tenham uma deficiência e em geral são consideradas como as mais desfavorecidas pelos membros da sua própria comunidade.

Segundo a UNICEF, 30% dos jovens que vivem na rua são deficientes. Entre as crianças com deficiência a mortalidade pode atingir os 80%, em países onde a mortalidade total das crianças com menos de 5 anos diminuiu para menos de 20%.

Estudos comparativos das leis sobre pessoas com deficiência mostram que apenas 45% dos países têm uma legislação anti-discriminatória ou que faça referência específica às pessoas com deficiência.

Em Portugal, de acordo com o INE, com dados publicados numa informação à comunicação social em 04 de fevereiro de 2002, o número de pessoas com deficiência recenseadas era de 634.408, das quais 333.911 eram homens e 300.497 eram mulheres, representando assim, 6,1% da população residente.

De entre os 6,1%, a deficiência visual representava 1,6%, enquanto a deficiência motora e outros tipos de deficiência apresentavam valores de 1,5 e 1,4% respetivamente. A deficiência auditiva e a deficiência mental apresentavam 0,8 e 0,7%. Por fim a paralisia cerebral significava 0,1% da população deficiente em Portugal

As taxas de incidência do sexo masculino eram mais elevadas que as do sexo feminino em todas as regiões do País. Em 2002, o predomínio da população masculina era bem evidente em quase todos os tipos de deficiência, sobretudo entre as pessoas com deficiência motora (131,7 homens por 100 mulheres em Portugal), facto que não se verificava, no entanto, entre a população com deficiência visual, cuja relação era de 90,7 homens para cada 100 mulheres.

Considerando ainda a distribuição percentual dos diversos tipos de deficiência verificava-se, que na população até aos 64 anos, a maior proporção de pessoas com deficiência pertencia ao sexo masculino, no entanto, entre a população idosa a maior percentagem de pessoas com deficiência passou a pertencer ao sexo feminino.

Este facto resultava da própria estrutura etária da população residente, ou seja, entre a população idosa o número de mulheres é bastante superior ao de homens, consequência de dois fenómenos demográficos: a maior longevidade das mulheres e a sobremortalidade masculina.

4.3 Enquadramento local

O Diagnóstico Social do concelho de Évora 2013-2015 apresenta, principalmente uma abordagem sob o ponto de vista nacional recorrendo sobretudo a dados censitários

de 2001, o CLASE considerou necessário traçar o perfil da pessoa com deficiência no concelho de Évora, procurando conhecer a prevalência do género, da escolarização, do tipo de deficiência e da sua territorialização. Os primeiros contributos para este estudo foram desenvolvidos através de uma parceria entre a CME e a Universidade de Évora/CISA-AS.

Os dados que a seguir se apresentam não são representativos, uma vez que participaram no preenchimento do questionário os quatro Agrupamentos de Escolas do concelho, seis Instituições de Apoio à Pessoa com Deficiência no concelho e as duas Equipas de Intervenção Precoce, ficando de fora do estudo as pessoas com deficiência que não recebem apoio dos mencionados organismos. De salientar ainda que os dados não foram alvo de cruzamento estatístico, pelo que salvaguarda-se a possibilidade de haver duplicação numérica.

De acordo com os resultados obtidos no questionário aplicado aos agrupamentos de escolas podemos concluir que existem 469 alunos com deficiência no concelho de Évora, sendo 283 do sexo masculino e 186 do sexo feminino, o que representa 6,6% do número total de alunos. As idades situam-se na sua maioria entre os 10 e os 19 anos de idade (327 alunos).

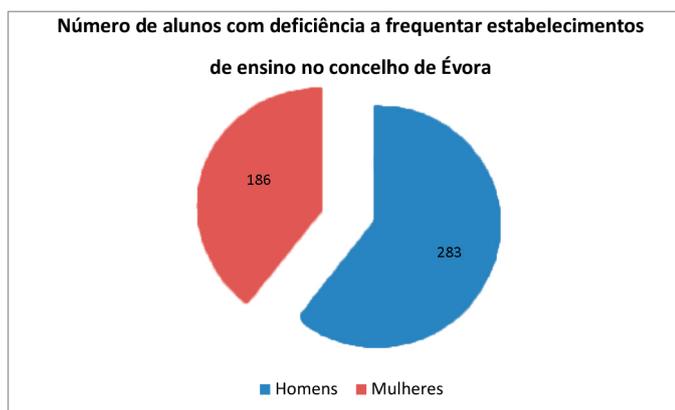


Gráfico N° 24 - Número de alunos com deficiência a frequentar Estabelecimentos de ensino no concelho de Évora
Fonte: Estudo elaborado pela CME e a Universidade de Évora/CISA-AS

Relativamente ao tipo de deficiência com maior incidência, verifica-se que a deficiência mental surge em primeiro lugar com 168 situações, seguida das deficiências da linguagem com 88, e das doenças mentais com 63.

Em relação à escolaridade dos alunos, 148 estão enquadrados no 1º ciclo, 115 no 2º ciclo, 107 no 3º ciclo e 28 frequentam o ensino secundário. Apenas 41 crianças frequentam a educação pré-escolar em jardim-de-infância da rede pública.

No que respeita à tipologia das famílias, constata-se que a maioria dos alunos vive com os pais (256 alunos) e um número considerável -77, vive em família monoparental. Existem 14 alunos a residir com outros familiares e 5 a viver em instituições, sem suporte familiar.

Relativamente à proveniência dos alunos com deficiência verificamos que, em relação às freguesias rurais a incidência maior é de S. Manços e S. Vicente do Pigeiro (13), seguido de S. Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa-fé (6) e de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe (5).

No que respeita às freguesias urbanas, a incidência proveem da União de Freguesias do Bacelo e Sr^a da Saúde (188), seguida da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras (119), da União de Freguesias de Évora (16) e por fim os Canaviais (4), o que decorre necessariamente do facto destas serem as unidades administrativas do território com maior densidade populacional.

Em relação ao apoio prestado pelos agrupamentos de escolas a estes alunos, este baseia-se na educação/ensino (354 alunos), terapias (92 alunos), apoio psicológico (91 alunos), refeições (80 alunos) e 56 acompanhamentos sociais a famílias.

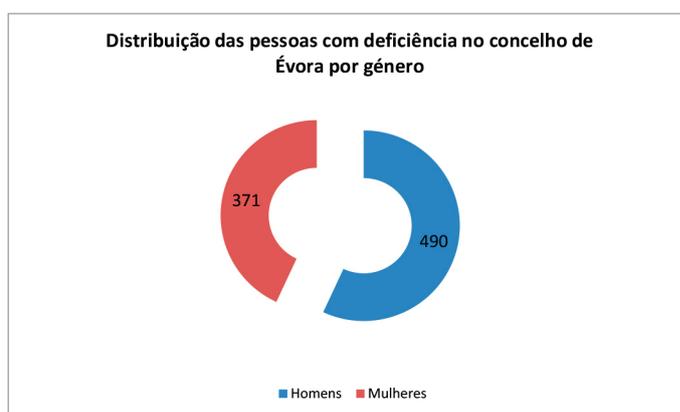


Gráfico N° 25 - Distribuição das pessoas com deficiência no concelho de Évora por género
Fonte: Estudo elaborado pela CME e a Universidade de Évora/CISA-AS

A partir dos dados resultantes da colaboração das seis Instituições de Apoio à Pessoa com Deficiência no concelho, verifica-se que existem em Évora 861 pessoas com deficiência a receber apoio institucional ou institucionalizadas, destas 490 são do sexo masculino e 371 do sexo feminino.



Gráfico N° 26 - Número de pessoas com deficiência no concelho de Évora
Fonte: Estudo elaborado pela CME e a Universidade de Évora/CISA-AS

Através do gráfico nº 26 conseguimos perceber que a esmagadora maioria das pessoas com deficiência no concelho situam-se nos grupos etários dos 0 aos 20 anos, com mais de 57% do universo. Em contrapartida, as faixas etárias a partir dos 50 anos apenas possuem 7,5% do total de pessoas com deficiência no concelho.

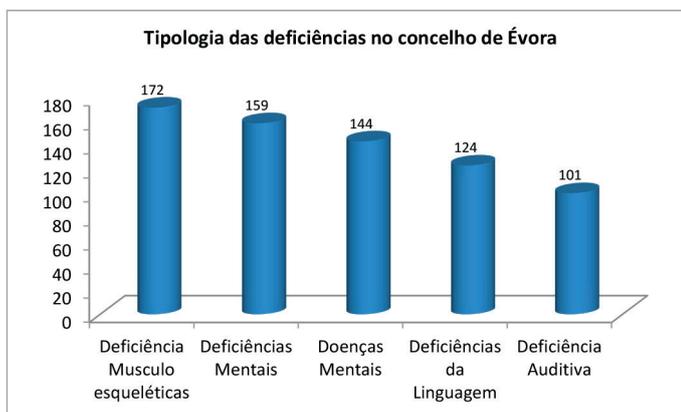


Gráfico N° 27 - Tipologia das deficiências no concelho de Évora
 Fonte: Estudo elaborado pela CME e a Universidade de Évora/CISA-AS

Relativamente ao tipo de deficiência verifica-se que com maior incidência encontram-se as deficiências músculo-esqueléticas (172), seguidas das deficiências mentais (159), as doenças mentais (144), as deficiências da linguagem (124) e por último as deficiências da audição (101 clientes).

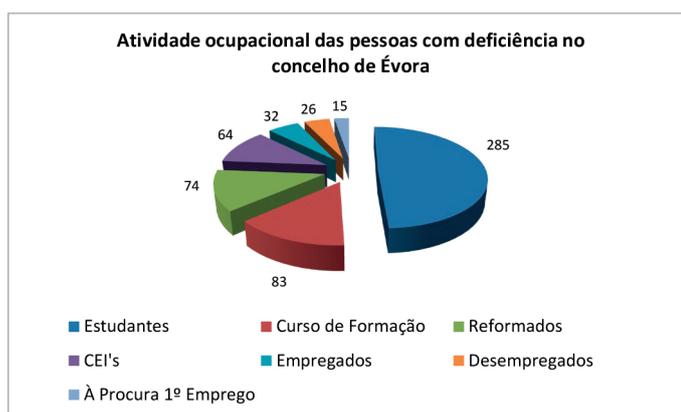


Gráfico N° 28 - Atividade ocupacional das pessoas com deficiência no concelho de Évora
 Fonte: Estudo elaborado pela CME e a Universidade de Évora/CISA-AS

No que concerne à situação ocupacional das pessoas com deficiência no concelho de Évora verifica-se que 285 são estudantes, 83 estão a frequentar um curso de formação, 74 são reformados, e 64 estão em ocupação laboral (contrato de emprego inserção). De destacar que 32 pessoas estão efetivamente empregados, 26 encontram-se desempregados há mais de um ano e 15 estão à procura do primeiro emprego.

A maioria dos munícipes (238) recebe pensão social/reforma, 33 recebem salário e 28 são beneficiários de rendimento social de inserção. De referir que 60 pessoas recebem bolsa de formação e que 138 não têm quaisquer rendimentos.

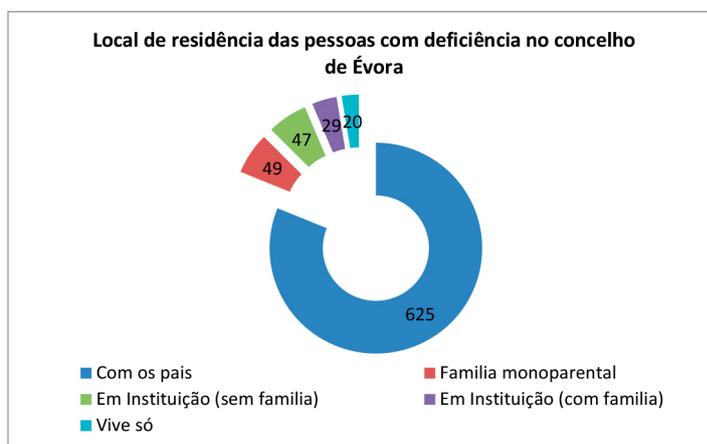


Gráfico N° 29 - Local de residência das pessoas com deficiência no concelho de Évora
Fonte: Estudo elaborado pela CME e a Universidade de Évora/CISA-AS

Quanto ao local de residência das pessoas com deficiência no concelho, verifica-se que a grande parte das pessoas vive com os pais (625), seguidos de 47 a viver em família monoparental. Vivem em instituição sem suporte familiar 49 pessoas e 29 com suporte familiar. Por último, referir que 20 pessoas com deficiência vivem sozinhas.

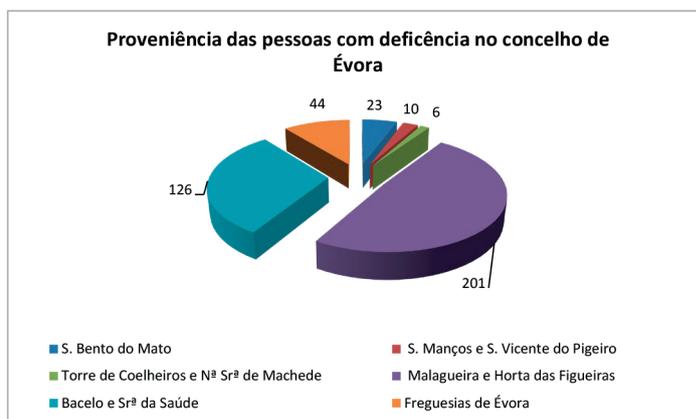


Gráfico N° 30 - Proveniência das pessoas com deficiência no concelho de Évora
Fonte: Estudo elaborado pela CME e a Universidade de Évora/CISA-AS

Relativamente à proveniência das pessoas com deficiência, no que respeita às freguesias rurais, verifica-se uma maior prevalência na freguesia de S. Bento do Mato (23), dado que poderá encontrar fundamento no facto de existir nesta freguesia uma instituição de apoio à pessoa com deficiência, seguida da União de Freguesias de S. Manços e S. Vicente do Pigeiro (10 pessoas) e Torre de Coelheiros e Nª Srª de Machede ambas com 6 pessoas.

Em relação às freguesias urbanas existe maior incidência na União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras (201 pessoas), seguida da União de Freguesias do Bacelo e Sr^a da Saúde com 126 pessoas e por último a União de Freguesias de Évora com 44 pessoas, o que novamente poderá ser sustentado no facto destas serem as unidades administrativas com maior densidade populacional.

Quanto ao apoio prestado pelas instituições aos seus utentes este centra-se essencialmente nas terapias (553 utentes), no acompanhamento social às famílias (339 casos), acompanhamento a consultas médicas (319 utentes), atividades lúdico-terapêuticas (277), apoio psicológico (253), refeições (202), transporte (151), entre outros...

Conclui-se que, em ambas as situações, prevalecem as faixas etárias mais baixas, dos 0 aos 9 anos e dos 10 aos 19 anos, e que na maioria dos casos são do sexo masculino. Relativamente à tipologia da deficiência grande parte dos casos referem a deficiência mental, seguida da doença mental, e por último, as deficiências da linguagem.

Tanto no contexto escolar como no contexto institucional a maioria dos indivíduos com deficiência vive com os pais ou está integrado em família monoparental.

No que concerne aos apoios prestados evidenciam-se o ensino/educação, as terapias e o acompanhamento social às famílias.

Relativamente aos indivíduos a receber apoio institucional ou institucionalizados é de sublinhar que 64 destes estão integrados em situação laboral, ainda que apenas 33 auferem salário. De referir que a principal fonte de rendimento identificada é a pensão/reforma.

O anteriormente exposto permite ter um primeiro perfil da pessoa com deficiência no concelho, reforçando a necessidade de apostar na capacitação dos técnicos ao nível duplo diagnóstico face à prevalência da deficiência mental e doença mental. Contudo, dada a complexidade da matéria, outros estudos importam fazer para que, mais objetivamente e de modo mais eficaz se consigam concertar respostas e estratégias de atuação que tenham como principal objetivo a promoção dos princípios de igualdade e de justiça social que devem estar subjacentes à atuação de todos os intervenientes neste processo.

De acordo com os resultados da participação preventiva, realizada no contexto da elaboração da Carta Educativa 2017-2027, procurou-se refletir sobre a resposta educativa a alunos com Necessidades Educativas Especiais, importa ainda sublinhar as conclusões nele expressas, que remetem para as condições escolares e para a adequação do processo educativo às necessidades educativas dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

Presentemente, as respostas para esta população no concelho de Évora são:

- Escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos, sediadas no Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício de Évora (Escola Básica Manuel Ferreira Patrício) e Agrupamento de Escolas nº 2 de Évora (Escola Secundária Gabriel Pereira);
- Escola de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão, sediada no Agrupamento de Escolas nº 2 de Évora (Escola EB2,3 André de Resende);
- Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo, sediada no Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício de Évora (Escola Básica Manuel Ferreira Patrício)
- Unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdo cegueira congénita, sediadas no Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício de Évora (Escola Básica Manuel Ferreira Patrício) e Agrupamento de Escolas nº 2 de Évora (Escola EB2,3 André de Resende);
- Centro de recursos TIC para a educação especial, sediado no Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício de Évora (Escola Básica Manuel Ferreira Patrício).

4.4 Análise crítica

Assim, das conclusões explanadas no documento Carta Educativa sublinham-se as seguintes reflexões:

A importância da implicação de todos no processo de inclusão pela educação de todos os alunos;

Necessidade de formação para todos os assistentes operacionais que já trabalham ou que iniciam funções na área da deficiência;

Necessidade de respostas adequadas ao nível das atividades de enriquecimento curricular para os alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais);

Importância em refletir sobre a necessidade de encontrar respostas para os alunos com NEE depois dos 18 anos de idade;

Necessidade em adequar espaços próprios em contexto escolar para a dinamização das terapias;

- » Continuidade da medida de diminuição do número de alunos nas turmas que incluem alunos com NEE, desde o pré-escolar ao secundário;
- » Fundamental sensibilizar as empresas públicas e privadas para acolher alunos NEE no cumprimento do seu PIT (Plano Individual de Transição) e inte-

grá-los enquanto adultos nas atividades profissionais, tendo em conta que, após a finalização do seu percurso escolar, a grande questão que se coloca é a integração destes alunos na vida ativa, verificando-se escassez de respostas;

- » Necessidade de reforço de técnicos para avaliar os alunos antes do seu enquadramento na CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade);
- » Dar continuidade às medidas de apoio aos alunos com NEE, do 1º ciclo ao ensino secundário.

Capítulo 5 – Sem Abrigo

5.1 Conclusões sumárias

- » Foram sinalizadas em 2015 um conjunto de 20 pessoas em situação de sem abrigo;
- » Em maio de 2015 foram inquiridos 13 pessoas em situação de Sem – Abrigo em Évora;
- » Todas as pessoas eram do sexo masculino;
- » Idades compreendidas entre os 19 e os 70 anos;
- » Dos 13 indivíduos, 12 eram solteiros e 1 era divorciado;
- » Dos 13 indivíduos 11 eram de nacionalidade portuguesa e 2 cabo-verdianos;
- » Dos 13 indivíduos, 6 encontram-se na situação de Sem – Abrigo pela 1ª vez e 7 já estiveram nesta condição anteriormente;
- » Oito indivíduos encontram-se nesta situação há entre 1 e 3 anos, os restantes cinco entre 3 e 5 anos;
- » Dos 13 indivíduos apenas um indicou pernoitar na rua, os restantes pernoitam em locais precários ou em locais cedidos;
- » Dos 13 indivíduos, 12 estavam desempregados e um estudava;
- » Todos os indivíduos eram beneficiários de RSI;
- » Quando ao nível de escolaridade 2 eram analfabetos e 11 possuíam o ensino básico.

5.2 Enquadramento geral da problemática

Em 2004 o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, definiu como uma família sem-teto, as famílias sem-abrigo que carecem de habitação. “ Eles carregam suas poucas posses com eles, dormindo nas ruas, ou em outros espaços, numa base mais ou menos aleatória.”

Em 2009, uma reunião da Comissão Económica e de Conferência Estatística Europeia, realizada na OMS, definiu como falta de moradia e pessoas desabrigadas em dois grandes grupos:

1. Sem abrigo primário. Esta categoria inclui as pessoas que vivem nas ruas sem-abrigo que se classifica no âmbito da zona de habitação;
2. Sem abrigo secundário. Esta categoria pode incluir pessoas sem local de residência habitual que se deslocam frequentemente entre os vários tipos de

acomodações (incluindo moradias, abrigos e instituições para os alojamentos de sem teto ou outros). Esta categoria inclui pessoas que vivem em residências particulares, mas relatam “endereços não usuais” nos censos.

A Comissão Económica e de Conferência Estatística Europeia reconhece no entanto que a abordagem acima não fornece uma definição completa do “Sem Abrigo”.

Cada país adota a sua política de serviço social de acordo com uma definição debatida entre técnicos que estudam o assunto. Contudo na Europa existe uma base comum da *Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri*.

Nesta tipologia quem está num alojamento de emergência social que é assistido pelo Estado, se está a dormir na rua ou prédios abandonados define-se como sem-abrigo. Existe ainda a categoria de “sem alojamento” para quem está em habitação provisória “habitação inadequada” para os casos de ocupação ilegal de prédios ou terrenos “habitação precária” para condições pouco seguras.

Em Portugal e de acordo com a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo foi definido o conceito de pessoa sem-abrigo:

“Considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

1. Sem tecto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;
2. Sem casa – encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.”

De acordo com os dados inclusos nos Censos de 2011, existiam 696 pessoas em situação de sem-abrigo no território nacional: 241 em Lisboa, 218 na região Norte, 113 no Algarve, 66 no Centro do país, 25 no Alentejo, 22 na Madeira e 11 nos Açores.

De acordo com o artigo publicado em 31 de março de 2014 pelas jornalistas Ana Cristina Pereira e Mariana Oliveira do jornal Público, em dezembro de 2013, em Lisboa, existiam 852 pessoas sem-abrigo, das quais 509 viviam na rua, contabilizadas presencialmente por voluntários.

Na ocasião alguns especialistas consideraram que a contabilização efetuada pelos voluntários, não espelhava o fenómeno na sua totalidade, dado que não eram consideradas as pessoas que viviam em prédios devolutos, tão pouco os sem-teto no concelho de Lisboa. A realidade não é estática, existem sempre pessoas a sair e a entrar nestas bases de dados.

5.3 Enquadramento local

Nos últimos anos no concelho de Évora, a problemática relacionada com as pessoas sem-abrigo tem vindo a tornar-se cada vez mais observável pelos serviços, fruto de um conjunto de circunstâncias múltiplas, relacionadas com a fragilidade socioeconómica das famílias e dos indivíduos, com o não acesso à habitação, aos recursos económicos, mas também com os fatores inerentes a cada um, nomeadamente os fatores físicos, de saúde e de relacionamento interpessoal.

A condição de sem-abrigo atribui ao indivíduo uma situação de vulnerabilidade social, que exige a definição de estratégias de intervenção específicas, articuladas, centrada na pessoa e nos seus direitos e deveres.

Nesse sentido, foi elaborado um primeiro diagnóstico da situação dos indivíduos que se encontram na situação de sem-abrigo e a beneficiar da prestação de Rendimento Social de Inserção no concelho de Évora. Este universo de beneficiários foi identificado no âmbito do acompanhamento técnico da medida. Decorre da reflexão do núcleo de parceiros que constituem o Núcleo Local de Inserção (NLI), tendo sido definido como uma das áreas prioritárias de intervenção no instrumento de planeamento – plano de ação do NLI.

Esta é uma primeira abordagem à problemática, a partir da qual se pretendem definir estratégias de intervenção.

No âmbito dos instrumentos de diagnóstico e planeamento elaborados pelo CLASE - Conselho Local de Ação Social de Évora nos últimos anos, a problemática dos sem-abrigo nunca surgiu como uma área a aprofundar uma vez que, embora este problema sempre tenha existido no concelho, apresentava-se de forma residual e sem grande evidência, sendo possível aos serviços efetuar algum controle e apoio às situações existentes.

Atualmente e através da medida de proteção social – Rendimento Social de Inserção (RSI) –, foi possível verificar que existe um número considerável de indivíduos a residirem no concelho, com características que se enquadram na definição adotada pela Estratégia Nacional de Pessoa Sem-abrigo e que justificam uma primeira análise diagnóstica, no sentido de definir estratégias de intervenção que visem moderar a problemática.

Assim, no âmbito do núcleo local de inserção do RSI, foi constituída uma equipa de trabalho que teve como objetivo elaborar o diagnóstico da situação dos indivíduos que se encontram na condição de sem-abrigo.

À semelhança do que aconteceu para a problemática do Envelhecimento populacional, da equipa constituída evoluiu-se para uma Unidade de Rede dos Sem Abrigo, constituída pelas principais instituições locais que trabalham diretamente com a problemática das pessoas Sem-abrigo.

Foi efetuado um levantamento de todos os indivíduos que sendo beneficiários de RSI se encontravam na situação de sem-abrigo, tendo-se verificado que se encontravam 20 indivíduos nessa condição no concelho de Évora.

No âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo, encontrava-se disponível para utilização dos serviços um questionário inicial para a elaboração do diagnóstico da situação, pelo que a equipa, com o apoio dos serviços centrais do ISS.IP, decidiu aplicar o questionário aos indivíduos identificados.

Assim, entre 03 e 17 de abril de 2015 foram convocados 15 dos beneficiários identificados, sendo que dos 15 convocados responderam ao questionário 13 indivíduos. Os restantes 5 indivíduos que não foram convocados apresentavam características que a equipa considerou não reunirem critérios que permitissem o seu enquadramento no âmbito da aplicação de um questionário.

A informação seguinte é referente ao tratamento dos dados efetuado pelo Núcleo de Apoio à Direção – Setor de Apoio Especializado do ISS.I.P, aos 13 questionários aplicados em maio de 2015, sendo que apenas se apresentam os indicadores considerados mais relevantes para a análise da problemática.

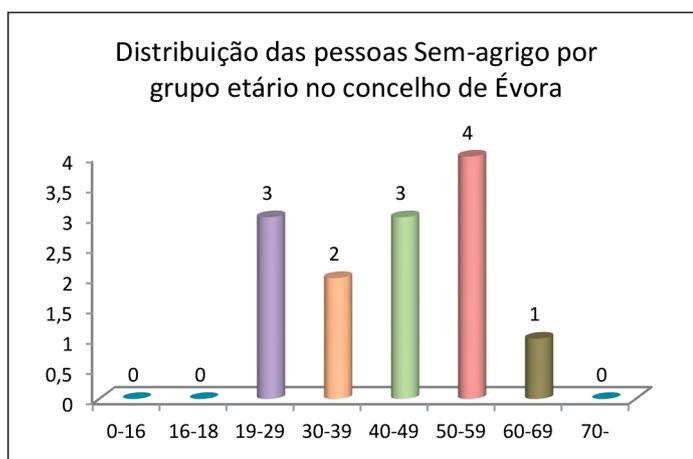


Gráfico N° 31 – Distribuição das pessoas Sem-abrigo por grupo etário no concelho de Évora
Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

No que se refere à idade dos inquiridos, no quadro 1 verifica-se que a grande maioria dos inquiridos se encontra nas faixas etárias mais jovens dos 19-49 anos, o que revela que a maioria (8 indivíduos) se encontra numa idade jovem. Verifica-se igualmente alguma expressividade nos indivíduos com mais de 50 anos (5 indivíduos).



Gráfico N° 32 - Distribuição das pessoas Sem-abrigo por sexo no concelho de Évora
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

Acerca do indicador sexo, verifica-se que todos os inquiridos são do sexo masculino.

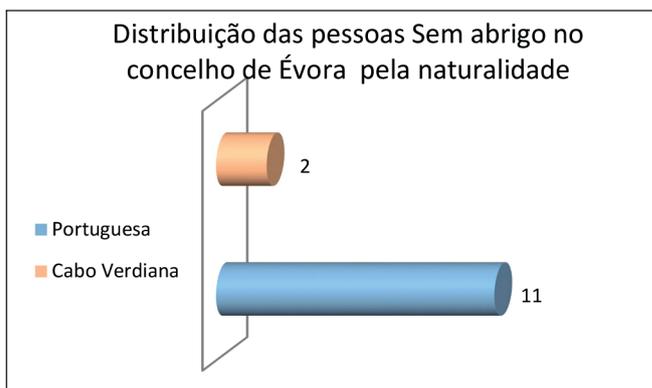


Gráfico N° 33 - Distribuição das pessoas Sem-abrigo pela naturalidade no concelho de Évora
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

Em relação à naturalidade, onze inquiridos são portugueses e dois são de naturalidade cabo verdiana, contudo há que referir que apresentam nacionalidade portuguesa uma vez que residem no país há vários anos.



Gráfico N° 34 - Distribuição das pessoas Sem-abrigo pelo estado civil no concelho de Évora
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

No que se refere ao estado civil, foi possível verificar, que a maioria (12 inquiridos) são solteiros e que apenas um é divorciado.

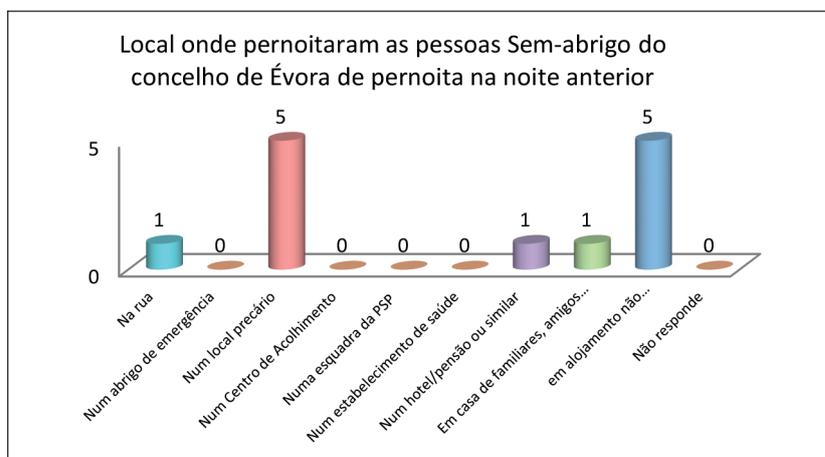


Gráfico N° 35 - Local onde pernoitaram as pessoas Sem-abrigo do concelho de Évora na noite anterior
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

Quando questionados sobre onde pernoitou a última noite, verifica-se que apenas um dos inquiridos pernoitou efetivamente na rua, contudo, e tomando sempre por referência o conceito da estratégia nacional, é possível verificar que a maioria pernoita em locais precários ou em alojamentos não convencionais.

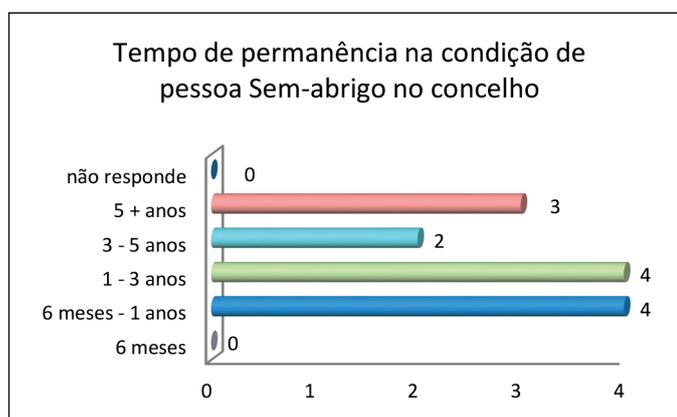


Gráfico N° 36 - Tempo de permanência na condição de pessoa Sem-abrigo no concelho de Évora
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

Por outro lado e quando inquiridos sobre o tempo em que está na situação de sem-abrigo, verifica-se que a maioria está há menos de 3 anos nesta condição. Também é possível observar que existem 5 indivíduos que se encontram sem-abrigo há mais de 3 anos.



Gráfico N° 37 – Resposta à questão “ É a primeira vez que se encontra nesta situação”
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

Do total dos 13 inquiridos, 6 estavam na situação de sem-abrigo pela primeira vez e 7 já não era a primeira vez que se encontravam sem-abrigo.



Gráfico N° 38 – Resposta à questão “A situação em que vive teve início no município de Évora?”
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

Para a maioria, a situação de sem-abrigo teve início no concelho de Évora.

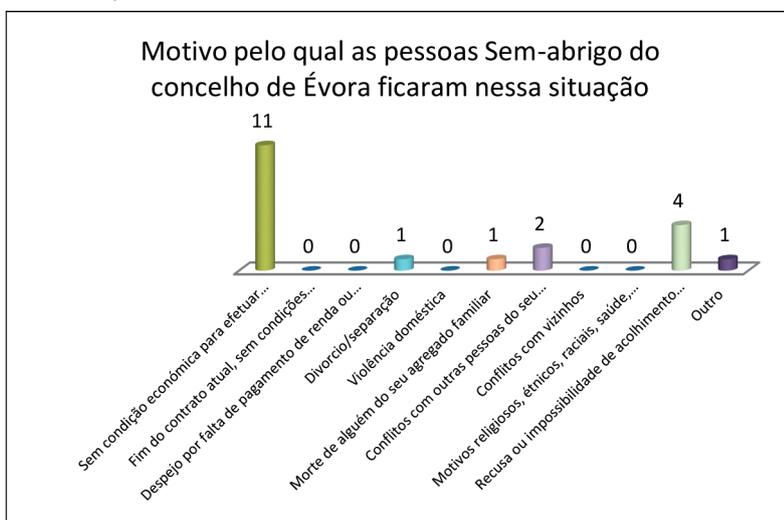


Gráfico N° 39 – Resposta à questão “A situação em que vive teve início no município de Évora?”
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

Quando questionados sobre o motivo que os levou a ficar naquela condição, a maioria respondeu que ficou sem condições económicas para efetuar contrato de renda ou empréstimo.

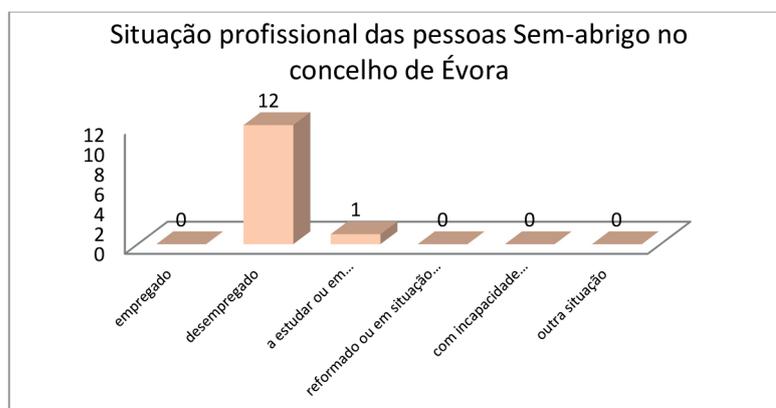


Gráfico N° 40 - Situação profissional das pessoas Sem-abrigo no concelho de Évora
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

A esmagadora maioria dos inquiridos encontram-se desempregados.

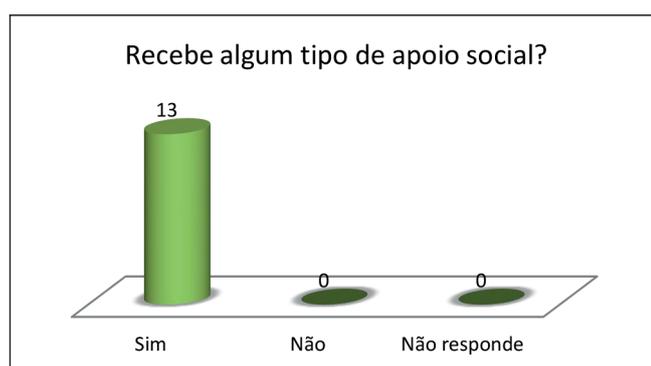


Gráfico N° 41 - Resposta à questão "Recebe algum tipo de apoio social?"
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

Relativamente aos apoios sociais, verifica-se que todos recebem apoio social de alguma instituição, nomeadamente da Segurança Social e outras instituições de solidariedade social existentes no concelho.



Gráfico N° 42 - Resposta à questão "Quem presta os apoios sociais?"
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

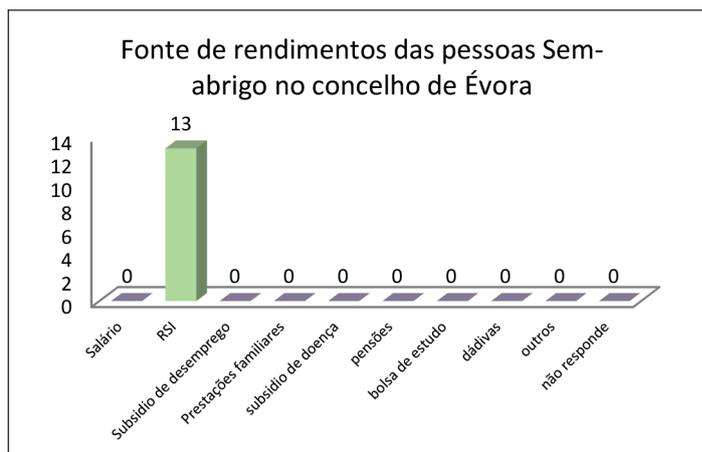


Gráfico N° 43 – Fonte de rendimentos das pessoas Sem-abrigo no concelho de Évora
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

Para além dos apoios sociais disponibilizados pelas instituições de solidariedade social do concelho, todos os inquiridos são beneficiários de rendimento social de inserção.



Gráfico N° 44 – Nível de escolaridade das pessoas Sem-abrigo no concelho de Évora
 Fonte: Questionário aplicado em maio de 2015 pela equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI

No que se refere ao nível de instrução dos inquiridos, a maioria possui apenas o ensino básico e 2 não têm instrução.

Breve resumo da situação: No concelho de Évora foi possível identificar, em abril de 2015, cerca de 20 indivíduos em situação de sem-abrigo. Destes foram inquiridos pela equipa 13 indivíduos que se caracterizam da seguinte forma: a maioria encontra-se na faixa etária dos 19-49 anos e todos são do sexo masculino. Quase todos apresentam naturalidade portuguesa e são solteiros. Quando inquiridos sobre o local onde pernoitam, apenas um referiu que pernoita na rua e todos os outros referem ter encontrado alternativas que ainda assim se enquadram na condição de sem-abrigo (locais precários ou alojamentos não convencionais). A maioria dos inquiridos está há menos de 3 anos a viver na condição de sem-abrigo e esta também não é a primeira vez que

se encontram a viver nestas condições.

Os motivos que os levaram a ficar na situação de sem-abrigo estão relacionados, para a maioria, com a falta de condições económicas (RSI no valor de 178,15€ à data) para efetuar contrato de renda ou empréstimo bancário.

Todos os inquiridos recebem apoio social de instituições do concelho, nomeadamente Segurança Social ou outras instituições de solidariedade social.

Em termos de nível de ensino, os dados revelam que a maioria dos inquiridos possui apenas o ensino básico ou nenhum.

5.4 Análise crítica

A rede de respostas existentes no concelho de Évora, para as pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, não difere das respostas tradicionais ou seja, por norma, os indivíduos são encaminhados para os serviços já presentes na rede solidária do concelho, nomeadamente refeitórios sociais, cantinas sociais, vestiários, etc.

Para além destes, existe ainda no concelho de Évora um CATE – Centro de Alojamento Temporário de Évora, resposta coordenada pelo Centro Social Paroquial de S. Brás que se caracteriza por ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social.

De acordo com o “Estudo Social da Resposta Social” apresentado pelo Centro Social e Paroquial de S.Brás em 2015, o CATE é uma valência que visa acolher e encaminhar os seus clientes para a resposta social adequada às suas necessidades e expetativas, tendo sempre como objetivo o desenvolvimento integral da pessoa humana. Inserido no Centro Social e Paroquial de S. Brás, o CATE tem capacidade e protocolo com a segurança social para acolher 15 indivíduos, ou famílias em situação de abandono ou sem-abrigo.

Tendo como objetivo primordial o alojamento temporário, permanecendo os clientes na instituição até três meses (podendo o prazo ser alargado conforme as circunstâncias), enquanto é feito o diagnóstico e análise da situação bem como o seu encaminhamento para respostas sociais adequadas.

Durante o tempo em que os clientes se encontram na instituição, pretende-se que os mesmos desenvolvam as suas capacidades e competências pessoais, por forma a que no decurso do seu projeto de autonomização possam sair da instituição capacitados para a vida em sociedade.

Reúne ainda uma equipa técnica composta por diretora técnica, técnica de ação social, enfermeira e médico, bem como uma equipa de secretaria e auxiliares.

A tipologia dos utentes do CATE caracteriza-se na sua maioria por indivíduos do género masculino, com idades avançadas, baixa escolaridade, alterações da personalidade, défices cognitivos e sobretudo doentes psiquiátricos, com suporte familiar ine-

xistente, antecedentes familiares de grande vulnerabilidade, abandono por parte das famílias e que conseqüentemente são excluídos da sociedade.

Face a esta problemática os utentes do CATE mais idosos foram permanecendo ao longo do tempo nesta resposta social; para além da escassez de suporte familiar, a inexistência de vagas em estruturas residenciais para idosos e o aumento do envelhecimento da população, bem como a negligência e os maus tratos por parte destas famílias vulneráveis contribuíram fortemente para este quadro.

Quanto aos utentes que foram admitidos no último ano, o tempo de permanência foi sensivelmente de 3 meses, dado que tem sido feito um trabalho com a equipa técnica criando um projeto de intervenção que potencie a sua autonomização.

É importante referir que existem constrangimentos por parte destes indivíduos no âmbito da inserção e autonomização, pois muitas vezes estes já estão como que “rotulados” e excluídos à partida de algumas dimensões da sociedade.

É de salientar que os indivíduos que são acolhidos no CATE são, na sua maioria, oriundos de famílias desestruturadas, com capital cultural reduzido e competências sociais, profissionais e técnicas pouco desenvolvidas, reproduzindo essa identidade aos seus descendentes.

É fundamental um trabalho multidisciplinar e moroso, de forma a alterar esses comportamentos que são intrínsecos ao indivíduo e que dificultam a autonomização, sendo imprescindível o acompanhamento institucional após a sua saída, durante um período alargado de forma a potenciar a independência.

O trabalho em rede entre as instituições de apoio social é fundamental nestes casos de autonomização e inserção, pois sem isso não é possível uma autonomização com eficácia e, se possível, independência institucional.

A condição de sem-abrigo representa a forma extrema de exclusão social em que o ser humano se poderá encontrar. Deverá ser avaliada e contextualizada de acordo com o território onde a mesma se manifesta.

Se nas grandes metrópoles este fenómeno atinge um número elevado de indivíduos, a verdade é que nas cidades mais pequenas este fenómeno começa agora a surgir, fruto da situação socioeconómica que o país atravessa e que, exaltando fragilidades tais como o desemprego e a insuficiência de rendimentos, leva a que alguns indivíduos deixem de usufruir dos seus direitos enquanto cidadãos e seres humanos, convivendo de perto com a ausência habitacional, a fome, a fragilidade da família, entre outros.

Por outro lado, os fatores intrínsecos de cada indivíduo relacionados com a saúde (doença mental, consumos) e a falta ou o fraco apoio para estas situações, têm contribuído para que estas pessoas recorram cada vez mais à rua, como espaço definitivo de permanência.

Assim, equipa de trabalho constituída no âmbito do NLI/RSI que analisou a problemática das pessoas Sem-abrigo em Évora, considerou importante a Constituição de uma Unidade de Rede no âmbito do CLASE sobre a problemática dos sem-abrigo, que possibilite entre outras ações a concretização das seguintes:

- » Atualização do Diagnóstico (criação de questionário concelhio a aplicar a pessoas sem-abrigo nas instituições do concelho, sempre que recorram a instituições do concelho);
- » Elaboração de um plano de formação concelhio sobre a problemática e como intervir junto de pessoas sem-abrigo, dirigidas para técnicos das instituições do concelho;
- » Elaboração de um plano concertado de intervenção e apoio a pessoas sem-abrigo do concelho de Évora;
- » Definição de estratégias de intervenção;
- » Identificação de percursos de intervenção;
- » Identificação de canais de comunicação entre instituições;

A Unidade de Rede é atualmente constituída pelos seguintes parceiros:

- » Câmara Municipal de Évora;
- » Centro de Respostas Integradas;
- » Centro Distrital de Segurança Social;
- » Cruz Vermelha Portuguesa - delegação de Évora;
- » Centro de Acolhimento Temporário de Évora.

RELATÓRIO FINAL

CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Elaborado por Ana Talhinas

Técnica Superior da Área Social e Desenvolvimento da Fundação Eugénio
de Almeida

Maio 2017

Cofinanciado por:



ÍNDICE:

	Pag.
1. A Proposta	3
2. A Operacionalização	7
3. Os Resultados	13
3.1. Os Cenários Temáticos	13
3.2. As Recomendações	20

ANEXOS

- A - Registo Fotográfico**
- B - Contributos dos Grupos de Trabalho**
- C - Conclusões – Encontro Rede Social**

Cofinanciado por:



Em resposta à solicitação da Câmara Municipal de Évora, no âmbito do Projeto CLDS-Vidas Ativas 3G, foi desenvolvida uma metodologia para envolvimento das organizações da Rede Social de Évora que permitisse uma reflexão conjunta e a identificação de temáticas / respostas a incorporar na Visão Estratégica e na construção dos Instrumentos de Planeamento Social do concelho, designadamente no Plano de Desenvolvimento Social e nos Planos de Ação futuros.

O trabalho de pesquisa, a metodologias desenvolvidas por autores diversos, conduziu a uma proposta de Guião Metodológico baseado, fundamentalmente, no conceito de Prospetiva Estratégica, experimentado e testado por Godet.

1. A PROPOSTA

A Prospetiva Estratégica de Godet defende que a capacidade para antecipar ameaças ou oportunidades, com o intuito de atingir os objetivos estratégicos de uma organização ou de um local, se tornou uma necessidade para a maioria dos agentes sociais, económicos, políticos e institucionais. A prospetiva estratégica vem ganhando cada vez maior espaço, nos mais variados tipos de organizações, por tratar-se de uma metodologia eficaz para compreensão do futuro e definição de rumos, estratégias e principalmente ações organizacionais.

Como passar da visão à ação? É necessária uma ponte para passar da noção de um futuro desejável para a realidade de um futuro sustentável que é possível alcançar.

É através da antecipação estratégica, expressamente integrada na estratégia de médio prazo que se faz um esforço para traduzir a visão do futuro desejável em

Cofinanciado por:



atividades concretas e programas que as organizações ou os territórios possam implementar.

A antecipação estratégica é um instrumento essencial que nos ajuda a integrar e explicitar o âmbito e o alcance das nossas expectativas e aspirações. A necessidade de instrumentos, mecanismos e metodologias de antecipação eficazes torna-se maior num contexto em que a ação da Rede Social se inscreve. A Prospetiva constitui uma antecipação pré ativa (preparar-se para as mudanças previsíveis) e pró ativa (agir para provocar as mudanças desejadas) para esclarecer a ação presente à luz dos futuros possíveis e desejáveis.

A prospetiva é um instrumento que possibilita a estruturação, por meio de uma reflexão coletiva, dos desafios futuros e, eventualmente, a avaliação das opções estratégicas. Além disso, a prospetiva permite a identificação de futuros possíveis, ou seja, de cenários prováveis, tendo em vista os projetos dos atores importantes no processo, onde cada cenário pode ser definido como uma previsão (Godet, 2011). Para Godet, a prospetiva e a estratégia são inseparáveis.

Godet (2011) complementa que a ação sem finalidade não tem sentido, bem como a antecipação suscita a ação. Logo, a prospetiva refere-se ao tempo de antecipação, ou seja, às mudanças possíveis e desejáveis. Por outro lado, a estratégia está relacionada o tempo de preparação da ação na elaboração e avaliação das alternativas estratégicas para a organização preparar-se para as mudanças esperadas (pré-atividade), depois provocar as desejadas (pró-atividade).

O seu objetivo consiste em propor orientações estratégicas e ações que se apoiam nas competências das organizações, em função dos cenários de evolução do contexto.

Cofinanciado por:



O método da Prospetiva Estratégica articula-se em torno de três processos: a reflexão coletiva, a preparação da decisão e a ação.

Para a reflexão coletiva, Godet propõe a utilização de uma “caixa de ferramentas” que poderão ser utilizadas em conjunto ou de forma individual, sabendo contudo que existe um encadeamento lógico mas que uma abordagem não sequencial também permite alcançar objetivos. No caso da reflexão que se pretende desenvolver, com vista à recolha de contributos para a construção do PDS, e tendo em consideração o período temporal disponível para essa reflexão, propõe-se a utilização da ferramenta “Oficinas de Prospetiva”.

Nas Oficinas de Prospetiva o mais importante e estrutural, são as chamadas “Questões Chave”. Para Godet, para trabalhar a dicotomia entre a exploração do futuro (prospetiva) e a preparação da ação (estratégia), deve-se considerar a formulação de cinco questões essenciais, a saber: (i) O que pode acontecer no futuro?; (ii) O que posso fazer?; (iii) O que vou fazer?; (iv) Como vou fazer?; (v) Quem sou eu?. A partir disso, a estratégia é desenvolvida levando em conta “O que vou fazer?” e “Como vou fazer?”.

Do ponto de vista da operacionalização das Oficinas Prospetivas, foram desenhadas metodologias de dinamização com recurso ao MetaPlan. Foi ainda perspectivada a possibilidade de recurso ao Focus-Group, como método complementar, se a análise de resultados das Oficinas Prospetivas o justificasse. A dinamização destes momentos de trabalho com as Organizações foi vertida para Planos de Sessão com a respetiva identificação dos objetivos assim como dos processos de operacionalização dos diferentes momentos / etapas, que se encontram em anexo a este documento.

A escolha do MetaPlan para as Oficinas Prospetivas teve em consideração as características e utilizações do método, os objetivos traçados e os resultados que se pretendem alcançar. O Metaplan possibilita e promove a sistematização e ordenação de ideias e informações. Como técnica de visualização é, também, um recurso técnico-pedagógico muito interessante ao permitir uma rápida documentação dos resultados de uma discussão de grupo. O elemento de visualização, em discussões de grupo, de acordo com especialistas, *“mobiliza e estimula a energia criativa, a capacidade de análise crítica, os conhecimentos e as experiências individuais dos participantes”* muito importantes, diremos mesmos imprescindíveis, serem mobilizados numa discussão como aquela que se pretende neste trabalho com as organizações. A recolha de informação, a criação e visualização de ideias, a estruturação, a análise de interligação e de causa e a definição de prioridades para a construção de dinâmicas que permitam perspetivar a mudança, que caracterizam este método, foram critérios que muito contribuíram para a sua escolha. Para além disso é um método que permite o envolvimento de pessoas que desempenham um papel importante na implementação, podendo influenciar a forma como irão atuar na fase de análise e no processo de tomada de decisão. Por outro lado, é igualmente recomendado na tomada de decisão participativa evitando processos demorados, confusos e inconclusivos, tendo este aspecto um peso muito importante na motivação para a participação pois, *“um grupo só se deixa motivar se entender o que se espera dele, qual o resultado final esperado e quais os possíveis usos dos resultados”*.

O Focus-Group, por outro lado, e, neste caso, enquanto método complementar de recolha de informação, é uma técnica que permite aprofundar a discussão de questões concretas, discussão mais focada, que segundo Morgan *permite gerar*

conhecimento necessário para o desenvolvimento de futuros programas a serem implementados em organizações. O uso dos Focus-Group está relacionado com os pressupostos e premissas da recolha de informação. Recorre-se a eles, por exemplo, como forma de reunir informações necessárias para a tomada de decisão; para promover a autorreflexão e a transformação social ou ainda como técnica para uma exploração temática. Ainda de acordo com Morgan *os Focus-Group servem uma variedade de propósitos, não só para explorar novas áreas pouco conhecidas, mas aprofundar e definir questões, responder a interrogações e avaliar opiniões, atitudes, experiências anteriores e perspetivas futuras.* Sintetizando, a utilização desta técnica permitirá aprofundar a discussão e consolidar as propostas das organizações enquanto contributos para o desenho do futuro Plano de Desenvolvimento Social e respetivos Planos de Ação.

Este enquadramento conceptual bem como a proposta de dinamização das referidas Oficinas Prospectivas foi apresentada e aceite pela Câmara Municipal e pelo Núcleo Executivo da Rede Social.

7

2. A OPERACIONALIZAÇÃO

Dado o elevado número de organizações que constituem a Rede Social do concelho de Évora (119) tornou-se necessária a criação de grupos de trabalho que reunissem um número de organizações mais pequeno que permitisse testar e operacionalizar a metodologia de trabalho proposta.

Face à existência de grupos de trabalho temáticos, entre organizações, consubstanciados em Unidades de Rede (Redes dentro da Rede), a opção, consensualizada entre grupo de trabalho da Fundação Eugénio de Almeida e o Núcleo Executivo da Rede Social, foi iniciar este processo de auscultação a partir destas Unidades de Rede enquanto espaços privilegiados de reflexão e

Cofinanciado por:



construção conjunta e aproveitando os momentos de trabalho já agendados por estas Redes. O convite à participação das organizações não integradas nestas unidades passou pela disponibilização de um calendário para a realização das sessões de trabalho onde, de acordo com a agenda das mesmas, as organizações se propunham participar.

Foram calendarizados 3 momentos de trabalho distintos com cada um dos grupos constituídos e a constituir. Deu-se início ao trabalho de auscultação das Organizações na Unidade de Rede do Envelhecimento Populacional, com a 1ª Oficina Prospetiva, que constituiu simultaneamente um pré-teste à metodologia proposta. Participaram nesta sessão um total de 15 técnicos em representação de 13 organizações. No final da sessão, em reunião técnica, foi feita a avaliação da mesma bem como da metodologia tendo-se concluído que a mesma respondia aos objetivos traçados e poderia ser alargada aos restantes grupos.

8

Assim, desenvolveu-se também a 1ª Oficina desta feita com as Organizações da Rede de Saúde Mental, onde participaram 12 técnicos de 10 organizações.

Realizada a primeira Oficina Prospetiva, com cada um dos grupos de trabalho, a equipa procedeu à sistematização da informação resultante para, por um lado, devolver às organizações para análise, reflexão e eventuais propostas de alteração e por outro para preparar a dinamização da 2ª Oficina Prospetiva.

A sistematização desta informação consubstanciou-se na relação entre as propostas apresentadas pelos técnicos e a criação de áreas temáticas de desenvolvimento que, no âmbito da segunda Oficina, seriam alvo de reflexão crítica e conseqüente identificação de propostas que, no curto e no médio prazo, contribuam para a concretização dos objetivos identificados pelas organizações.

Cofinanciado por:



Referir, ainda, que das primeiras oficinas prospectivas com as Redes do Envelhecimento Populacional e da Saúde Mental resultaram 16 Cenários Temáticos, 9 na Rede do Envelhecimento e 7 na Rede da Saúde Mental.

A 2ª Oficina permitiu, num primeiro momento, voltar a olhar criticamente para os Cenários / Áreas de Intervenção bem como para as propostas que estiveram na sua origem de modo que, se fosse esse o resultado da reflexão dos técnicos, pudessem ser agrupados ou transitar propostas de um cenário para outro onde tivesse melhor enquadramento. O resultado desta análise crítica foi, nas duas Unidades de Rede, a transição de algumas propostas para outros cenários temáticos. O segundo momento desta oficina remeteu os participantes para os cenários temáticos/ áreas de intervenção criadas e para a identificação de ações que permitam a concretização de cenários, previligiando a discussão em grupos de trabalho e a apresentação de propostas (duas para cada cenário). O terceiro momento consubstanciou-se numa “visita” às propostas dos diferentes grupos e na associação dos técnicos/organizações a propostas, de outros grupos, consideradas de relevante interesse. Um quarto momento desta oficina permitiu as técnicas das organizações participantes posicionarem as suas propostas numa matriz de relação entre a importância para o concelho e os recursos organizacionais. No final foi feita a leitura global da matriz, considerando a relevância do posicionamento das ações nos diferentes quadrantes, destacando ações que poderiam ser incluídas num plano de ação mais imediato, e os respetivos os cenários temáticos onde estão incluídas, por se tratarem de ações com elevado interesse para o concelho e para as quais as organizações consideram existem recursos disponíveis. Remetemos, também, para uma leitura mais apurada em sede de análise das propostas e posicionamento na matriz a enviar aos participantes e à Câmara. Participaram

nestas segundas oficinas um total de 19 entidades, 11 da Rede de Envelhecimento e 8 da Rede de Saúde Mental, representadas por 23 técnicos, 12 da Rede do Envelhecimento e 11 da Rede de Saúde Mental.

Terminada esta fase do trabalho com os técnicos das duas Unidades de Rede procedeu-se a uma análise mais fina da informação e à produção de um relatório intermédio. Esta análise remeteu também para a necessidade de clarificação de algumas propostas bem como para uma reflexão sobre as respetivas Unidades Rede, o seu papel, os seus objetivos e estratégias. Para esta reflexão foi proposta a realização de um Focus-Group com cada uma das Unidades de Rede e disponibilizadas duas datas para a sua realização, cabendo à Câmara Municipal a emissão dos convites às organizações.

Foram preparados os materiais para a dinamização do Focus-Group, designadamente a devolução da informação às Organizações bem como um Guião orientador da reflexão.

No dia marcado para a realização do Focus-Group, e apesar de algumas confirmações por parte das Organizações, a diminuta presença dos técnicos, 3 na Unidade de Rede de Saúde Mental e 2 na Unidade de Rede do Envelhecimento, inviabilizou o desenvolvimento dos mesmos. A decisão de não realização das sessões justificou-se, por um lado pelas recomendações técnicas para este tipo de sessões que chamam a atenção para o facto de *“Com menos de quatro participantes, a tendência é a de que o número e a diversidade de ideias e conceções fiquem bastante reduzidos, influenciando diretamente o aprofundamento das questões e diretivas propostas”*, e por outro o posicionamento dos técnicos presentes, da FEA e das OTS, que consideraram não haver representatividade organizacional bastante.

Cofinanciado por:



Apesar da equipa da Fundação considerar de fundamental importância a realização destas sessões pela necessidade de clarificação e aprofundamento da reflexão, imprescindíveis para a qualidade do trabalho a apresentar, foi entendido pela Câmara, sobretudo motivada pela necessária celeridade do processo, dispensar a realização dos Focus-Group. Não é demais reafirmar a chamada de atenção dos técnicos da Fundação para a importância da realização destas sessões que muito contribuiriam para a qualidade da reflexão e consequentemente das propostas.

Relativamente às organizações da Rede Social não integradas nestas Unidades de Rede, e para as quais tinham sido previstos a criação de 3 grupos distintos, às quais foram dadas três datas alternativas, apenas responderam ao convite 10 Organizações, representadas por 10 técnicos. Assim, procedeu-se, com este conjunto de organizações, à realização das duas oficinas prospectivas de acordo com a metodologia adotada para os restantes grupos (Unidades de Rede). Resultaram deste grupo de trabalho 6 Cenários Temáticos / Áreas de Intervenção.

Referir, ainda, que depois da 1ª Oficina Prospectiva e com o objetivo de contribuir para um aumento da eficiência, eficácia e impacto da intervenção da Rede Social de Évora, por forma a sensibilizar e motivar as organizações para a importância do processo em curso, foi desenvolvido um encontro de trabalho que contou com o apoio de um consultor externo (Paulo Teixeira). Pretendemos com o desenvolvimento desta iniciativa, uma maior consciencialização, das organizações parceiras da Rede Social, para a importância de um instrumento de planeamento coerente com as políticas e estratégias nacionais e europeias, para a importância de um Diagnóstico que suporte a candidaturas a programas

Cofinanciado por:



e medidas e, ainda, para a importância da clareza estratégica do percurso de desenvolvimento social do concelho. Entendemos que só com um diagnóstico da situação atual e com Plano de Desenvolvimento Social será possível gizar estratégias e planear ações concretas que contribuam efetivamente para um desenvolvimento concelhio, que se pretende sustentado, integrado e consequente, com vista a uma melhoria contínua da qualidade de vida da comunidade local.

As conclusões deste Encontro, que apontam quatro áreas de trabalho que a Rede Social e organizações parceiras devem privilegiar, designadamente I) Estrutura e Organização; II) Comunicação; III Ferramentas e Instrumentos e IV) Opções Estratégicas devem ser tidas em conta na construção do Plano de Desenvolvimento e constam das recomendações à Rede Social e fazem parte dos anexos deste documento.

Cofinanciado por:



3. OS RESULTADOS

3.1. Os Cenários Temáticos

Das 6 oficinas prospetivas realizadas, com a presença de 29 organizações representadas por 40 técnicos, resultaram 248 propostas de ações distribuídas por 22 Cenários Temáticos / Áreas de Intervenção. Este nível de participação, depuradas as repetições, representa apenas 25% das organizações parceiras da Rede Social.

A diversidade de cenários temáticos / áreas de intervenção resultou, feita a análise das diversas propostas, da ausência de uniformização de conceitos, cuja necessidade não esteve presente na proposta metodológica, considerando a qualificação dos potenciais participantes nas oficinas prospetivas e a possibilidade de esclarecimento de questões desta natureza no âmbito dos Focus-Group que, como referido anteriormente e pelas razões apontadas, não foram realizados.

Esta circunstância, aliada à profusão de cenários, levou a equipa técnica à aplicação de uma triangulação de cenários, baseada na relação temática, e propostas. Desta triangulação resultaram seis cenários temáticos / áreas de intervenção, ficando de fora por ausência de relação cinco cenários. Este trabalho de análise revelou, também, a existência de propostas muito diversas dentro de um mesmo cenário temático designadamente propostas relacionadas com a intervenção das organizações; propostas relativas à necessidade de capacitação de públicos, técnico e dirigentes das organizações; propostas relativas à criação de grupos de trabalho e à reflexão e criação de novas respostas; proposta que para serem implementadas necessitam do

Cofinanciado por:



envolvimento de outros agentes do território e, por último, propostas relativas à melhoria ou criação de infraestruturas.

Reunindo todos estes elementos de análise entendeu a equipa, com a participação da Câmara, proceder à criação de Novos Cenários Temáticos / Áreas de Intervenção integradores das tipologias de propostas. Foi ainda definido que todas as propostas que previam o envolvimento de outros *stakeholders* bem como as relativas à criação de infraestruturas, independentemente do cenário temático de origem, seriam transpostas para recomendações.

Deste trabalho de análise e reflexão resultaram 5 cenários temáticos.

Nesta fase foi ainda necessário analisar cada um dos cenários cuja triangulação temática não foi possível realizar e enquadrar as respetivas propostas nos cenários temáticos entretanto constituídos. Para a integração de propostas, inscritas nestes cenários, nas recomendações foi utilizado o critério anteriormente descrito.

A proposta de designação dos novos cenários, teve, entre outros aspetos, a preocupação de serem simples e intuitivos particularmente pelo facto, como referimos anteriormente, de não ter havido uma prévia clarificação de conceitos.

Apresentamos a seguir um fluxograma que pretende sistematizar este processo.

Cofinanciado por:





Identificamos abaixo os cinco cenários temáticos resultantes deste trabalho de sistematização, reflexão e análise.

A – Cidadania Ativa

Este cenário temático engloba todas as propostas provenientes de diferentes cenários / áreas de intervenção designadamente da Educação para a Cidadania bem como as propostas relativas à Prevenção do Risco.

Encontramos neste cenário temático as Ações de Sensibilização e o Desenvolvimento de Campanhas em temáticas ligadas à violência nas mais variadas formas, ao risco, ao voluntariado, ao ambiente, à educação, à saúde, à parentalidade positiva, à valorização e fruição do espaço público e do Património Cultural, entre outras.

16

B – Trabalho em Rede

Numa fase de consolidação da Rede Social era esperado que a necessidade de de fomento do trabalho em rede e da ação social colaborativa fosse entendida como uma prática transversal a qualquer proposta de intervenção, contudo o elevado número de propostas sugerindo a necessidade de fomento de trabalho em rede contribuíram para a criação deste cenário temático.

De entre as várias propostas integradas nesta área temática salientamos o incentivo ao trabalho em rede entre organizações, a criação de redes de trabalho sectoriais para a intervenção, a partilha e valorização de boas práticas, a promoção de relações de vizinhança e o desenvolvimento de sentido de pertença, entre outras. Já no que diz respeito à Rede Social são apontados os

Cofinanciado por:



intercâmbios entre organizações e o desenvolvimento de iniciativas que promovam laços com a Rede.

C – Envelhecimento Ativo

Referir que a criação deste cenário temático foi alvo de uma profunda reflexão, suscitada em primeiro lugar pela ausência de propostas de trabalho de intervenção, ou outro, com este público, por parte dos técnicos / organizações da Unidade de Rede do Envelhecimento. Por outro lado, surgem várias propostas de intervenção dirigidas a este público em particular saídas dos outros dois grupos de trabalho. Esta constatação veio, ainda, dar mais força à necessidade de realização do Focus-Group, que por indisponibilidade das organizações não tivemos oportunidade de desenvolver, ressaltando, aqui que a discussão nunca pretendeu ser temática e que a utilização destas Redes foi apenas instrumental para o processo.

17

Contudo, e partindo do princípio que as questões do envelhecimento norteiam a reflexão das organizações ligadas a esta temática era necessário perceber se, considerando as propostas dos outros grupos, fazia sentido esta ser uma área temática de intervenção ou poderia ser equacionada a possibilidade de integração numa outra área temática. Consideradas as propostas houve necessidade de recorrer a outras fontes de informação e instrumentos atualizados, à análise das características e evolução da população do concelho, entre outros. Desta reflexão multifontes foi, então, entendido que faria sentido apresentar esta área de intervenção de forma autónoma.

Das proposta integradas nesta área temática destacamos a dinamização de atividades / projetos que privilegiem a intergeracionalidade e a valorização do idoso, o desenvolvimento de atividades diversas (lúdicas, culturais, desportivas,

Cofinanciado por:



etc) que proporcionem ao idoso momentos de partilha, de aprendizagem e de convívio. É também apontado como muito importante a georeferenciação e a criação de respostas para os idosos isolados bem como a necessidade de preparar os ativos para a idade da reforma.

D – Inclusão

A área de intervenção Inclusão, porventura aquela onde a ausência de definição de conceitos mais impacto teve, integrou todas as propostas relativas a Acessibilidades / Mobilidade, Pessoa com deficiência, Sem abrigo e Etnias. A criação de linguagem e circuitos acessíveis, as políticas de inclusão bem como a criação de respostas diferenciadas para diferentes públicos (migrantes, sem abrigo, etnias, etc.) e a criação de iniciativas para promoção do diálogo intercultural são algumas das propostas que integram esta área temática.

E – Formação e Empreendedorismo

Esta área temática resulta da incorporação de propostas relativas às necessidades de formação / capacitação quer dos públicos-alvo das diferentes organizações, sobretudo pessoas em situação de desemprego, bem como dos próprios técnicos e dirigentes das organizações. A questão do Empreendedorismo surge, numa primeira leitura, como uma oportunidade potencial que contribua para a resolução da empregabilidade dos públicos e, sobretudo, quando analisadas as propostas de Reflexão e Criação de Novas Respostas. Entende a equipa técnica que para a criação das novas respostas identificadas pelas diferentes organizações é necessário algum empreendedorismo organizacional e que essa temática terá de ser trabalhada e aprofundada pelas organizações para criar as bases para a construção e criação dessas novas respostas. Surgem, neste cenário temático, um conjunto de

Cofinanciado por:



propostas relativas à adequação da oferta formativa dirigidas aos públicos considerando o contexto e a valorização dos produtos e serviços locais, a organização de certames ligados à formação e ao emprego, entre outros. Já do ponto de vista do empreendedorismo / criação de respostas identificamos a Criação de Planos de Prevenção de todas as formas de violência, a criação de projetos integrados de promoção do bem-estar das crianças, a criação de respostas na área da saúde mental comunitária, a conceção e implementação de projetos multidisciplinares na área das competências pessoais, sociais e comportamentais de jovens e famílias, entre tantas outras propostas.

Apresentados que estão os Cenários Temáticos/Áreas de Intervenção saídos deste processo de trabalho com as organizações da Rede Social importa referir que este resultado constitui um contributo para o desenho do futuro Plano de Desenvolvimento Social que terá, necessariamente, de ser articulado com outros documentos e propostas designadamente com o Diagnóstico Atualizado, com outros instrumentos estratégicos de planeamento, com a avaliação do desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Social em curso, com as recomendações emanadas da sessão de trabalho sobre a importância das redes e dos instrumentos de planeamento, entre outras fontes e contributos. É expectável que esta análise mais macro possa levar ao agrupamento de alguns dos cenários identificados, à exclusão ou criação de novos cenários.

3.2. As Recomendações

Conforme referimos anteriormente, todas as propostas que previam o envolvimento de outros *stakeholders* bem como as relativas à criação de infraestruturas, independentemente do cenário temático de origem, seriam transpostas para recomendações. A preocupação, nesta fase, foi a sistematização em grandes grupos de questões, evitando grandes listagem, e, sempre que possível, dirigidas a outros órgãos consultivos ou executivos.

Foi identificado um elevado número de propostas ligadas à Segurança que passam, sobretudo, por questões ligadas à segurança de proximidade e ao reforço de policiamento designadamente nos locais identificados como problemáticos e também junto aos estabelecimentos de ensino e nos locais de diversão noturna. Estas propostas, que consubstanciam preocupações dos técnicos das organizações/ cidadãos deverão ser levadas ao Conselho Municipal de Segurança para análise e potencial criação de respostas.

Outras questões ligadas à Segurança mas desta feita relacionadas com a melhoria e criação de infraestruturas no Espaço Público foram também identificadas pelos participantes nos grupos de trabalho. Identificam-se necessidades ligadas ao reforço da iluminação pública bem como a criação de infraestruturas pedonais e ciclovias para ligação entre a periferia e o centro da cidade. Ainda relacionado com o Espaço Público, a conservação dos edifícios e a recuperação imóveis, para arrendamento social ou outro, e a criação de espaços verdes são aquelas que colhem mais propostas de intervenção. Por se tratarem de questões ligadas à gestão direta da Câmara Municipal importaria fazer chegar à gestão camarária estas preocupações / recomendações dos municipais.

Cofinanciado por:



Ainda relacionado com o Espaço Público encontramos um conjunto significativo de propostas ligadas à eliminação das barreiras arquitetónicas em espaços e edifícios públicos e ao reforço das áreas pedonais acessíveis no Centro Histórico. A Atratividade de Território, enquanto fator crítico para a sua sustentabilidade, foi também alvo de reflexão por parte dos técnicos das organizações presentes nas sessões de trabalho. Quando se fala em futuro fala-se necessariamente de demografia e de formas que contribuam para alterar a tendência decrescente da população do concelho. Relativamente a esta Atratividade / Sustentabilidade do Território destacam-se as propostas que remetem para a criação de mecanismos facilitadores da instalação de empresas no concelho, à dinamização de certames de carácter económico, ao estímulo à natalidade, à criação de condições para a fixação de jovens casais, entre outras propostas com menor número de proponentes.

21

Deixamos, também, aqui neste espaço as preocupações dos participantes relativamente às questões da Saúde, e do acesso aos serviços de saúde pelos cidadãos, e da Utilização das Energias Limpas para os quais sugerimos o envolvimento de outros *stakeholders* para o seu estudo e eventuais propostas de intervenção.

Identificamos ainda algumas recomendações dirigidas à Educação designadamente a utilização previligiada de produtos provenientes de produtores locais nas cantinas escolares.

A caracterização da População Jovem do concelho sem ocupação, sem trabalho e fora da escola foi uma preocupação manifestada por várias organizações. A dificuldade de acesso a estes jovens, por ausência de informação, dificulta ou inviabiliza a necessária intervenção junto dos mesmos.

Cofinanciado por:



As questões ligadas à melhoria da comunicação entre a Rede Social e as organizações, são também uma recomendação saída destes foruns que, aliás, encontra eco nas recomendações saídas do encontro da Rede Social.

Por último acrescentar que foram apresentadas algumas propostas cujas respostas já existem no espaço de intervenção pelo que recomendamos que as mesmas possam ser valorizadas e melhor divulgadas junto das organizações designadamente da Atividade Socialmente Útil, uma medida da Segurança Social, e a existência de Cursos Profissionais.

Este conjunto de questões / preocupações deverão ser levadas a espaços de reflexão e/ou de intervenção que trabalhem as temáticas ou abordagens deixadas neste capítulo das recomendações.

Cofinanciado por:



ANEXOS

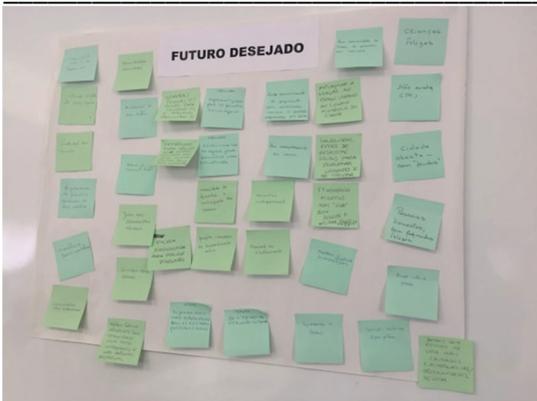
Cofinanciado por:



A. PEQUENO REGISTO FOTOGRÁFICO

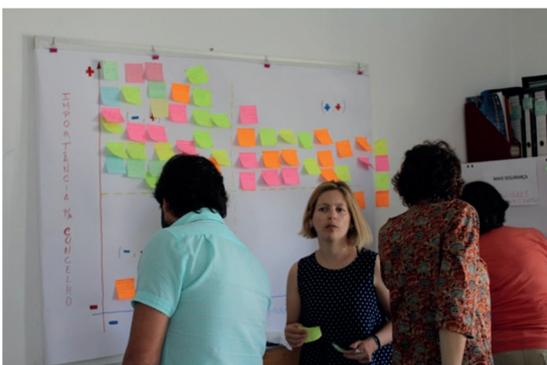
Cofinanciado por:





Cofinanciado por:





Cofinanciado por:



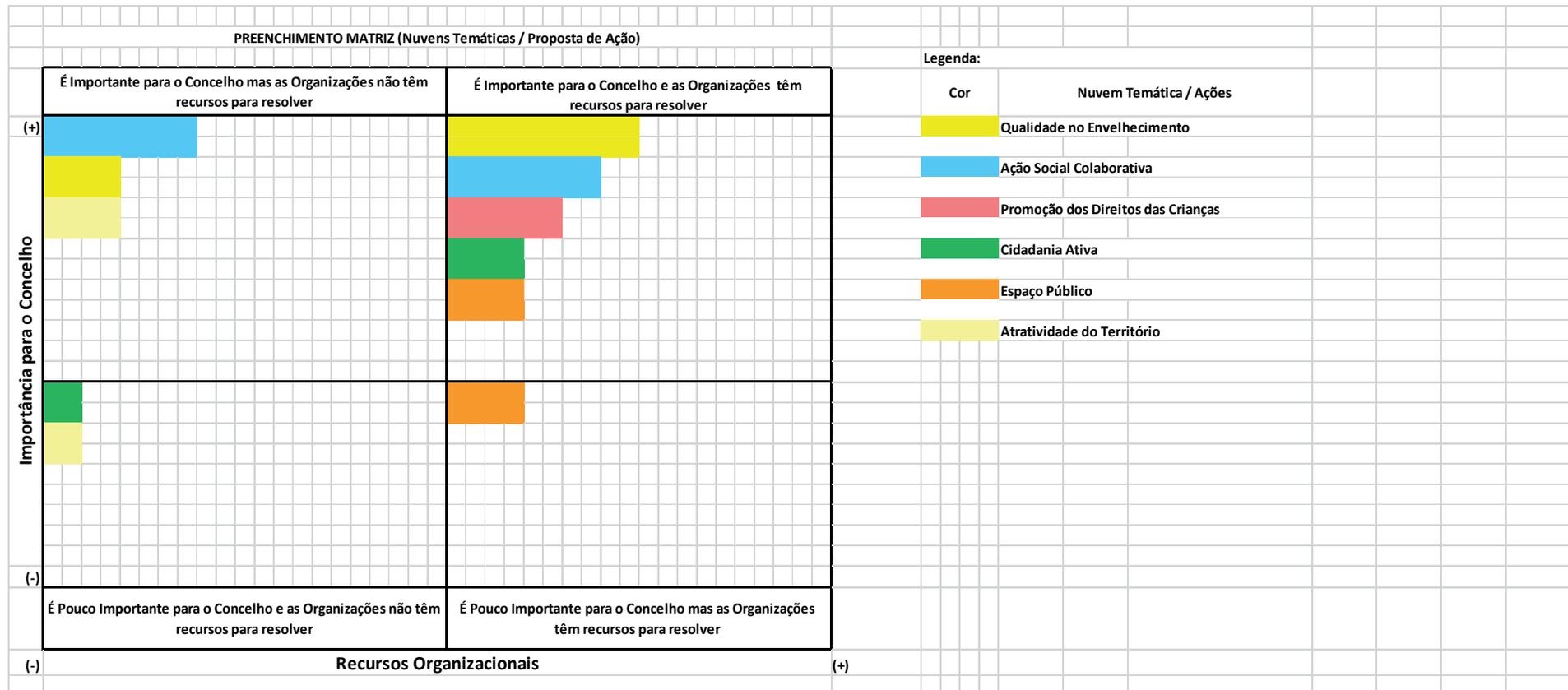
B. CONTRIBUTOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

Cofinanciado por:



FUTURO DESEJADO – “QUEREMOS UM CONCELHO...”				
Necessidades/Cenários identificados	Contributos que concorreram para a criação dos cenários	Ações concretas	Relação do contributo/recurso	Letras / Entidades
CIDADANIA ATIVA	As pessoas serem mais colaboradoras com as entidades políticas e sociais	Programa de Promoção das Literacias para vários públicos	(+;+)	
	Uma cidade nova e um homem novoPessoas honestas, bem formadas e felizes	Projeto de Aproximação entre Comunidades e Escolas	(+;+)	
	Cidade Aberta - sem feudos	Evidenciar projetos intergeracionais locais como boa prática	(+;-)	C
	Necessidade de fomentar a participação das pessoas			
	Jovens mais solidários / mais voluntários			
	Cidades / pessoas disponíveis para mudar e efectivamente participar			
	Maior sensibilização da população para problemas sociais e questões relacionadas com a saúde			
Consumidores mais informados				
Encontro intergeracional				
ESPAÇO PÚBLICO	Inexistência de barreiras arquitetónicas	Revitalizar iniciativas culturais (Tradições, carnaval, desfile histórico,...)	(+;+)	B;C;F;H
	Ver a igreja de Santo Antão restaurada	Incentivar as instituições para o desenvolvimento de iniciativas no espaço público	(+;+)	A;B;C;F;H
	Cidades sem trânsito	Projeto melhoria dos acessos- bairros ao Centro Histórico	(-;-)	C
	Maior acessibilidade de todas as pessoas aos serviços	Reduzir o Trânsito no Centro Histórico	(-;-)	D
	Ultrapassar Évora como apenas como cidade turística mas como cidade vivida pelos seus cidadãos			
	Melhorar a ligação dos espaços urbanos ao centro histórico da cidade			
	Centro histórico atrativo com vida e com pessoas a utilizar o espaço público			
	Espaço público apropriado pela comunidade num todo integrado e não apenas setorial			
	Revitalização do Centro Histórico			
	Obrigatoriedade dos proprietários conservarem os seus edifícios			
AÇÃO SOCIAL COLABORATIVA	Condições habitacionais dignas para todos	Respostas Diferenciadas para a população sem abrigo	(+;+)	D,C,E
	Romper ciclos de pobreza	Criação de grupo de trabalho que pense respostas habitacionais de várias tipologias	(+;+)	F,E,C
	Menos famílias endividadas	Programa de promoção de parentalidade positiva (Gravidez e 1ª infância)	(+;+)	F,D,B
	Existir uma rede de apoios para famílias mais estruturadas	Incentivo à criação de Planos de Prevenção de todas as formas de Violência	(+;+)	A,B,C,D,F,H
	Especialização para as famílias com apoios	Dinamizar Projetos de Promoção do diálogo intercultural	(+;-)	D
	Inexistência de desemprego principalmente jovem	Caracterização da População jovem do concelho sem ocupação, sem trabalho, fora da escola	(+;-)	C
	Solução completa de raça cigana	Criação de Respostas na área da Saúde Mental Comunitária	(+;-)	I,D,E
	Consolidar redes de respostas sociais para problemas urgentes de qualquer tipologia	Implementar Programas de Mediadores Interculturais	(+;-)	A,D
		Criação de Programas de Melhoria de Habitação de Pessoas Carenciadas	(+;-)	
QUALIDADE NO ENVELHECIMENTO	Projetos inovadores na área do envelhecimento	Preparar a Reforma ainda na Vida Ativa	(+;+)	F,H,C,G
	Seniores menos isolados	Formação sobre recursos	(+;+)	F,H,C,G
	Mais acompanhamento dos idosos	Divulgação dos Recursos	(+;+)	F,H,C,G
	Redução do Isolamento Social	Resposta Institucional – Criação de Grupo de Apoio a Familiares (filhos)	(+;+)	H,C,F,I, E
	Combate ao Isolamento	Resposta Institucional – Criação de Grupo de Apoio a ajudantes familiares	(+;+)	H,C,F,I, E
		Georeferenciação dos idosos isolados	(+;-)	A,D
		Criação de Respostas Específicas de Apoio à Demência	(+;-)	A;C;D;H
PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS	Jovens com estilos de vida mais saudáveis e alternativas / Oportunidades de Vida	Capacitação de técnicos / entidades e Comunidade	(+;+)	A;B;C;H;I;F
	Crianças Felizes	Criação e Implementação de Projeto Integrado de Promoção do Bem-estar das crianças	(+;+)	A;B;C;D;F
	Não existir CPCJ	Integrar no espaço lectivo (pré-escolar e 1º ciclo) formação emocional para pais e familiares/ encarregados	(+;+)	B;C;F;H
	Escola diferenciada para públicos diferentes			
ATRATIVIDADE DO TERRITÓRIO	Rejuvenescimento da população	Concurso de Ideias sobre projetos para atratividade do território	(-;+)	C;F
		Aumentar e Diversificar a qualificação	(+;-)	
		Captação de Empresas para a Região	(+;-)	C;F

Cofinanciado por:



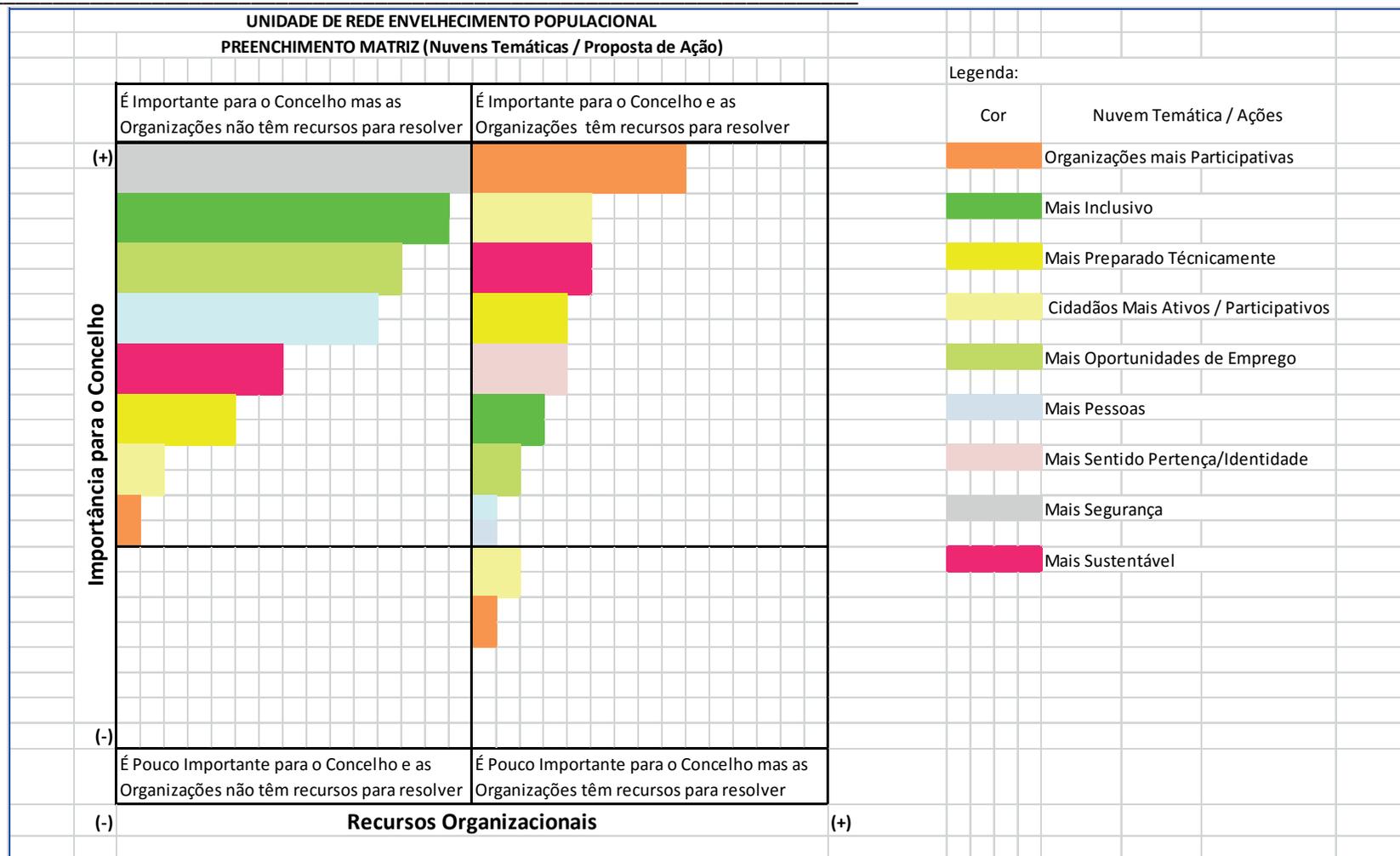
Cofinanciado por:

FUTURO DESEJADO – “QUEREMOS UM CONCELHO...”				
Necessidades/Cenários identificados	Contributos que concorreram para a criação dos cenários	Ações concretas	Relação do contributo/recurso	Letras / Entidades
Organizações mais participativas/	- "... Mais oportunidades e respostas fruto do trabalho de estratégias comuns e do trabalho em rede..."	"Alterar as mentalidades das chefias/direções sobre o trabalho em rede"	(-/-)	E,H,C
	- "... Colaboração interinstitucional..."	"Comunicação"	(+/-)	
		"aperfeiçoar o funcionamento da rede social"	(+/+)	I,A
	- "... Um concelho mais unido..."	"dinamizar o funcionamento das redes sociais de freguesia"	(+/+)	A, H
		"promover a rede de partilha de recursos humanos entre organizações e org empresariais"	(+/+)	E
		"Promoção de convívios"	(+/-)	
		"organizar intercâmbios entre instituições"	(+/-)	I
		"Fomentar momentos de convívio informal entre entidades de diferentes sectores"	(+/-)	F
		"Troca de experiências por parte das diversas entidades e trabalhar realmente em rede"	(+/-)	I,E,G
		"Oferta de programas vocacionais para jovens do 3 ciclo + secundário"	(-/-)	B
	"partilha de boas práticas e estratégias, apoiar as boas práticas das instituições dando, se possível contributos para a sua valorização"	(+/-)	E	
Cidadãos mais ativos/participativos	- "...Uma sociedade empenhada na vida social para que em conjunto possamos estar melhor..."	"Apelar sistematicamente, à população e aos jovens em particular, ao civismo/ consciência cívica"	(-/-)	F,I,A
		diversificar as áreas de voluntariado para além da área social	(+/-)	
		"chamar os cidadãos do concelho a colaborar no PDS"	(+/-)	I
		"Criar programas de cidadania que cuidem da cidade"	(+/-)	E,F,I
		"promover a auscultação do público-alvo nas diversas intervenções a realizar, ex: uma intervenção numa escola, num equipamento cultural"	(+/-)	
		"criar consciência do outro no respeito pela diferença, desenvolvendo ações onde este conceito e práticas sejam exercitados"	(+/-)	H,I
		"Envolver os cidadãos nas actividades que decorrem na cidade"	(+/-)	I
		"Redes de vizinhança"	(+/-)	F
	- "... Pessoas serem amigas e que possam ajudar o próximo..."	"Maior divulgação das assembleias de câmara e freguesia"	(-/-)	
		"Desenvolvimento de um fórum online que permita o contacto remoto dos cidadãos"	(-/-)	
	- "...Maior abertura à participação cívica"	"Preparar os jovens, desde o início do percurso lectivo, para a sua participação ativa na vida do concelho"	(-/-)	G,C,B,H,I
Mais preparado tecnicamente	- "... Capacidade técnica..."	"dinamizar formação em diferentes áreas envolvendo dirigentes"	(-/-)	
		"Capacitar e formar técnicos"	(-/-)	F,B
		"Criar programas de formação contínua adequada às necessidades de cada interveniente na área social e afins"	(-/-)	
		"aumentar a fixação de jovens com ensino superior no concelho"	(-/-)	A,J,J
		"cursos profissionais"	(-/-)	I,J
		"aumentar a formação dos quadros superiores das empresas/ formação"	(+/-)	
		"reforçar a qualificação do pessoal técnico das instituições sem fins lucrativos"	(+/-)	A,H,I
		"Trabalho em rede para dar respostas às necessidades do terreno"	(+/-)	G,E
		"organizar CLASES temáticos"	(+/-)	
			(+/-)	
Mais inclusivo	- "...Todos os idosos com acesso a um lugar digno e aos cuidados que necessitam para que possam ser felizes o resto da sua vida..."	"Reforçar a articulação entre instituições que trabalham para a inclusão"	(+/-)	J,I
	- "... Mais mobilidade..."	"Definir concretamente o conceito inclusão para não se tornar tão vago"	(+/-)	
	- "...Inclusão" [3x]	"eliminar barreiras arquitetónicas"	(+/-)	I
	- "...Concelho mais igualitário..."	"aumentar a mobilidade e a rede de transportes no concelho"	(-/-)	
	- "... Criação de uma valorização para a 3ª idade..."	"Aumentar a igualdade de acesso a oportunidades culturais, desporto, artes"	(-/-)	
	- "... Serviços públicos acessíveis a cidadãos com tradução para língua gestual portuguesa..."	"infraestruturas diversas que sirvam a todos /educação, saúde, habitação..."	(-/-)	
	- "... Verdadeiras práticas de integração social e cultural das comunidades..."	"criar uma bolsa social dentro das instituições que prestam serviços pagos"	(-/-)	I
		"Criar respostas concretas para a inclusão da pessoa com doença mental, ex: foruns socio ocupacionais"	(-/-)	D
		"Construir equipas multidisciplinares nos agrupamentos escola"	(-/-)	I
		"Sensibilizar o tecido empresarial e outros p/ a importância de aceitar pessoas c/ deficiência a nos seus quadros de pessoas, mostrando o quanto podem beneficiar com isso"	(-/-)	I
		"trabalhar actividades que envolvam jovens, crianças e idosos"	(-/-)	F,I
		"capacitar os diversos serviços de atendimento com recursos físicos e interlocutores para atendimento a pessoas com deficiência e incapacidade."	(-/-)	D,E
		"Adaptação de TODOS os espaços de serviços públicos para receção de pessoas com incapacidade ex: acesso ao serviço de finanças- rampa"	(-/-)	E
		"criar condições de modo a igualitar as oportunidades"	(-/-)	
		"melhorar a rede de transportes públicos entre a cidade e as freguesias rurais"	(-/-)	H,J,E
	"Dinamizar projectos junto a escolas para sensibilizar para a valorização de idosos"	(-/-)	E,I,H	
	"criar espaços de lazer onde as pessoas possam realizar actividades diversas, ex: atelier de música; pintura e de confecção de trabalhos que proporcionem convívio e bem estar"	(-/-)	G,I	

Cofinanciado por:

Mais oportunidades de emprego	"... Maior desenvolvimento a vários níveis (comércio, indústria, lazer, etc.) que trouxesse para o nosso concelho uma maior riqueza e prendessem os jovens à terra."	"... captar investimento, medidas de incentivo, feiras, certames etc.)"	(-/+)	E
	"... Mais emprego..." (4a)	"... coordenação de esforços conjuntos entre CME, empresários, escolas, IEPF e outros..."	(-/+)	J
	"... Concelho com mais emprego, permitindo a fixação de jovens e atração populacional..."	"... integração de jovens em estágios para a promoção da sua formação..."	(-/+)	F
		"... formação de jovens e preparação para o comércio existente..."	(-/+)	I
		"... maior incentivo por parte do poder político às empresas/ indústrias para a sua fixação no concelho..."	(-/+)	CJ
		"... criar projectos de integração de desempregados nas instituições para criar rotinas, horários, assiduidade, pontualidade e experiências em contexto de trabalho..."	(-/+)	
		"... criar uma equipa de trabalho que reúna especialistas de diversos setores que tenham a cargo o desenvolvimento de iniciativas com vista à atração de investimento privado"	(-/+)	
		"... preparar os jovens e desempregados para a possibilidade de criação do próprio posto de trabalho, com incentivos e/ou apoios económicos..."	(-/+)	C,I,E
		"... desenvolver estratégias com vista à atração de investimento privado..."	(-/+)	E
		"... dinamizar formação contínua em diferentes áreas para desempregados e beneficiários de RSI..."	(-/+)	
Mais pessoas	"... Valorização do centro histórico, cidade sem trânsito para que idosos e crianças possam deslocar-se sem medo."	"... facilitar a instalação de empresas no concelho..."	(-/+)	I,F,C
	"... Um concelho com mais vias de comunicação, melhores transportes públicos..."	"... Diversificar a oferta formativa no ensino superior e criar polos únicos no país..."	(-/+)	
	"... Um concelho com mais vias de comunicação, melhores transportes públicos..."	"... comércio mais atrativo e mais disponível..."	(-/+)	L,I,E
	"... Mobilidade..."	"... incentivos para o aumento da natalidade..."	(-/+)	L, H, A, G
		"... incentivos ao arrendamento no centro histórico..."	(-/+)	I
		"... promover a demografia através de incentivos e apoios..."	(-/+)	
		"... estimular a natalidade com incentivos aos pais, tanto a nível económico como de respostas p/ a infância que colmatem as dificuldades sentidas..."	(-/+)	F, H, C, I
		"... Criar ou melhorar infraestruturas de serviços básicos que atraiam pessoas de outras zonas a fixarem-se no concelho..."	(-/+)	I, I, C
		"Incentivo à produção de produtos regionais..."	(-/+)	L, J, F, C
		"... Incentivos ao comércio local..."	(-/+)	I
Mais Sentido de Pertença/Identidade	"... Valorização do espaço público..."	"... dar a conhecer as freguesias rurais ao nível do ensino pré-escolar e 1º ciclo, ex: intercâmbios culturais..."	(+/-)	F
	"... Concelho com maior sentido de conjunto, valorizando as freguesias rurais..."	"... mais programas: passar saberes dos mais idosos aos mais jovens..."	(+/-)	I
	"... Mais cultura..."	"... criar um programa anual com festividades típica de cada freguesia a ser distribuído durante todo o ano..."	(+/-)	
	"... Valorização das tradições da pessoa idosa..."			
Mais Segurança (s)		"Vias com melhores condições, tanto para peões como para condutores"	(-/+)	
		"Criar acessos pedonais e ciclovias"	(-/+)	I,E
		"Aumentar e diversificar utilização de outros meios de transporte, além do carro..."	(-/+)	I
		"Criar ciclovias e vias pedonais que liguem o centro da cidade às periferias"	(-/+)	
		"Encontrar no quadro 2020 candidaturas para investimento na rede viária tendo em conta as pessoas"	(-/+)	C, J, H
		"Criação de infraestruturas (passetos, traçado, piso) que melhor sirvam a mobilidade pedestre..."	(-/+)	I, E
		"Melhores condições rodoviárias para acesso aos diferentes bairros..."	(-/+)	I, E
		"Potenciar redes de vizinhança"	(-/+)	F
		"Criar instituições amigas das crianças, que prestam apoio directo às crianças..."	(-/+)	
		"Desenvolvimento de vias alternativas de circulação automóvel, ex: circular externa..."	(-/+)	
Mais Sustentável	Práticas de Desenvolvimento Sustentável:	"Desenvolvimento de vias alternativas de circulação automóvel, ex: circular externa..."	(-/+)	F, I
	Concelho Sustentável	"Mais passeios para peões..."	(-/+)	I
		"Aumentar o nr de efetivos da PSP, enquanto polícia de proximidade..."	(-/+)	F
		"Criar um programa que promova a recuperação de casas devolutas para arrendamento/renda a preços sociais"	(-/+)	
		"Aumentar os serviços de teleassistência..."	(-/+)	G
		"... Dinamização de actividades com crianças e jovens que alertem para questões ambientais (reciclagem; ações sobre proteção do ambiente)"	(+/-)	I
		"... criação de grupos para limpeza de espaços públicos tomando esses encontros atrativos..."	(+/-)	G, J
		"... desenvolver campanhas e projetos educativos de forma contínua de sensibilização ao nível dos resíduos sólidos, reciclagem e de valorização do ambiente..."	(+/-)	
		"... Construir/adaptar mais vias pedonais..."	(+/-)	L, J
		"... promover a fruição da rua ao nível do pré-escolar e 1º ciclo..."	(+/-)	I
	"... investir na educação ambiental nas escolas..."	(+/-)	F	
	"... Estímulo ao incentivo privado na área das renováveis através da afetação de áreas para o desenvolvimento desta indústria (parques solares/fotovoltaicos)"	(-/+)	D	
	"... medidas de consumo em cantinas escolares de produtos de horta/produtores locais..."	(-/+)	F, C	
	"... Ações de sensibilização junto de escolas com vista à promoção da educação para a ecologia, gestão consciente de recursos naturais..."	(-/+)	H, G	
	"... incentivo à agricultura biológica..."	(-/+)	I, B	
	"Rede de comercialização de produtos biológicos (carnes e hortícolas) dos produtores do concelho..."	(-/+)	C, E	
	"Incentivos para uso de energias alternativas..."	(-/+)	C, J	
	"... investimento em energias limpas em edifícios públicos..."	(-/+)	C, J	

Cofinanciado por:



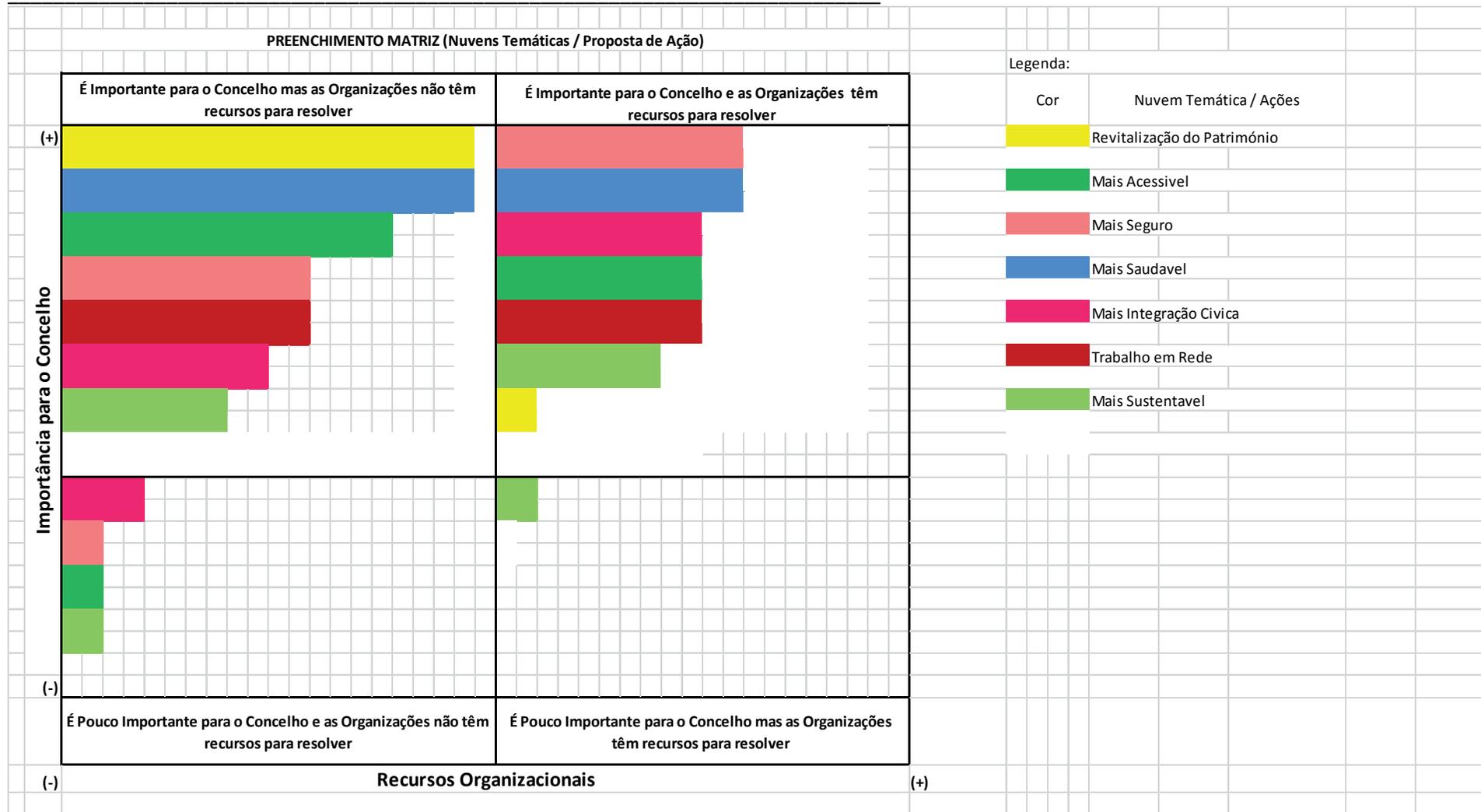
Cofinanciado por:

FUTURO DESEJADO – “QUEREMOS UM CONCELHO...”				
Necessidades/Cenários identificados	Contributos que concorrerem para a criação dos cenários	Ações concretas	Relação do contributo/recurso	Letras / Entidades
Revitalização do Património	Reabilitação do CH, tornando-o mais acessível e livre de Circulação Rodoviária	Criação de espaços verdes em terrenos Municipais	(-/+)	E, B, C, A
	Reabilitação do CH no que aos edifícios devolutos diz respeito	Constituição de um fundo municipal de reabilitação urbana	(-/+)	D
	Identificação Histórica de cada monumento	Pavilhão multiusos p/espetáculos, exposições, certames, concertos	(-/+)	
	Valorização do património	Horário mais alargado de determinados espaços de convívio na cidade	(-/+)	E
	Uma cidade onde a cultura abunde para todos	recuperação e reaproveitamento de imóveis públicos para alojamento social e funções de apoio às áreas resid	(-/+)	H, A, E
	mais áreas de lazer	Facilitar a aquisição/arrendamento de habitação no CH e a custo controlado	(-/+)	A, G, D
	Conservação do património	Cinema	(-/+)	C, D, B
	Maior desenvolvimento Cultural	Reforço de respostas(ex: parques temáticos) para infância e juventude	(-/+)	D, G
	Com oferta cultural Rica e diversificada	Através do envolvimento das associações/agentes da comunidade em ações de revitalização do património (it	(-/+)	
	Cultural	Criação de um programa de incentivo ao arrendamento no CH	(-/+)	A, I, G, D
Acessível	Uma cidade que adapte a linguagem no acesso aos serviços, para que todos tenham acesso	Alargamento dos horários de abertura dos espaços museológicos do centro histórico e serviços relacionados	(+/+)	H, C, D, A, E, F
	Évora no futuro deverá ser território acessível	criar mecanismos de facilitação de acesso aos serviços	(-/+)	C
	Mais educação para todos	Ligação pedonal entre a cidade e bairros	(-/+)	
	Inclusão	Eliminação de barreiras arquitetónicas em edifícios públicos (Finanças, teatro, biblioteca etc...)	(-/+)	G, H
	Évora no futuro deverá ser espaço de inclusão	Reforço das áreas pedonais acessíveis no centro histórico	(-/+)	G
	Uma cidade para todos. Acessos em todos os organismos públicos	Eliminação de barreiras arquitetónicas dos serviços públicos	(-/+)	D, A
	Rede de Transportes públicos mais eficaz	criar instrumentos informáticos acessíveis	(-/+)	E
	Integradora social, cultural e geracionalmente	criar condições de acessibilidade a edifícios e ao património (ex: palácio D. Manuel, Sé etc...)	(-/+)	F, C, A
	Acessibilidades para todos (comunicaçõais e físicas)	Nivelamento da Calçada	(-/+)	C
	Serviços e espaços de lazer, acessíveis, agradáveis e amigos das pessoas	Criação do roteiro comum das instituições em processos partilhados	(+/+)	H
Mais equipamentos para oferta cultural acessíveis a todos	criar uma equipa de trabalho que analise a forma de acesso aos serviços	(+/+)	I	
Adaptação de todos os espaços públicos para pessoas com todo o tipo de deficiências	Não criação de barreiras físicas na cidade em operações urbanísticas	(+/+)		
Mais Segura	Segurança Pública	Duvidar os utentes e criar linguagem e circuitos acessíveis	(+/+)	
	Segura	Priorizar políticas de inclusão nos serviços públicos	(+/+)	
		Aumentar a cobertura da rede de transportes públicos	(-/-)	D
		Criação de redes de trabalho para intervenção por setores ou áreas de ativação		
		Reforço de patrulhas de proximidade	(-/+)	C, G
		Mais policiamento nas escolas e estabelecimentos de diversão noturna	(-/+)	G, D
		Criação/ Reforço de policiamento de proximidade	(-/+)	A
		Criação de polícia municipal c/ turnos permanentes em zonas sensíveis	(-/+)	
		Melhoria da sinalização do trânsito	(-/+)	H, D
		Maior circulação policial pelas áreas já identificadas como problemáticas/prioritárias e restante cidade	(-/+)	
Mais Saudável	Com respostas inovadoras e eficazes para problemas emergentes, centrados no cidadão (ex: gestão da doença crónica, apoio ao domicílio, residências assistidas- demência e doença mental)	Realização de ações de rua que fortaleçam relações de vizinhança e de pertença à comunidade	(+/+)	
	Mais respostas sociais na área da saúde mental	Ações de Sensibilização sobre violênci doméstica implícita e assumida culturalmente	(+/+)	
	Desenvolvimento de atividades p/ pessoas idosas (valorização pessoal e não caritativas)	Aproximar as forças de segurança às pessoas com fragilidades sociais	(+/+)	
	Iniciativas e projetos centrados na promoção da saúde	Resposta articulada de acesso rápido aos grupos mais vulneráveis(ex: saúde; segurança; autarquia)	(+/+)	
	Velhice saudável com a participação de todos e respeitando os direitos humanos	Melhor iluminação de determinadas zonas da cidade	(+/+)	
	Um novo hospital com acesso à saúde gratuita para sempre	Capacitar/sensibilizar agentes de segurança para a problemática	(+/+)	
		Ações de sensibilização pela PSP e GNR sobre várias temáticas	(-/-)	G, E, A
		criar um grupo de trabalho p/ conceção de candidaturas p/ infraestruturas na área da saúde	(+/+)	H, E
		criar ações de promoção familiar nas escolas sobre hábitos saudáveis	(+/+)	I
		criar uma rede articulada de respostas na saúde aos diferentes níveis e mais apoio social	(+/+)	
	Maior intervenção/sensibilização direcionada Às crianças em idade escolas e seus pais	(+/+)	A	
	Definir estratégias de promoção da saúde local que agregue os vários serviços e respostas	(+/+)		
	Farmácia de frutas, legumes e vegetais (com menção às indicações terapêuticas)	(+/+)		
	acompanhamento de idosos que ã integram instituições e que ficam isolados	(-/+)		
	Complexo desportivo c/ pavilhões gimnodesportivos	(-/+)		
	Rastreios de saúde mais frequentes nas freguesias	(-/+)	C	
	Construção de uma hospital regional	(-/+)		
	Apoio domiciliário a pessoas c/ deficiência	(-/+)	A, B, G, E	
	Acompanhamento mais atento por parte de médicos e enfermeiros	(-/+)		
	Novo hospital com mais especialidades	(-/+)	D, G, C	
	Centro de acompanhamento psicossocial da infância e juventude	(-/+)	G, C, A	
	Residências para pessoas com doença mental	(-/+)	C, A, I, D, S, F	
	Desenvolvimento de campanhas porta a porta sobre atitude física e alimentação saudável	(-/+)		

Cofinanciado por:

Mais Integração Cívica	Igualdade de oportunidades	Questionário aos eborenses sobre a sua visão da cidade atual e sugestões que vão ao encontro das suas necessidades	(-/-)	
	Sem violência física ou psicológica	Criação do provedor do bairro c/ promotor da participação e da defesa das populações	(-/-)	H
	Évora deverá ser território educador	Trabalhar a cidadania nas escolas (atarvés de projetos)	(-/+)	
	Igualdade de oportunidades	Quota do nr de pessoas c/ deficiência nas entidades públicas	(-/+)	
	Évora como espaço de encontro	Conceção e implementação de projetos multi disciplinares na área das competências pessoais, sociais e comportamentais para alunos e famílias	(-/+)	
	Cidade ativa, com o exercício de cidadania plena	Mais projetos de intervenção escolar em idade precoce (jardim de infância)	(-/+)	A
	Évora deverá ser espaço para a criatividade	Maior sensibilidade da comunidade	(-/+)	
	Promoção da intervenção cívica nas políticas locais	Dinamização de todos os momentos de participação pública de forma dinâmica, séria e sedutora	(+/+)	
	Educação para todos em igualdade de oportunidades	Incentivar o trabalho em rede entre associações de utentes	(+/+)	E
	Mediação cultural efetiva e instituída para cidadãos de todas as etnias e origens	Dinamização de um certame anual p/ apresentação dos serviços disponíveis das organizações	(+/+)	G,E
	Sociedade dinâmica (na prossecução de objetivos comuns)	Criação de ações de formação abertas e gratuitas para toda a comunidade	(+/+)	I, G
	Sociedade consciente	Constituição de mediadores para a etnia cigana	(+/+)	B
	Atitude pró-ativa da comunidade			
Trabalho em rede	Com uma rede social (estruturas, serviços, técnicos, coesa, funcionante e cooperante)	Constituição formal de grupos temáticos de trabalho, compoder consultivo no executivo municipal	(+/+)	
	Maior oferta para ocupação de tempos livres para crianças e jovens	Incluir no PA do CLAS momentos informais que promovam laços afectivos com a rede	(+/+)	
	Relações emocionais com redes sociais/relações interpessoais	Propor discussão no CLASE sobre a pertinência de grupos de trabalho a criar	(+/+)	H
	Trabalho em rede entre várias entidades	Desenhar planos de ação conjuntos com respostas entre instituições complementares	(+/+)	E, A
	Promover a formação em diversas áreas de cariz social, acessíveis às generalidade da comunidade	Criação de Iniciativas sociais que promovam a rede local	(+/+)	H,B,A
	Uma rede social na área da infância e juventude a articular com eficácia, com meios técnicos suficientes para trabalhar a saúde mental infantil	Criação de grupos de trabalho de técnicos da infância e juventude p/ desenvolvimento de estrutura de acompanhamento psicológico e terapêutico a crianças e jovens	(-/+)	B
	Uma cidade que dê resposta às necessidades dos que ficam sózinhos	Dinamizar redes de vizinhança (C.S. Freguesias)	(-/+)	C,A,
		Criar OTL especializado	(-/+)	
		Criação de redes de freguesia	(-/+)	H
		Trabalho entre entidades mais eficaz	(-/+)	
		Alargamento da rede de respostas sociais no âmbito de acolhimento temporário de pessoas em risco	(-/+)	B,A
		Criação de um gabinete de atendimento/ triagem único que efetuasse posterior encaminhamento para respetivas organizações, tipo loja do cidadão social	(+/-)	
Mais Sustentável	Promotora de condições para atrair "mais pessoas"	Implementação das "agendas 21" nas freguesias	(-/-)	
	Cidade mais atrativa de modo a que os mais jovens permaneçam nela, tanto em termos culturais como de empregabilidade	Apostar na Comunicação/ divulgação de eventos ou planos de ação por parte da CME e/ou outras entidades	(-/+)	
	Uma cidade que inclua os seus sem olhar a interesses financeiros	Valorização do património natural	(-/+)	
	Maior oferta laboral	Criar respostas efetivas de incentivo à atividade económica	(-/+)	
	Preparação dos mais jovens para o mundo do trabalho	Eliminação de barreiras no centro histórico, sensibilizando a comunidade	(-/+)	
	Mais oportunidades	Dinamização de certames comerciais e industriais p/ atração de investidores	(+/+)	
	Mais oportunidades de emprego	Promover sustentabilidade ambiental (ex: retirar veículos do CH e criar transportes públicos Gratuitos)	(+/+)	I,G
	Promover o turismo com vista à sustentabilidade económica	Feira de Oportunidades de emprego do concelho de Évora (semestral)	(+/+)	I, B, D, E, C, F
	Pacata	Alargar a divulgação de ofertas culturais e pedir as sugestões de iniciativas com interesse p/ cidadãos	(+/+)	A
	Desenvolvida			
	Dinâmica			
	Alargamento da rede de transportes públicos movidos a energia eléctrica			
	Desenvolvimento Sustentado			
Questões ambientais nomeadamente poluição				

Cofinanciado por:



Cofinanciado por:

CIDADANIA ATIVA
Questões ligadas à Intervenção
Ações de Sensibilização sobre violência doméstica implícita e assumida culturalmente
Programa de promoção de parentalidade positiva (Gravidez e 1ª infância)
Através do envolvimento das associações/agentes da comunidade em ações de revitalização do património (imaterial/cultural)
Ultrapassar Évora como apenas como cidade turística mas como cidade vivida pelos seus cidadãos
Centro histórico atrativo com vida e com pessoas a utilizar o espaço público
Espaço público apropriado pela comunidade num todo integrado e não apenas setorial
Revitalização do Centro Histórico
Criar ações de promoção familiar nas escolas sobre hábitos saudáveis
"... dar a conhecer as freguesias rurais ao nível do ensino pré-escolar e 1º ciclo, ex: intercâmbios culturais..."
"... Dinamização de actividades com crianças e jovens que alertem para questões ambientais (reciclagem; ações sobre proteção do ambiente"
"... criação de grupos para limpeza de espaços publicos tornando esses encontros atrativos..."
"...desenvolver campanhas e projectos educativos de forma contínua de sensibilização ao nível dos resíduos sólidos, reciclagem e de valorização do ambiente..."
"... investir na educação ambiental nas escolas..."
"... Ações de sensibilização junto de escolas com vista à promoção da educação para a ecologia, gestão consciente de recursos naturais..."
"... promover a fruição da rua ao nível do pré-escola e 1º ciclo..."
Valorização do património natural
Programa de Promoção das Literacias para vários publicos
Projeto de Aproximação entre Comunidades e Escolas
"Preparar os jovens, desde o início do percurso lectivo, para a sua participação ativa na vida do concelho"
diversificar as áreas de voluntariado para além da área social
"chamar os cidadãos do concelho a colaborar no PDS"
"Criar programas de cidadania que cuidem da cidade"
"promover a auscultação do publico-alvo nas diversas intervenções a realizar, ex: uma intervenção numa escola, num equipamento cultural
Trabalhar a cidadania nas escolas (através de projetos)

Cofinanciado por:



TRABALHO EM REDE
Desenhar planos de ação conjuntos com respostas entre instituições complementares
Questões Ligadas com a Intervenção
"Troca de experiências por parte das diversas entidades e trabalhar realmente em rede"
Dinamizar redes de vizinhança (C.S. Freguesias)
"Potenciar redes de vizinhança"
Realização de ações de rua que fortaleçam relações de vizinhança e de pertença à comunidade
Resposta articulada de acesso rápido aos grupos mais vulneráveis(ex: saúde; segurança; autarquia)
Incentivar o trabalho em rede entre associações de utentes
Dinamização de um certame anual p/ apresentação dos serviços disponíveis das organizações
Criação do roteiro comum das instituições em processos partilhados
Criação de redes de trabalho para intervenção por setores ou áreas de ativação
"Reforçar a articulação entre instituições que trabalham para a inclusão"
"...visitas pelos espaços mais emblemáticos e troca de experiências nas entidades..."
"... criar um programa anual com festividades típica de cada freguesia a ser distribuído durante todo o ano..."
"dinamizar formação em diferentes áreas envolvendo dirigentes"
"Capacitar e formar técnicos"
"Criar programas de formação contínua adequada às necessidades de cada interveniente na área social e afins"
"reforçar a qualificação do pessoal técnico das instituições sem fins lucrativos"
"organizar CLASES temáticos"
"... maior proximidade da universidade às instituições do concelho..."
"partilha de boas práticas e estratégias, apoiar as boas práticas das instituições dando, se possível contributos para a sua valorização
"Envolver os cidadãos nas actividades que decorrem na cidade"
Questões Ligadas a Estudos / Caracterização de Públicos
Questões Ligadas à Rede Social
Incluir no PA do CLAS momentos informais que promovam laços afectivos com a rede
Criação de Iniciativas sociais que promovam a rede local
"aperfeiçoar o funcionamento da rede social"
"Promoção de convívios"
"organizar intercâmbios entre instituições"
"Fomentar momentos de convívio informal entre entidades de diferentes sectores"

Cofinanciado por:



INCLUSIVO
Questões Ligadas à Constituição de Grupos de Trabalho /Criação de Respostas
Ouvir os utentes e criar linguagem e circuitos acessíveis
Priorizar políticas de inclusão nos serviços públicos
"Criar respostas concretas para a inclusão da pessoa com doença mental, ex: foruns socio ocupacionais"
Criar instrumentos informáticos acessíveis
Criar mecanismos de facilitação de acesso aos serviços
"infraestruturas diversas que sirvam a todos /educação, saúde, habitação..."
Questões Ligadas à Intervenção
"Aumentar a igualdade de acesso a oportunidades culturais, desporto, artes"
"Sensibilizar o tecido empresarial e outros p/ a importância de aceitar pessoas c/ deficiência nos seus quadros de pessoas, mostrando o quanto podem beneficiar com isso"
Criação do provedor do bairro c/ promotor da participação e da defesa das populações
Constituição de mediadores para a etnia cigana
Alargamento da rede de respostas sociais no âmbito de acolhimento temporário de pessoas em risco
Respostas Diferenciadas para a população sem abrigo
Dinamizar Projetos de Promoção do diálogo intercultural
Implementar Programas de Mediadores Interculturais
"... Criar uma resposta formal no concelho para a inclusão de emigrantes/migrantes..."
"... desenvolver um programa de inclusão ativa de novos habitantes no concelho..."
Residências para pessoas com doença mental
Apoio domiciliário a pessoas c/ deficiência
"capacitar os diversos serviços de atendimento com recursos físicos e interlocutores para atendimento a pessoas com deficiência e incapacidade.
"criar consciência do outro no respeito pela diferença, desenvolvendo ações onde este conceito e práticas sejam exercitados
"criar uma bolsa social dentro das instituições que prestam serviços pagos"

Cofinanciado por:



ENVELHECIMENTO ATIVO

"... mais programas: passar saberes dos mais idosos aos mais jovens..."
Acompanhamento de idosos que ã integram instituições e que ficam isolados
"trabalhar actividades que envolvam jovens, crianças e idosos"
"Dinamizar projectos junto a escolas para sensibilizar para a valorização de idosos"
"criar espaços de lazer onde as pessoas possam realizar actividades diversas, ex: atelier de música; pintura e de confecção de trabalhos que proporcionem convívio e bem estar"
Preparar a Reforma ainda na Vida Ativa
Resposta Institucional - Criação de Grupo de Apoio a Familiares (filhos)
Resposta Institucional - Criação de Grupo de Apoio a ajudantes familiares
Georeferenciação dos idosos isolados
Criação de Respostas Especificas de Apoio à Demência
Evidenciar projetos intergeracionais locais como boa prática

Cofinanciado por:



FORMAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

"cursos profissionais"

"Rede de comercialização de produtos biológicos (carnes e hortícolas) dos produtores do concelho..."

Maior intervenção/sensibilização direcionada Às crianças em idade escolas e seus pais

"... preparar os jovens e desempregados para a possibilidade de criação do próprio posto de trabalho, com incentivos e/ou apoios económicos..."

Feira de Oportunidades de emprego do concelho de Évora (semestral)

"... organizar feiras, tempos, encontros de divulgação de empregos inovadores e serviços em escolas e na universidade..."

"... integração de jovens em estágios para a promoção da sua formação..."

Aumentar e Diversificar a qualificação

"... formação de jovens e preparação para o comércio existente..."

"...dinamizar formação continua em diferentes áreas para desempregados e beneficiários de RSI..."

"Incentivo à produção de produtos regionais..."

"Construir equipas multidisciplinares nos agrupamentos escola"

Incentivo à Criação de Planos de Prevenção de todas as formas de Violência

Integrar no espaço Lectivo (pré-escolar e 1º Ciclo) formação emocional para pais e familiares / encarregados de educação

Criação e Implementação de Projeto Integrado de Promoção do Bem-Estar das Crianças

Criação de Respostas na área da Saúde Mental Comunitária

Criação de Programas de Melhoria de Habitação de Pessoas Carenciadas

Criação de grupos de trabalho de técnicos da infância e juventude p/desenvolvimento de estrutura de acompanhamento psicológico e terapêutico a crianças e jovens

Conceção e implementação de projetos multi disciplinares na área das competências pessoais, sociais e comportamentais para alunos e famílias

"Criar instituições amigas das crianças, que prestam apoio direto às crianças..."

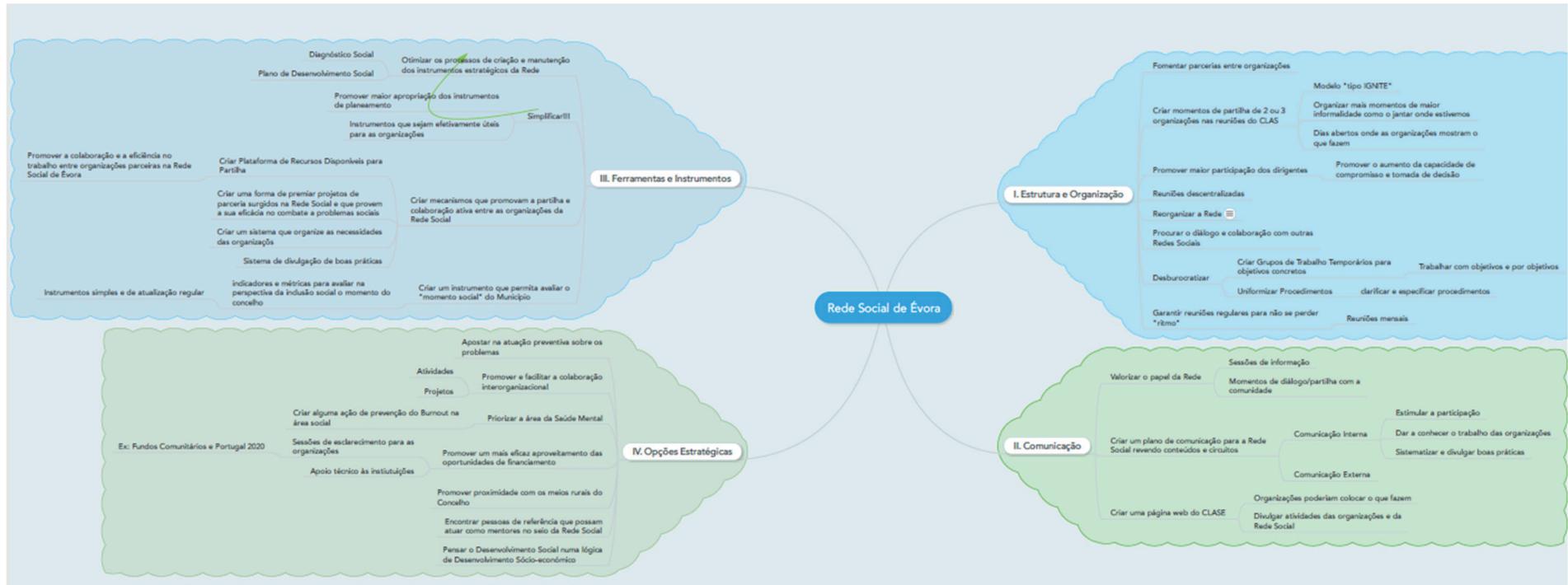
Cofinanciado por:



C. CONCLUSÕES – ENCONTRO REDE SOCIAL

Cofinanciado por:





Cofinanciado por:



CÂMARA MUNICIPAL
DE ÉVORA



REDE SOCIAL